



Vila Nova de Famalicão

Plano Estratégico Educativo Municipal

2017 - 2025

Educa 25' – Famalicão inovador, inclusivo e participado



VILA NOVA DE FAMALICÃO | PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Praça Álvaro Marques,
4764-502 Vila Nova de Famalicão

Coordenação científica

António Manuel Rochette Cordeiro
Luís Alcoforado

Equipa técnica

Mafalda Frias
André Fonte
Ana Anacleto
Cristina Barros
Liliana Paredes
Lúcia Santos

Jorge Cunha
Sandra Coelho
Sofia Martins

Equipa da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Paulo Cunha (Presidente)
Leonel Rocha (Vereador)
Marco Magalhães (Chefe de Divisão)
Adelaide Dias (Técnica superior)
Inês Carvalho (Técnica superior)

Design gráfico e apoio técnico

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Edição

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Vila Nova de Famalicão | 2017

ÍNDICE GERAL

FICHA TÉCNICA	3
Índice geral.....	5
1.O PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO – UM DESAFIO TRANSFORMADOR	7
1.1. Apresentação do Plano Estratégico Educativo Municipal de Vila Nova de Famalicão	9
1.2. Princípios Orientadores.....	11
1.2.1. Educação e Desenvolvimento: uma procura intemporal e uma necessidade atual	11
1.2.2. Plano Estratégico Educativo Municipal - Para um Desenvolvimento Integrado e Sustentável	13
1.2.3. Espaços com Potencial Educativo	15
1.3. Metodologia	16
1.3.1. Estratégias de auscultação e envolvimento da população	16
1.4. Considerações Finais.....	18
2. PLANO ESTRATÉGICO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO: FAMALICÃO VISÃO'25	19
2.1. Famalicão Visão'25	21
3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	25
3.1. Enquadramento Demográfico e Socioeconómico do Município de Vila Nova de Famalicão.....	27
3.2. A Rede Educativa de Vila Nova de Famalicão - Carta Educativa de 2ª Geração Revisão.....	30
3.3. Espaços com potencial educativo no Município de Vila Nova de Famalicão.....	33
3.4. Diagnóstico.....	37
3.4.1. Sucesso Escolar: plano para a melhoria dos resultados escolares	37
3.4.2. Educação Especial: diagnóstico e estratégias de intervenção	40
3.4.3. Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação – Rede Local de Educação e Formação de Vila Nova de Famalicão.....	43
3.5. Análise SWOT.....	47
3.6. Ações Estratégicas do Município de Vila Nova de Famalicão	49
3.6.1. Plano Municipal para a Melhoria e Eficácia da Escola.....	49
3.6.2. Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020 de Vila Nova de Famalicão	51
3.6.3. Plano Municipal para a Igualdade 2016-2020	52
3.6.4. Plano para o Crescimento Inclusivo do Ave.....	54
4. ÓRGÃOS E ESTRUTURAS DE GESTÃO.....	55
4.1. Conselho Municipal de Educação.....	57
4.2. Conselho Municipal da Juventude.....	57
3.3. Conselho Local de Ação Social.....	58
4.4. Rede Local de Educação e Formação	58

4.5. O trabalho em rede de Vila Nova de Famalicão.....	59
5. PLANO DE AÇÃO	61
5.1. Do Estudo Estratégico à Ação do PEEM.....	63
5.2. Eixos de Intervenção do PEEM de Vila Nova de Famalicão	69
5.2.1. Objetivos do PEEM de Vila Nova de Famalicão	70
5.3. Projetos e Ações.....	71
5.3.1. Planeamento e Gestão de Recursos Educativos.....	72
5.3.1.1. Gestão inteligente e participada de recursos educativos.....	72
5.3.2. Sucesso Escolar	72
5.3.2.1. Melhores resultados escolares.....	72
5.3.2.2. Cidadania e Participação	73
5.3.2.3. Escola Inclusiva.....	74
5.3.2.4. Todos educamos.....	74
5.3.3. Educação Permanente, Cultura e Cidadania.....	75
5.3.3.1. Literacias, Capacitação Profissional e Participação Cívica.....	75
5.3.3.2. Cultura, Desporto e Saúde.....	76
5.3.3.3. Envelhecimento Ativo.....	76
5.3.4. Qualificação, Inovação e Competitividade	77
5.3.4.1. Intervenção com Jovens NEET	77
6. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO	79
6.1. Modelo de Governança para o Município de Vila Nova de Famalicão.....	81
6.1.1. Subcomissão de Acompanhamento do Planeamento e Gestão de Recursos Educativos	83
6.1.2. Subcomissão de Acompanhamento do Sucesso Escolar.....	84
6.1.3. Subcomissão de Acompanhamento da Educação Permanente, Cultura e Cidadania.....	84
6.1.4. Subcomissão de Acompanhamento da Qualificação, Inovação e Competitividade	85
6.2. Implementação.....	85
6.3. Avaliação.....	85
Referências Bibliográficas.....	87
Índice de quadros.....	89
Índice de figuras.....	91

1. O Plano Estratégico Educativo Municipal de Vila Nova de Famalicão – Um Desafio Transformador



1.1. APRESENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

O Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM) de Vila Nova de Famalicão assume-se, desde o início da sua elaboração, como a tradução de uma vontade de todos os agentes educativos, e dos munícipes em geral, para pensarem e construir uma realidade, a partir do envolvimento de todos, em todas as idades e em todos os espaços de vida, em atividades de educação e formação, capazes de dar sentido às necessidades e projetos individuais, mas, principalmente, destinadas a contribuir para corporizar um modelo de desenvolvimento integrado e sustentável, perspetivando uma contínua e desejável (trans)formação, conjugando, de forma dinâmica e equilibrada, as dimensões económica, social, cultural e cívica, das diferentes comunidades (familiares, escolares, de vizinhança, profissionais, culturais...) que integram o município!

No âmbito das suas atribuições e competências, os municípios reúnem um conjunto de áreas em que podem e devem desenvolver políticas locais, com destaque para os domínios da educação e da formação, conjugando a inter(ação) de diferentes atores e agentes do território na procura de melhores respostas para a totalidade dos seus cidadãos. Neste contexto, tem vindo a ser atribuído à educação, pelo executivo autárquico, um papel fulcral na promoção do desenvolvimento do território, assumindo que, em conjunto, podem visar incrementos virtuosos, a partir de desafios mútuos. Reconhecendo que a educação deve estar diretamente associada ao desenvolvimento holístico do território, e tendo como base o facto do município de Vila Nova de Famalicão apresentar uma estratégia clara e bem definida, a orientação da educação municipal deverá alinhar-se com os objetivos e metas assumidas, ajudando na sua prossecução, mas deve igualmente concorrer para um questionamento crítico, que possa permitir novas ambições e, eventuais, novos percursos.

Para dar sentido a este contributo, esperado e desejado, o PEEM de Vila Nova de Famalicão deve consolidar a articulação entre todas as dimensões inerentes à educação formal, não formal e informal, assumindo que um território e a(s) sua(s) comunidade(s) pode(m) ser intencionalmente educador(es), uma vez que, de forma concomitante e para além das suas funções tradicionais, deve potenciar hábitos dinâmicos, em todos os espaços de vida, capazes de desafiar e promover, continuamente, novas aprendizagens. Em conformidade, torna-se decisivo potenciar o envolvimento e o protagonismo de todos os cidadãos, ficando claro que, no âmbito das competências do município, a satisfação das necessidades das crianças, dos jovens e dos adultos deverá pautar-se pela oferta de espaços, equipamentos e serviços adequados ao seu desenvolvimento pessoal e social, em todas as dimensões da vida. O conceito de educação e de formação ultrapassa, assim, os limites do escolar e do formal, passando a abranger todas as experiências de vida e todos os processos de aprendizagem não formais e informais, capazes de contribuir para a promoção de uma ação autónoma e responsável, de todos os cidadãos, a nível individual e coletivo.

Num projeto com estas características e ambição, a educação é pensada de uma forma global, tendo como premissa fulcral o reforço de uma cidadania informada, ativa e participada, enquanto principal alicerce do modelo democrático que gere o território, associado à preparação e contínua evolução de um trabalho produtivo, baseado em emprego digno, capaz de gerar a riqueza necessária à contínua promoção de bem-estar. Por tudo isto, o PEEM deve, necessariamente, focar-se no planeamento, execução e avaliação de políticas públicas municipais que incluam ações concertadas, voltadas para o sistema local de educação escolar, nos seus diferentes níveis, para a necessidade de qualificar e formar continuamente a sua (futura e atual) população ativa e capaz de procurar

garantir a todos, oportunidades e experiências de aprendizagem (educativas e formativas), que permitam firmar Vila Nova de Famalicão como, simultaneamente, um município educador e um espaço de desenvolvimento, com todos, de forma estável e duradoura.

Então, para cumprir os princípios enunciados, o Plano Estratégico Educativo do Município de Vila Nova de Famalicão assume diferentes opções de intervenção e articula-se, como referido, com a estratégia territorial de desenvolvimento do município (Famalicão, Visão'25), resultando num acordo estruturante e dinâmico entre este e a ambição dos agentes educativos, concretizando uma intenção e uma vontade mobilizadora, assente nos princípios promotores de um desenvolvimento integrado e sustentável (figura 1).



Figura 1
Território e desenvolvimento sustentável (Cordeiro e Barros, 2011).

O trabalho a desenvolver assenta num quadro de transferência de responsabilidades e competências para as autarquias locais, bem como de clarificação da intervenção das administrações central e local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Contudo, a assunção de políticas educativas locais, por parte do Município, continua a ser entendida como um processo inovador e participado, tendo por base pressupostos fundamentais de gestão autárquica, sobre os quais assenta toda a estratégia já desenvolvida e a implementar, que a transferência de competências apenas vem reforçar.

Um plano estratégico, com estas características e elaborado nestas circunstâncias, vai ter de ousar percorrer novas direções, abrindo espaço para respostas educativas diferentes e para o acolhimento de experiências inovadoras, suportadas em trabalhos de investigação e propostas de investigação-ação, resultantes, quer de parcerias com instituições de referência, a nível nacional e internacional, quer desencadeadas por desafios próprios, resultantes de ações dos diferentes agentes educativos municipais. Enquadram-se nestes desafios transformadores, a vontade coletiva de promover o sucesso educativo, através da criação de condições para dar sentido à formação de pessoas, segundo o perfil de aluno construído a partir de uma reflexão generalizada e um acentuado reforço do empreendedorismo, procurando uma melhor cidadania e uma evolução da economia e dos modelos produtivos, para propostas mais uniformes com as opções de desenvolvimento estratégico municipal. Visando formas articuladas de investimento público e privado, com estes desafios de melhores serviços e formas de produção geradoras de maior valor e com a construção contínua de um pacto de contratualização solidária para o aumento contínuo da qualidade de vida, é forçoso que este plano procure a promoção e generalização de uma

maior maleabilidade e interpenetrabilidade das diferentes ofertas formativas, redirecionando-as para as necessidades das realidades emergentes e a garantia de suportar a (re)construção de percursos profissionais e de vida, a todas as pessoas.

Preconizando-se uma sociedade aberta, plural e democrática, a visão estratégica educativa do concelho de Vila Nova de Famalicão deve incluir todas as respostas da sociedade civil e manifestar uma posição afirmativa que apoie, incentive e promova todas essas soluções educativas, num quadro desejado de equidade e liberdade de atuação, conjugado com os serviços educativos que o Município de Vila Nova de Famalicão se propõe assegurar, no âmbito do desenvolvimento de algumas funções ligadas à “Escola Pública”, resultantes do protocolo realizado com o Estado central. O PEEM deve revestir-se de ambição e incluir todas as respostas educativas presentes no município, devendo igualmente acolher e estimular, num quadro de liberdade, de inovação e de qualidade, o aparecimento de novos projetos educativos, nomeadamente, no setor privado (social e particular), bem como defender a introdução de novos princípios na gestão da Escola Pública, numa lógica de verdadeira autonomia, diferente do modelo centralizado, historicamente dominante no nosso país.

É assim, num quadro de liberdade e de autonomia, que se podem alcançar respostas mais adequadas às necessidades das pessoas, das famílias, das empresas, das instituições e da sociedade municipal, numa lógica de empreendedorismo e solidariedade, a partir de iniciativas inovadoras, integradoras e de maior maleabilidade. Dentro do espaço de gestão de serviços da Escola Pública, que o Município de Vila Nova de Famalicão possa vir a assumir, ele será também enquadrável no desejo de reforço da autonomia e responsabilidade partilhadas, de gestão de recursos humanos e financeiros, a ser construído com as escolas públicas concelhias¹, sempre levando em consideração o princípio da equidade, que deverá ser aplicado a todas as políticas municipais que Vila Nova de Famalicão venha a desenvolver.

1.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

1.2.1. Educação e Desenvolvimento: uma procura intemporal e uma necessidade atual²

A reflexão sobre a importância do território na promoção de formas de desenvolvimento sustentado, embora não seja recente, tem vindo a assumir uma progressiva centralidade nos discursos e nas estratégias políticas atuais ao nível da construção de respostas para os problemas com que nos vamos deparando. De referir que esta ideia resulta de uma procura com um passado longo, nos diferentes processos de organização da vida social dos seres humanos. Atendendo à interdependência entre a organização social e desenvolvimento, torna-se fundamental construir um sentido comum para as diferentes aprendizagens, individuais e coletivas, proporcionando-lhes espaços formais de transmissão geracional de culturas e saberes, uma vez que se procura apostar num futuro melhor que promova experiências de vida e educativas de transformação das práticas quotidianas, face a exigências de mudança mais imediata.

¹ O preconizado quadro de autonomia financeira e de gestão de recursos humanos, assente em soluções flexíveis e de inovação dentro da escola pública poderá vir, no futuro, a ser equacionado em sede de Conselho Municipal de Educação.

² Texto introdutório desenvolvido em artigos publicados no contexto da implementação e realização dos projetos estratégicos para educação – Projeto Educativo Local – que a equipa da Universidade de Coimbra (Faculdade de Letras e de Psicologia e de Ciências da Educação) tem vindo a desenvolver (Cordeiro et al., Alcoforado et al., 2014).

Tal como tem vindo a ser sublinhado por diferentes especialistas, parece indiscutível a ideia de que o desenvolvimento não pode ser pensado se não for entendido numa lógica de espaço-tempo, onde a noção de território abrange, em simultâneo, um espaço de acumulação de recursos e um espaço de transformação. Deste modo, a definição de território (e de território municipal, por maioria de razões) ultrapassa largamente o espaço físico, devendo ser entendido como uma realidade complexa onde, para além das componentes biofísicas, se encontram, igualmente, presentes, numa inter-relação equilibrada, a apropriação e reelaboração das componentes humanas, sociais, culturais e históricas.

Neste sentido, o conceito de comunidade(s) adquire, igualmente, especial interesse, dado constituir(em) espaço(s) e local(ais) onde se estabelecem autênticas relações sociais, sabendo que, ao nível territorial, qualquer transformação desejável somente advém de uma ação concertada da(s) comunidade(s), bem como da sua capacidade para mobilizar o conhecimento individual e coletivo em prol das mudanças necessárias, ao nível económico, social e cultural.

Mesmo coexistindo diferentes comunidades, num determinado território (de vizinhança, profissionais, familiares, académicas, culturais...), e de todas elas seja legítimo esperar o contributo indispensável para o futuro que se deseja construir, a ambição para que apela é bastante mais abrangente, procurando corporizar a antecipar uma realidade que desejável, planeando as etapas necessárias para a sua materialização, através de um projeto de desenvolvimento estratégico, resultante da vontade e do envolvimento de todos os membros da comunidade territorial.

Estamos, assim, perante o grande desafio que também as políticas públicas, nacionais e europeias, começam a colocar a si próprias, já que procuram estruturar-se numa base mais flexível para o desenvolvimento territorial, pretendendo, por um lado, gerar as condições possíveis para combater desigualdades geográficas mais restritivas e, por outro lado, disponibilizar os recursos necessários para a emergência de formas de desenvolvimento de caráter mais local.

Ainda que se deva esperar uma maior ousadia destas políticas, na capacidade para gerarem movimentos ascendentes, promotores de desenvolvimento solidário e capazes de articular as pessoas, as suas diferentes comunidades e a sociedade, no seu todo, é fundamental que cada território se prepare e movimente para aproveitar os recursos disponíveis e mobilizáveis, mas, de forma predominante, seja capaz de fazer valer a sua vontade de se construir como projeto realista e desafiante de base local, capaz de gerar, tendencialmente, dinâmicas individuais e coletivas, essenciais a essa ambição, respeitando alguns princípios gerais que as políticas de orientação *bottom-up* devem ter em consideração, garantindo um desenvolvimento local:

- Localizado e integrado, porque parte sempre de contextos particulares para outros mais amplos, alargando-se a todas as dimensões da vida das pessoas (social, cultural e económica), mobilizando-as, e aos seus grupos de pertença, na prossecução dos objetivos comuns que corporizam uma ideia identitária onde todos se reveem;
- Endógeno, ecológico e equilibrado, porque utiliza, respeita e potencia os recursos naturais e culturais do território, sem gerar impactos ambientais negativos e sem criar tensões sociais;
- Social e cultural, porque se orienta para o bem-estar de todos, para a recuperação e valorização das culturas locais e para a reabilitação do património material e imaterial, tanto histórico como artístico;

- Participado, porque são as pessoas (todas as pessoas!) os verdadeiros agentes de todas as suas fases e componentes.

Desta forma, a educação e a formação, enquanto ações que materializam o desenvolvimento desejável, necessitam de um espaço e de um tempo que atribuam sentido às transformações que devem promover, a partir dos recursos disponíveis e mobilizáveis num contexto específico. Estas práticas necessitam de se estruturar a partir de políticas educativas de base local (articulando-se com outras ao nível nacional e transnacional), que promovam a participação de todos e impulsionem as mudanças necessárias a partir das diferentes comunidades, sendo desejável que todos contribuam para o desenvolvimento integrado e sustentado do seu território.

Salienta-se ainda que qualquer projeto estratégico de desenvolvimento, desejavelmente sustentável e de base local, ao nível de um território, tem, necessariamente, de ser articulado com um projeto educativo que prepare todos os habitantes para as mudanças a empreender e potencie as experiências resultantes dessas práticas transformativas, como aprendizagens individuais e coletivas, que potenciem e deem ambição e sentido comum ao desenvolvimento desejado. É esta, no limite, a visão de uma política de desenvolvimento e educativa de inspiração progressista: uma educação que nos prepara para o exercício pleno dos diferentes papéis sociais, esperando desta prática, em todas as suas dimensões, um desafio a novas aprendizagens e à contínua construção de novas realidades, resultantes da vontade e da ação de todos, num determinado território.

1.2.2. Plano Estratégico Educativo Municipal - Para um Desenvolvimento Integrado e Sustentável

A assunção da responsabilidade da educação, por parte dos estados, tem-se vindo a fazer com base em três convicções principais: acreditar que todas as pessoas são educáveis; ser sempre possível induzir novas formas de desenvolvimento, entendendo-o de uma maneira integrada e sustentável, a partir do domínio progressivo de novos saberes; admitir a superioridade ética da democracia sobre outras formas de exercício do poder, sendo, por isso mesmo, necessário preparar todas as pessoas para esta participação política continuada. Ao longo de todo este período que convencionamos chamar de modernidade, em que o trabalho se constituiu como tempo social dominante, a criação dos sistemas educativos corporizou esta assunção pública da responsabilidade educativa, ajudando a criar a ideia de que a vida das pessoas ficava dividida em duas etapas fundamentais, uma com um tempo destinado a aprender e outra dedicada ao uso dessas aprendizagens para o desempenho dos papéis sociais esperados. Porém, desde logo se percebeu que a crescente complexificação das formas de trabalho e de exercício de cidadania não podiam conviver com esta delimitação, entre o mundo da vida e o mundo da educação. Tendo em conta as características da sociedade atual é clara a ideia de que, por razões epistemológicas, tecnológicas, profissionais e culturais, a educação se deve prolongar ao longo de toda a vida das pessoas, alargando-se, inevitavelmente, a todos os seus espaços de vida, princípios que devem constituir o grande desafio de qualquer projeto educativo, enquanto documento orientador de políticas públicas.

Por tudo isto, torna-se necessário juntar às políticas transnacionais e nacionais de educação, políticas locais que, em conjunto, contribuam para a mobilização da sociedade com o objetivo de formar cidadãos com capacidade para compreender e pensar o mundo global, mas disponíveis para agir de forma autónoma e responsável (por si mesmos e pelos que consigo interagem) no seu mundo local, em resultado de uma leitura crítica da sua realidade. Portanto, ainda que com referenciais e saberes globais, a educação tem que ser, também, pensada a partir dos

contextos locais, para que possam ser garantidos os recursos educativos necessários, os espaços de vida suficientemente desafiadores e o acompanhamento a todos os que necessitam de ajuda para dar sentido às suas aprendizagens contínuas, promovendo o seu reconhecimento pessoal e social.

Tal constatação contribuiu para o desafio de se repensar o papel das cidades e dos territórios e a emergência e consolidação da ideia de município educador, passando a aceitar-se que, para além das suas funções tradicionais (económica, social, política e de prestação de serviços), cada comunidade deve reconhecer, exercitar e desenvolver, permanentemente, uma função educadora, assumindo uma intencionalidade e responsabilidade, cujo objetivo principal deverá ser a formação, promoção e desenvolvimento de TODOS os habitantes e do território onde todos interagem.

Nesta lógica de pensamento, para além de garantir atividades heteroeducativas de qualidade, tendencialmente promotoras da capacidade de cada pessoa para dirigir os seus próprios processos de aprendizagem, apela-se hoje à consolidação de práticas ecoeducativas, entendendo-se por ecoeducação o conjunto diferenciado e articulado de experiências que permite que todos aprendam em conjunto, num equilíbrio harmonioso com o meio em que vivem e que partilham, influenciando-o, enquanto se influenciam, questionando-o, ao mesmo tempo que se questionam, transformando-o sempre que se transformam e promovendo o seu desenvolvimento, sempre que se desenvolvem.

Importante será referir que um Plano Estratégico Educativo Municipal, que assuma todas estas preocupações, deverá estar associado a um projeto de desenvolvimento estratégico do território, numa relação mutuamente desafiante e enriquecedora, sendo que ambos devem contribuir para reforçar a marca identitária, definida e assumida pelos habitantes. É também fundamental que o projeto educativo se estruture a partir de um centro dinamizador, pensado para colocar em interação todos os espaços educadores e potencialmente educadores, articulando uma necessária complementaridade das oportunidades de educação formal, não formal e informal e, tendo como ponto de partida o desenvolvimento de ações necessárias a um planeamento participado que reúna condições para que todos possam dar o seu contributo.

Nesse sentido, foi também intuito deste projeto a assunção de que os locais de trabalho sejam, progressivamente, baseados na possibilidade de disponibilizar oportunidades de convocação e construção contínua de novos saberes e competências. As empresas e todas as instituições socioeconómicas devem ser convocadas a este esforço formativo da comunidade, contribuindo para se perceber as necessidades de formação e comprometendo-se com este esforço de valorização de todos os trabalhadores e do território em geral. Será igualmente importante valorizar e acolher, quer as capacidades individuais para inovar e empreender, quer as iniciativas grupais para gerar formas alternativas e solidárias de produção. No entanto, para além do tecido socioeconómico, também se espera que os serviços públicos, os espaços patrimoniais e todo o movimento associativo se enquadrem e participem ativamente na elaboração e desenvolvimento deste projeto.

Em síntese, um Plano Estratégico Educativo Municipal deve ser assumido como um referencial de gestão estratégica da educação ao nível local, paralelo ao plano de desenvolvimento estratégico, constituindo-se como uma base para o desenvolvimento de políticas por parte das entidades que dispõem de competência para o efeito, designadamente, a autarquia, as escolas, mas também a sociedade civil (todos os parceiros), articulando-as com todas as oportunidades de educação formal, não formal e informal, que são proporcionadas por todas as organizações e espaços do território e da vida das pessoas e das comunidades.

1.2.3. Espaços com Potencial Educativo

O Plano Estratégico Educativo Municipal procura ajudar na identificação, na articulação e mesmo na construção de espaços públicos de educação no território de Vila Nova de Famalicão, espaços que se entendam como verdadeiramente educadores e cujo planeamento pedagógico seja uma realidade, contribuindo para a construção contínua de como se pode ser cidadão (figura 2).



Figura 2
Território como ambiente de aprendizagem.

Vários são os estudos que evidenciam o potencial dos espaços de educação não formal para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, dado aumentarem a possibilidade de os alunos se envolverem numa multiplicidade de atividades enriquecedoras e complementares às realizadas na sala de aula. Ao proporcionar atividades educativas com objetivos bem definidos em espaços não formais, tais como museus, bibliotecas, espaços verdes urbanos, edifícios socioculturais, espaços desportivos ou outros, numa perspetiva de articulação com o trabalho desenvolvido em sala de aula, é possível alcançar um maior envolvimento, motivação e cooperação das crianças e jovens na realização de atividades e, concomitantemente, obter aprendizagens de âmbito curricular mais consistentes. Assim, urge entender o território como ambiente de aprendizagem que multiplica as oportunidades educativas para todas as faixas etárias, privilegiando uma estreita articulação com a comunidade local e, em simultâneo, a gestão integrada dos recursos e o desenvolvimento de atividades de âmbito educativo, cultural, social e desportivo.

Pretende-se, como se constata, que a ideia do “local” possa envolver-se numa construção coletiva que reforce a ideia de democracia participativa, levando a um maior envolvimento dos indivíduos na construção de políticas de desenvolvimento sustentável nos diferentes prismas de análise e que a ideia de trabalho em “rede” se continue a implementar no território.

1.3. METODOLOGIA

O Plano Estratégico Educativo Municipal de Vila Nova de Famalicão assumiu, desde o seu desenho inicial, uma metodologia que se pretendeu participativa, sendo o seu desenvolvimento adaptado a cada um dos seus subterritórios e, por isso, único de acordo com a participação e necessidades específicas do município.

Sendo um processo totalmente suportado por uma metodologia de projeto participada, assumiu uma configuração metodológica baseada em quatro fases distintas, apresentadas e aceites, desde o início do projeto, pelos diferentes atores locais - Diagnóstico, Planeamento e Desenho, Implementação e Avaliação -, obedecendo, cada uma delas, a diferentes etapas organizadas de forma sequencial (figura 3).

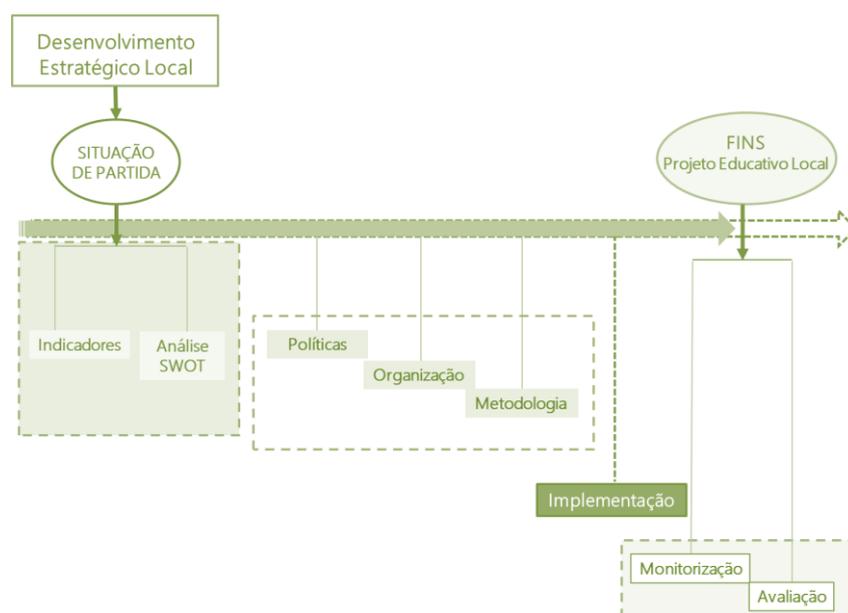


Figura 3
Bases metodológicas do Plano Estratégico Educativo Municipal – Diagnóstico, Planeamento e Desenho, Implementação e Avaliação.

Como em qualquer plano estratégico, o diagnóstico do PEEM assume-se como parte inicial e fulcral do projeto, uma vez que se acredita que, quanto maior for o seu rigor, associado a um bom planeamento, maior será a probabilidade de sucesso de implementação do mesmo. Assim, ao nível do diagnóstico, procedeu-se a um conjunto de estratégias de auscultação e envolvimento dos cidadãos, as quais se assumiram como as bases de trabalho para o desenvolvimento dos documentos estratégicos de diagnóstico do território e dos projetos estratégicos de educação que mais adiante se vão apresentar.

1.3.1. Estratégias de auscultação e envolvimento da população

Atendendo ao cariz participativo e participado que um projeto como o que foi desenvolvido exige, várias estratégias foram utilizadas para fomentar a participação dos diferentes atores de Vila Nova de Famalicão. De facto, a construção do PEEM deve partir das necessidades dos cidadãos e incentivar a construção de um cenário desejável para todos e com todos, revelando-se profícuo o envolvimento de um conjunto de *Stakeholders* (figura 4). Os *Stakeholders* surgem, assim, como organizações, agentes e parceiros estratégicos fortemente implicados no

domínio educativo do território e com capacidade para influenciar e contribuir, direta ou indiretamente, para o êxito do mesmo, estando subdivididos em *Stakeholders* internos e externos – enquanto os primeiros remetem para grupos de interesse com maior nível de proximidade e responsabilidades diretas na educação do município, os *Stakeholders* externos, ainda que não estejam diretamente associados, nem sejam tão próximos quanto os internos, possuem igualmente interesse e capacidade para influenciar, contribuir e apoiar na tomada de decisões.

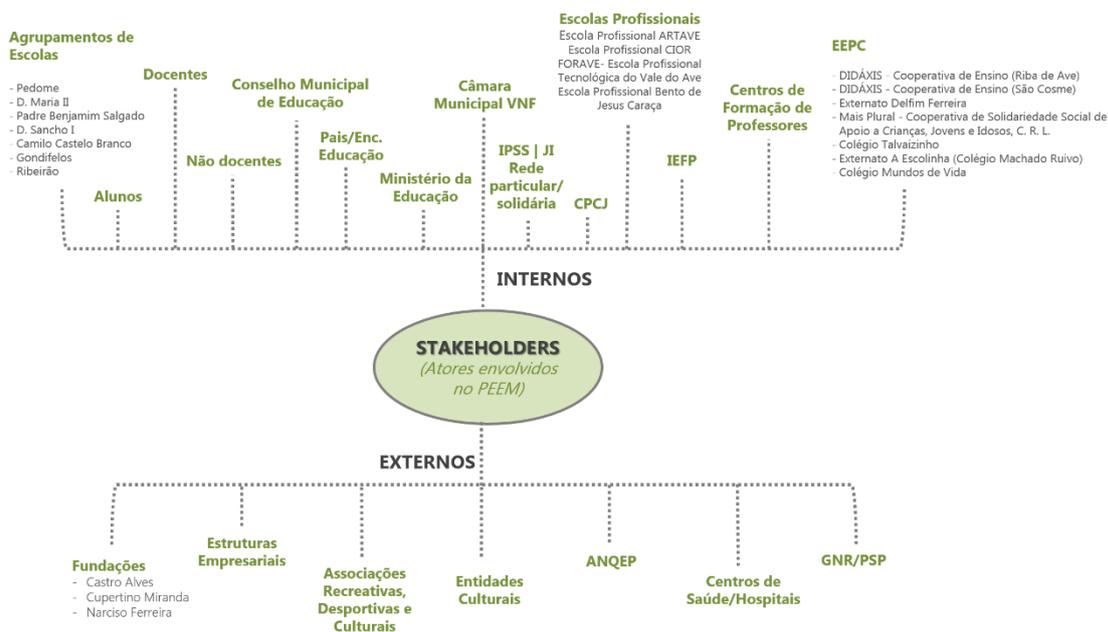


Figura 4 Stakeholders Internos e Externos – O envolvimento dos diferentes atores no PEEM de Vila Nova de Famalicão.

Atendendo ao facto de o sucesso deste plano estratégico educativo municipal depender, amplamente, da participação e cooperação destes *Stakeholders*, tornou-se fundamental assegurar que as suas expectativas e necessidades fossem conhecidas, consideradas e incluídas em todo este processo, razão pela qual foram realizadas diversas reuniões de auscultação da população, com a adequada recolha de dados, tendo sido estas dinamizadas pelas equipas do PEEM da autarquia e envolvendo diferentes temáticas e orgânicas. Estas reuniões, em grupos de trabalho, foram essenciais na construção do diagnóstico (e não só), uma vez que foi a partir destas que se mobilizaram os atores para a procura de uma estratégia comum, partindo das necessidades que estes sentem no seu dia-a-dia no todo do município de Vila Nova de Famalicão.

Para além do conjunto de reuniões levado a cabo ao longo deste processo, foram também realizados *Workshops* e *Focus Group*, quer com os atores educativos – diretores de agrupamentos de escolas, diretores de escolas da rede particular, docentes ligados à educação especial, docentes em geral e equipas de avaliação interna das escolas - quer com os restantes Stakeholders do município. Nesse particular, realça-se as reuniões efetuadas com Executivo Municipal e Assembleia Municipal, Conselho Municipal de Educação, Conselho Local de Ação Social, Conselho Municipal da Juventude, bem como com as Associações Desportivas e Culturais, com as Associações de Pais e Centros de Formação de Professores. De referir, ainda, as reuniões efetuadas no âmbito do volume II do PEEM – Carta Educativa de 2ª Geração – com a população das diversas freguesias que integram cada um dos diferentes Agrupamentos de Escolas.

Em simultâneo foram lançados inquéritos temáticos para que a auscultação se tornasse mais ampla e diversificada, de modo a que o PEEM se apresentasse como um documento que refletisse a visão de construção do que se pretende para o município: que aluno é que se pretende como o ideal dos diferentes territórios municipais e do próprio concelho; quais as fraquezas e quais as potencialidades da escola em Vila Nova de Famalicão; ou qual é a visão dos atores face à escola de futuro do Município.

1.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano estratégico para a área da educação no município de Vila Nova de Famalicão assume-se, assim, como um instrumento de caráter estruturante, regulador das orientações estratégicas e das práticas educativas para o território. Nesse sentido, implicou processos dinâmicos de análise, diagnóstico, monitorização, avaliação e, sobretudo, de partilha do compromisso e da responsabilidade educativa entre os atores educativos, num determinado espaço com identidade própria e objetivos partilhados, como é o do território do município e que vai obrigar sempre a um compromisso de monitorização e avaliação ao longo da vigência do plano. Num momento em que a ação das autarquias é cada vez mais relevante no domínio da educação, o PEEM, enquanto instrumento estruturante e prospetivo, deve assumir um papel de destaque na planificação de ações que possam contribuir para uma educação holística e contínua dos seus cidadãos, no quadro de um plano estratégico de desenvolvimento sustentável de um determinado território (Cordeiro, *et al*, 2012; Alcoforado *et al*, 2014), devendo, por isso, integrar uma equipa alargada de profissionais e atores do território que se devem organizar em torno de projetos concretos, bem definidos e participados por todos, aliás como se observa em Vila Nova de Famalicão.

Tendo em consideração o objetivo deste Plano Estratégico Educativo Municipal, os princípios que se pretendiam e pretendem concretizar com a sua implementação, bem como as transformações que se pretendem alcançar, a opção direcionou-se para uma metodologia de projeto participativa, assente numa fase de diagnóstico muito pormenorizada e diversificada, aliás como é visível na organização do projeto, estabilizada na estratégia onde todas as etapas seguintes se encontram planeadas. A fase de implementação e avaliação que se deverá seguir ao momento de assunção do presente documento, deve já reunir as diferentes equipas que discutirão os projetos e as formas de implementação, uma vez que só depois da estrutura organizativa estar envolvida no processo se deverá avançar no desenho detalhado e implementação da avaliação.

Embora do ponto de vista estratégico se assuma como um projeto com princípio, meio e fim, o PEEM do município de Vila Nova de Famalicão, face aos diferentes eixos estratégicos definidos, desenvolve-se como uma estratégia permanentemente construtiva, onde se deverá sempre melhorar e acrescentar mais atividades e envolvimento, procurando o desenvolvimento de políticas locais. Ao serem participadas por mais atores, desenvolve-se com contributos cada vez mais ricos e numa base de mudança cultural ativa. Vila Nova de Famalicão, enquanto município educador, para além das suas funções regulares assume, assim, um compromisso de médio prazo assente na ideia identitária da inclusão, participação e inovação.

2. Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão: Famalicão Visão'25



2.1. FAMILICÃO VISÃO'25

Famalicão Visão'25 corresponde ao Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão para o horizonte 2014-2025. Este plano apresenta como objetivo fulcral *“Projetar Vila Nova de Famalicão como uma comunidade tecno-industrial global, focada na excelência dos setores agroalimentar e têxtil, com um território verde multifuncional”*. Este documento, de base participativa, permite conhecer o posicionamento de Famalicão na contemporaneidade, sendo também um repositório dos valores que os habitantes de Vila Nova de Famalicão querem ver valorizados e potenciados no seu futuro coletivo. Alguns dos valores dizem respeito à valorização do território de saber fazer, industrial e empreendedor, conectado, urbano-rural, de fortes relações de interconhecimento geradoras de dinâmicas comunitárias, redes e parcerias, que devem constituir-se como mais-valias das ações futuras a desenvolver e implementar neste território. A elaboração deste plano, seguindo as premissas orientadoras do planeamento estratégico, envolveu um longo processo de debate e auscultação da população local – quer individualmente, quer através das associações, comissões políticas e juntas de freguesia – a realização de workshops de reflexão sobre vários temas, mesas redondas, visitas guiadas, exposições, concursos e diversas atividades que apelaram à participação cívica e ativa de toda a população.

Com o objetivo máximo de estabelecer uma proposta de Visão Estratégica para o território, a primeira parte expõe os patamares e níveis de construção: da sinalização dos valores de diferenciação e complementaridade apresentados pelo espaço social e físico, à identificação do novo nível prospetivo de valores com os quais se deseja reconstruir a identidade futura. Paralelamente estabelecem-se os desafios a enfrentar, assentes em convicções e ambições, sobre o estado atual e o futuro que se deseja para este território. Os desafios, assentes na identidade e valores presentes no território, representam onde se quer chegar e que percurso deve ser feito. Estes foram sistematizados em: “Território tecno-industrial de excelência”; “Território de “crossinnovation”; “Território espaço e funcionalmente biodiverso de referência”; “Economia doméstica sustentável e responsável apoiada na nova economia [Bioeconomia]”; “Laboratório de inovação social de interação e participação e do capital sociocultural”; “Vivência na comunidade aberta e colaborativa”; “Modelo de governança para a iniciativa e corresponsabilização do cidadão” e “Território de governação amigável para os cidadãos”.

A partir destes desafios emerge uma Visão simultaneamente descritiva do cenário ambicionado e impulsionadora de uma dinâmica conjunta. Para melhor assegurar o longo trajeto entre os valores identitários do presente e os valores futuros é proposto um conjunto de quatro Programas-Estrela (“Famalicão Made In”; “B-Smart Famalicão”; “Força V - Famalicão Voluntário” e “Famalicão Comunitário”) e um quadro de indicadores de acompanhamento da Visão.

A segunda parte deste plano tenta elencar um conjunto de agendas associadas aos Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento da Estratégia Europa 2020: a Agenda do Crescimento Inteligente, a Agenda do Crescimento Sustentável, a Agenda do Crescimento Inclusivo e a Agenda da Governança do Território. Para cada uma das agendas, e suportando-se dos resultados dos eventos de envolvimento e participação ocorridos no âmbito do programa “Famalicão Visão'25 – 25 Ideias de Futuro” – nomeadamente, os *workshops* das plataformas interinstitucionais –, são apresentadas propostas de Áreas com Potencial de Intervenção, bem como se integram as Redes e Parcerias de suporte e se propõem um conjunto de Projetos Estruturantes.

Numa terceira parte e atendendo a um papel contínuo do planeamento estratégico, é dedicada uma atenção à exploração das diversas estratégias a prosseguir durante o período de vigência do plano estratégico no sentido

de continuar a catalisar processos, enriquecer e qualificar a ação existente, ativar as energias da participação cívica, gerar inovações e criatividade e interligar com dinâmicas externas.

Na quarta e quinta partes, são elencadas diversas propostas práticas que apoiem a concretização operacional de projetos e garantam uma avaliação prospetiva e enriquecedora com referenciais reconhecidos.

Numa sexta parte é dado especial destaque ao papel da comunicação como ferramenta ao serviço da ambição partilhada no território e, simultaneamente, como processo de animação do desenvolvimento do território. Nesta parte são sinalizados os diversos domínios e recursos a atender, orientados sempre num sentido de atribuição de voz e capacidades à comunidade. O primeiro exercício, do “Sofá Visão’25” aos 30 eventos do programa “25 Ideias de Futuro” incluem algumas das primeiras premissas comunicacionais a valorizar.

No que diz respeito à Educação, é notório que ao longo do documento é dado especial enfoque a esta área temática. A referência ao objetivo temático 10 (OT10) “Investir na Educação e na Formação Profissional para a aquisição de competências e Aprendizagem ao Longo da Vida” é complementada por um diagnóstico síntese do estado do território nesta matéria, sendo posteriormente elencadas as áreas com potencial de intervenção nas diferentes modalidades de ensino, que serão trabalhadas no projeto estruturante “Plano Estratégico Educativo Municipal”. Desta forma, a partir do objetivo temático 10 é estabelecida a ponte para o PEEM que, por sua vez e de acordo com o trabalho de diagnóstico realizado dará origem a outros objetivos bem definidos e orientados para a intervenção pretendida. É dado destaque à Aprendizagem ao longo da vida elencando-se as seguintes medidas de intervenção: programas de cursos de educação e formação de adultos e de cursos para o ensino recorrente; projetos que promovam o desenvolvimento das competências comportamentais, através da partilha de programas entre empresas, substituindo-as por iniciativas individuais; e mobilização da população para processos de RVCC, com o envolvimento das empresas e entidades locais. Atendendo à relação existente entre o PEEM e o Plano Estratégico de Desenvolvimento, seguidamente, é apresentado um quadro síntese que vem reforçar o alinhamento e papel do PEEM face à visão ambicionada até 2025 (quadro 1).

De salientar que as escolas devem procurar especializar-se em áreas chave que promovam as competências necessárias para se cumprir o perfil do aluno do século XXI. Isto implica que os alunos e encarregados de educação procurem a Escola porque é aquela que lhe oferece uma oferta educativa e formativa coincidente com os seus interesses e aspirações, enquanto outros escolherão outras escolas porque a oferta é diferenciada e está mais de acordo com os seus interesses.

VISÃO PARA 2025	SEREMOS UMA COMUNIDADE TECNO-INDUSTRIAL GLOBAL NUM TERRITÓRIO VERDE MULTIFUNCIONAL			
DESAFIOS CENTRAIS	Ser empreendedor na aplicação de soluções de futuro	Ser um território bio diverso	Ser uma comunidade de excelência e um laboratório de inovação social	Ser um modelo de governança e governação amigável
DESAFIOS (que se traduzem nas ambições)	Território Tecno-Industrial de Excelência Território de “Cross-Innovation”	Território Biodiverso de Referência Território de BioEconomia	Laboratório de Inovação Social de Interação e Participação e do capital sociocultural Vivência na Comunidade aberta e colaborativa	Governação amigável para os cidadãos Modelo de governança para a cidadania e corresponsabilização do cidadão
VALORES DE PARTIDA	<ul style="list-style-type: none"> Saber técnico/tecnológico/industrial Território de empreendedorismo /Território Industrial Impulso empreendedor (empreendedorismo industrial e empresarial) Território conectado com o exterior e exportador Território cooperativo e competitivo Capital social de micro-relações e interconhecimento Saber fazer prático Campo de experimentação, adaptação e capacidade de realização prática 	<ul style="list-style-type: none"> Ocupação dispersa / Conexões permanentes Urbano-Rural-Industrial / Território policêntrico e multifuncional / Paisagem distintiva (identidade criada pela diversidade) Mix Urbano-Industrial e Natural-Rural potenciador de desenvolvimento integrado (económico, social e ambiental), “Pegada Ecológica Local”, “Cidade-Região” Potencial de economia mais verde/ Potenciação e valorização dos recursos naturais existentes Economia doméstica apoiada pela agricultura complementar Acessibilidade / Centralidade Conexões Urbano-Rural-Industrial (a identidade criada pela diversidade) 	<ul style="list-style-type: none"> Inteligência coletiva de prática / Laboratório de Inovação Social na área da experimentação / Conhecimento da prática e da execução / Implementação inovadora / Capacidade de realização / Qualificação Integração das políticas na ação social e educação, de forma adaptada, ajustada, criativa e colaborativa Capital social (micro relações e interconhecimento) Networking social Comunidade aberta / Recetividade a novidades e oportunidades / Capacidade de atração para realização / Capacidade de acolhimento / Diversidade nos valores de autenticidade 	<ul style="list-style-type: none"> Espírito de iniciativa comunitária / Serviço comunitário dinâmico e ativo / Voluntariado informal / Cultura de participação e envolvimento distintivos e reconhecidos / Dinâmica de participação cidadã transversal / Comissões sociais locais / Cidadania Participação em redes locais (reconhecidas a nível nacional como boas práticas) regionais, nacionais e internacionais Cooperação Município-Freguesias / Descentralização Tradição de cooperativismo Política municipal para a modernização administrativa / Reforço na utilização das TIC/ Crescente disponibilização de informação municipal aos cidadãos /Acessibilidade aos serviços e sua ligação com os cidadãos Situação financeira sólida do Município
VALORES DE CHEGADA	<ul style="list-style-type: none"> Excelência na produção Distinção nos setores agroalimentar e têxtil Tecnologia e design Incorporação tecnológica Novo patamar de excelência em novos materiais Novo patamar de ligações no meio económico (exportação, internacionalização) 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização e Qualificação da Diversidade e Multifuncionalidade Valorização Económica dos Recursos Locais Consumo Local Responsável Economia Doméstica Sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Networking de Excelência Novo patamar no envolvimento e participação da população Inclusão transversal (para além do social) 	<ul style="list-style-type: none"> Serviço Comunitário de Excelência (cooperação e colaboração entre administração pública, atores privados e cidadãos) Novo patamar na participação do cidadão ao nível da apresentação de propostas e implementação de projetos Eficácia e eficiência no funcionamento institucional Novo patamar na relação entre administração pública e o cidadão

3. Caracterização do Território



3.1. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

O Enquadramento Demográfico e Socioeconómico do município de Vila Nova de Famalicão, enquanto primeira fase de diagnóstico, centra-se na caracterização genérica deste município numa grande diversidade temática, e numa tentativa de alargar o conhecimento da realidade do território em termos do seu posicionamento no contexto nacional, regional e local. Este conhecimento servirá de base para o desenvolvimento de políticas e medidas no âmbito educativo.

Neste contexto, o diagnóstico apresentado resulta de uma leitura às componentes demográficas e socioeconómicas do município e das freguesias que o integram. Relativamente às dinâmicas socioeconómicas e empresariais, optou-se por apresentar também dados relativos aos municípios limítrofes, ao Continente, à Região Norte e à Comunidade Intermunicipal do Ave, procurando compreender o posicionamento competitivo do município de Vila Nova de Famalicão. Procurou-se apresentar uma análise estatística despretensiosa, com a compilação de alguns indicadores, chamando a atenção para as suas inevitáveis insuficiências e limitações, mas que ainda assim concedem uma visão global aos diferentes territórios, sugerindo padrões territoriais de comportamento em algumas dimensões analisadas. Em jeito de síntese dos indicadores apresentados, utilizou-se uma metodologia de estatística multivariada (análise fatorial e análise de clusters), cruzando alguns dos principais indicadores demográficos, sociais e económicos, numa tentativa de estabelecer padrões territoriais homogéneos em termos dos indicadores observados (ACP).

Reconhecendo que o Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM) de Vila Nova de Famalicão deverá ter uma abordagem territorial, é fundamental que se conheça em maior detalhe as diferentes dinâmicas que têm vindo a caracterizar este território ao longo das últimas décadas. Desde logo, optou-se por uma análise ao nível da dinâmica demográfica do passado, atual e futura, com o objetivo de se perceber a evolução ocorrida dos últimos anos, assim como prospetivar como será a população nas próximas décadas. Foi dado particular destaque à evolução futura da população em idade escolar, uma vez que o momento atual obriga a um necessário planeamento de recursos, equipamentos e ações para as crianças e jovens do futuro.

Paralelamente são apresentados indicadores relativos à dinâmica socioeconómica e empresarial, focando-se aspetos relacionados com o sistema urbano e povoamento, as condições de habitação, as famílias, as condições e o nível de vida, a estrutura e tecido empresarial, o mercado de trabalho, as qualificações, as condições de saúde e o ambiente. Ao nível da dinâmica empresarial foi concedido um maior destaque a esta temática, uma vez que muitas das estratégias a desenvolver no âmbito do PEEM passam pelo efetivo envolvimento do tecido empresarial do município, numa lógica de aperfeiçoamento das políticas educativas e de formação e numa clara aposta na qualificação profissional e na educação e formação ao longo da vida.

Neste contexto, e em resumo, apresenta-se um conjunto de indicadores síntese relativos às dinâmicas demográficas e socioeconómicas que permitem conhecer a evolução entre dois anos e compreender o posicionamento deste território em termos regionais e nacionais (Quadro 2).

O município de Vila Nova de Famalicão, localizado no litoral norte de Portugal encontra-se enquadrado na divisão administrativa da Comunidade Intermunicipal do Ave, sendo um dos catorze municípios do distrito de Braga. É limitado a norte pelos municípios de Braga e Barcelos, a este pelo município de Guimarães, a sul pelos municípios de Trofa e Santo Tirso e a oeste por Póvoa de Varzim.

Com uma extensão de 201,59 km², o município que corresponde a uma área de transição entre a região do Minho e a Área metropolitana do Porto, encontra-se distribuído por 34 freguesias após a revisão administrativa de 2013. Já quanto às particularidades paisagísticas do território, estas apresentam-se com características associadas ao Maciço Hespérico, principal unidade estrutural do substrato Português, e no qual o relevo granítico se apresenta como predominante.

O município assume uma posição privilegiada em termos de eixos estruturantes do território e redes de conectividades quer no contexto nacional, quer no internacional, já que ostenta dois eixos determinantes na rede rodoviária portuguesa, o eixo da A3 que liga Porto-Braga-Valença. Este eixo representa ainda maior importância no desenvolvimento regional e nacional, visto ser um dos principais eixos de ligação à região da Galiza e à cidade de Vigo.

No que diz respeito à dinâmica populacional, residem cerca de 133 832 indivíduos no município (dados de 2011), correspondendo a 3,63% da população residente na Região Norte e a cerca de 1,33% da população residente no Continente. Assume-se como o 9º município com maiores quantitativos populacionais da Região Norte e o 20º município a nível nacional. Porém, em termos de densidade populacional (663,90 hab/km²) esta assume valores muito superiores aos da Região Norte (173,30 hab/km²) e do Continente (112,80 hab/km²).

Salienta-se a posição favorável do município em termos dos indicadores demográficos selecionados. Sendo um concelho que na última década registou um acréscimo populacional, destaca-se que o fenómeno do envelhecimento populacional é menos pronunciado, tendo por comparação a média regional e nacional.

Os resultados obtidos aquando da realização de projeções da população escolar, com base no método por componentes por coortes, permitem concluir que entre 2011 e 2031 os grupos etários dos 3 a 5 anos, 6 a 9 anos, 10 a 11 anos, 12 a 14 anos e 15 a 17 anos apresentam uma tendência de diminuição substancial.

No quadro do conhecimento do capital humano, importa destacar uma taxa de atividade em 2011 de 61,1%, valor superior à generalidade dos municípios limítrofes e bastante superior à média regional e nacional. A consideração dos ativos empregados deixa antever a importância que as atividades relacionadas com o setor secundário têm no município, uma vez que este setor representa quase metade dos empregados no município. Aliás, é manifestamente reconhecido o papel que a indústria transformadora detém neste município, não só em termos de empregos criados, mas também de empresas constituídas (12,7%), e de valor acrescentado bruto (67,9%). Numa análise aos ramos da indústria transformadora, é a indústria do vestuário (39,8%), a fabricação de têxteis (13,2%) e a fabricação de produtos metálicos (13,1%) que apresentam um maior número de empresas. De salientar que a indústria do vestuário é aquela que apresenta um maior número de pessoal ao serviço (6946, correspondendo a 29,9%).

No que diz respeito ao perfil de habilitações da população empregada, constata-se uma insuficiente qualificação escolar no conjunto dos trabalhadores, observando-se que 57,4% não tem mais do que o 3º ciclo do ensino básico. Tendo presente a evolução do desemprego para os anos mais recentes, importa salientar a tendência de decréscimo no número de desempregados registados nos centros de emprego (de 10994 indivíduos em 2012 para 6287 em 2015, ou seja, um decréscimo de 37,9%). No entanto, sublinha-se a posição desfavorável deste município no quadro regional e nacional numa série de indicadores relacionados com as habilitações da população empregada, com a taxa de desemprego e com o poder de compra.

Quadro 2
Indicadores síntese das dinâmicas demográficas e socioeconómicas em Vila Nova de Famalicão.

Dimensões	Indicadores	Valor atual	Evolução face ao ano/década anterior	Situação no contexto regional	Situação no contexto nacional	ano de referência
Demografia	Taxa de variação populacional	4,9%	▼	😊	😊	2001-2011
	Taxa de natalidade	9,10‰	▼	😊	😞	2011
	Densidade populacional	663,8 hab/km²	▲	😊	😊	2011
	Índice de envelhecimento	85,7	▲	😊	😊	2011
	Índice de dependência total	42,8	▲	😊	😊	2011
	População com 14 ou menos anos de idade	16,2%	▼	😊	😊	2011
Habitação	Índice de envelhecimento dos edifícios	94,9	▲	😊	😊	2011
	Alojamentos vagos	9,2%	▲	😊	😊	2011
	Proporção de alojamentos sobrelotados	11,1%	-	😊	😞	2011
Famílias	Taxa de variação das famílias clássicas	14,2%	▼	😊	😊	2001-2011
	Proporção de casais com filhos	67,8%	▼	😊	😊	2011
	Proporção de núcleos monoparentais	12,0%	▲	😊	😊	2011
	Famílias unipessoais de pessoas com 65 ou + anos de idade	5,6%	▲	😊	😊	2011
Condições de vida	Encargos médios mensais por aquisição de habitação	360,5€	-	😊	😊	2011
	Beneficiários subsídio de desemprego por 1000 habitantes	66,6	▲	😞	😞	2011
	Beneficiários Rendimento Social de Inserção por 1000 habitantes	16,3	▲	😊	😊	2011
Dinâmica económica e emprego	Variação no número de empresas	-0,2%	▼	😞	😊	2008-2013
	Variação do valor acrescentado bruto	12,0%	▲	😊	😊	2008-2014
	Taxa de atividade	61,1%	▲	😊	😊	2011
	Proporção de Profissionais socialmente mais valorizados	17,5%	▲	😞	😞	2011
	Proporção de população empregada no setor agrícola, pesca e floresta	10%	▼	😞	😞	2011
	Trabalhadores não qualificados	13,2%	▼	😞	😞	2011
	População empregada no setor secundário	49,8%	▼	😊	😊	2011
	Taxa de desemprego	14,9%	▲	😞	😞	2011
	Proporção de desempregados com nível de escolaridade superior	14,8%	▲	😞	😞	2011
	Poder de Compra (Indicador per capita)	87,52	▲	😞	😞	2013
Educação e Qualificação	Taxa de analfabetismo	4,0%	▼	😊	😊	2011
	Proporção de população residente com o 1º CEB	26,7%	▼	😊	😞	2011
	Proporção de população residente com o ensino secundário	11,9%	▲	😊	😞	2011
	Proporção de população residente com o ensino superior	8,4%	▲	😞	😞	2011
	População entre 6 e 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino	16%	-	😞	😊	2011
	População entre 18 e 24 anos de idade com o 3º CEB que não está a frequentar o sistema de ensino	20,6%	-	😊	😊	2011
	População com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo	8,5%	-	😊	😊	2011
	Taxa de retenção e desistência no ensino básico	5,4%	▼	😊	😊	2014/2015
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário	85,3%	▼	😊	😊	2014/2015	
Saúde	Enfermeiros por 1000 habitantes	4,7	▼	😞	😞	2014
	Médicos por 1000 habitantes	2,4	▲	😞	😞	2014
	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	0,2	=	😞	😞	2014
	Taxa quinquenal de mortalidade infantil	1,4‰	▼	😊	😊	2009/2013
	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal	0,9‰	▲	😊	😊	2009/2013
	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	2,1‰	▲	😊	😊	2013
	Taxa de mortalidade por tumores malignos	18‰	=	😊	😊	2013

Relativamente ao perfil de escolaridade da população residente destaca-se a evolução positiva nos indicadores selecionados, ainda que o atingir de habilitações de nível superior se encontre ainda aquém da média regional e nacional.

Por fim, os indicadores relacionados com a saúde destacam uma posição desfavorável do município em termos do número de médicos, enfermeiros e farmácias e postos farmacêuticos móveis, sendo que a observação das diferentes taxas de mortalidade realçam um melhor posicionamento de Famalicão, uma vez que os valores são inferiores aos territórios de referência. Em suma, com uma localização privilegiada no noroeste português, entre o Porto e a Galiza, o município de Vila Nova de Vila Nova de Famalicão tem conseguido capitalizar as vantagens derivadas da sua posição estratégica, apresentando-se como um município relativamente rejuvenescido, em crescimento demográfico e com um dinamismo económico de realce no contexto regional, fundamentalmente relacionado com a importância que a indústria transformadora detém neste território. É neste sentido que as políticas a definir e as decisões a tomar devem ser perspetivadas tendo em atenção o contexto da análise realizada e as tendências detetadas.

3.2. A REDE EDUCATIVA DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO - CARTA EDUCATIVA DE 2ª GERAÇÃO | REVISÃO

De acordo com o decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro a carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

Para cumprir esta finalidade a carta educativa do município de Vila Nova de Famalicão assentou, num primeiro momento, na realização de um completo diagnóstico do sistema educativo, que teve por objeto os edifícios e equipamentos educativos e respetiva localização geográfica, as ofertas educativas da educação pré-escolar ao ensino básico e secundário, incluindo as diferentes modalidades de ensino, e as frequências escolares. Para este completo diagnóstico do sistema educativo a carta educativa de 2ª geração do município de Vila Nova de Famalicão incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, particular, cooperativa e solidária.

Este completo diagnóstico do sistema educativo incluiu também a caracterização das atividades complementares de ação educativa (atividades de animação e de apoio à família, componente de apoio à família, atividades de enriquecimento curricular, atividades extracurriculares e desporto escolar), da situação do município face ao programa nacional educação 2015 (resultados em provas nacionais, taxas de retenção e taxas de abandono escolar), da caracterização dos equipamentos educativos e dos recursos humanos, da ação social escolar, dos transportes escolares e da educação e formação de adultos (Centros de Educação e Formação de Adultos, ensino recorrente e centros para a qualificação e o ensino profissional).

Num segundo momento, a carta educativa de 2ª Geração do município de Vila Nova de Famalicão integrou uma proposta de reorganização da rede educativa, que inclui uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos. Devido ao momento em que foi concluída, posterior à publicação do despacho normativo n.º 1H/2016, que regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens entre os 6 e os 18 anos, e à renegociação ou o término dos

contratos de associação no 2º e 3º CEB e no Ensino Secundário em muitos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, esta proposta acabou por se cingir apenas à reorganização da rede educativa da educação pré-escolar e do 1º CEB, uma vez que para os estabelecimentos de 2º e 3º CEB e de ensino secundário da rede pública e particular o contexto é de grande incerteza e instabilidade, sendo precoce a apresentação de qualquer proposta de reorganização da rede educativa nesta fase.

No ano letivo 2014/2015 a rede educativa do município de Vila Nova de Famalicão abrangia a educação pré-escolar e todos os níveis de ensino da escolaridade obrigatória (ensino básico e secundário), níveis estes garantidos por um parque escolar constituído por um total de 124 escolas (Quadro 3 e Figura 5). Naturalmente, estas escolas concentram-se nos níveis de ensino de base local e de proximidade (76 escolas na educação pré-escolar e 53 escolas no 1º CEB), disseminadas no território de forma a satisfazer a procura educativa, e encontram-se em menor número nos restantes níveis de ensino (25 escolas no 2º e 3º CEB e 18 escolas no ensino secundário), localizadas de forma a possibilitar o seu usufruto por parte de todos os potenciais utilizadores.

Quadro 3
Oferta e procura educativa no município no ano letivo 2014/2015³

Nível de ensino	Pública		Particular		Total		
	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	
Educação pré-escolar	42	1366	34	2034	76	3400	
1º CEB	49	4831	4	318	53	5149	
2º e 3º CEB	Regular	11	4908	3	2937	14	7845
	CEF	1	22	0	0	1	22
	Cursos profissionais	0	0	1	45	1	45
	Cursos vocacionais	5	151	1	49	6	200
	PIEF	3	51	0	0	3	51
Subtotal	20	5132	5	3031	25	8163	
Ensino secundário	Cursos científico-humanísticos	3	1831	3	768	6	2599
	Cursos profissionais	3	1164	7	1497	10	2661
	Cursos tecnológicos	0	0	1	27	1	27
	Cursos vocacionais	1	20	0	0	1	20
Subtotal	7	3015	11	2292	18	5307	
Total	118	14344	54	7675	172	22019	

³ No número de estabelecimentos de ensino estão consideradas as diferentes ofertas educativas que os edifícios escolares oferecem, incluindo os diversos níveis e modalidades de ensino. De referir que no ano letivo 2014/2015 as EB's Bairro, Gondifelos e Lousado foram consideradas como três estabelecimentos de ensino, embora todas funcionassem em dois equipamentos educativos distintos. A EB Bairro integrava a EB Bairro (Igreja), onde funcionava o 1º, o 2º e o 3º ano de escolaridade, e a EB Bairro (Avenida), onde funcionava o 4º ano de escolaridade. A EB Gondifelos subdividia-se entre a EB Gondifelos - EB1, onde funcionava o 1º e o 2º ano de escolaridade, e a EB Gondifelos - EB1, onde funcionava o 3º e o 4º ano de escolaridade. Por último, a EB Lousado apresentava a EB Lousado - edifício de cima, onde funcionava o 3º e o 4º ano de escolaridade, e a EB Lousado - edifício de baixo, onde funcionava o 1º e o 2º ano de escolaridade.

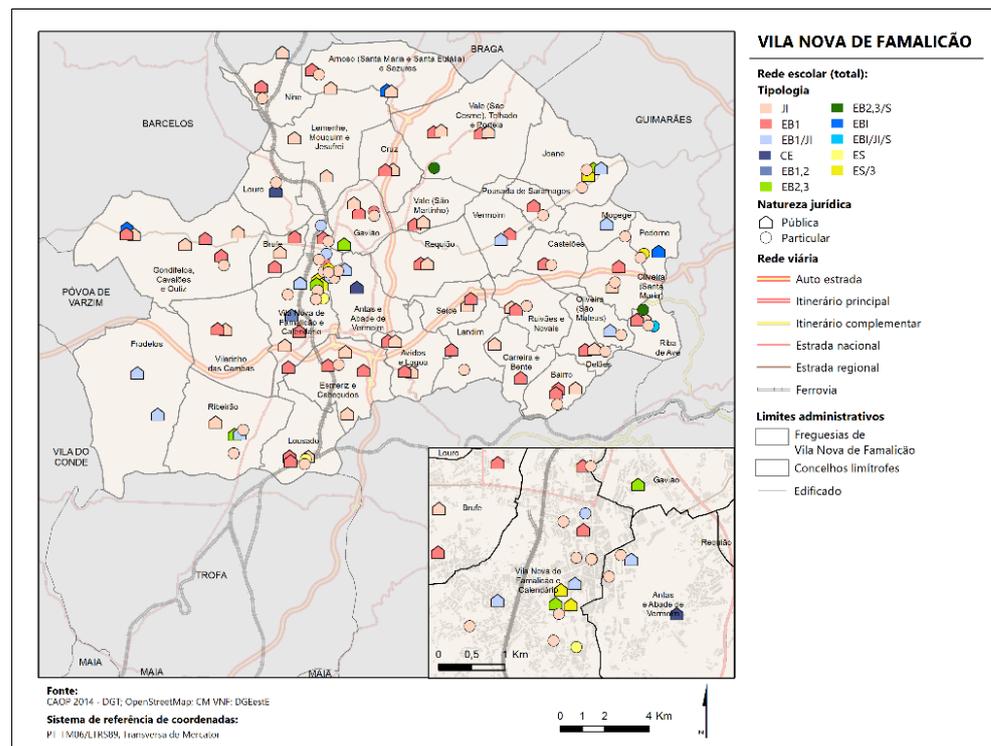


Figura 5
Rede Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão.

No mesmo período a rede educativa do município de Vila Nova de Famalicão era frequentada por um total de 22019 alunos (valor que exclui apenas a educação e formação de adultos), distribuídos da seguinte forma: 3400 crianças na educação pré-escolar, 5149 alunos no 1º CEB, 8163 alunos no 2º e 3º CEB e 5307 alunos no ensino secundário (Quadro 1). No 2º e 3º CEB os 8163 alunos repartem-se entre o ensino regular, com 7845 alunos, e as outras modalidades de ensino, com 22 alunos nos cursos de educação e formação (CEF), 45 alunos nos cursos profissionais, 200 alunos nos cursos vocacionais e 51 alunos nos planos integrados de educação e formação (PIEF). Por sua vez, no ensino secundário, os 5307 alunos dividem-se entre o ensino regular, com 2599 alunos, e as outras modalidades de ensino, com 2661 alunos nos cursos profissionais, 27 alunos nos cursos tecnológicos e 20 alunos nos cursos vocacionais. Os 2599 alunos nos cursos científico-humanísticos frequentam maioritariamente o curso de ciências e tecnologias, a que se segue, com valores bastante mais baixos, o curso de línguas e humanidades e, com valores inferiores, os cursos de ciências socioeconómicas e de artes visuais. De referir ainda o peso dos cursos profissionais no ensino secundário, que representam, aproximadamente, metade da população escolar total.

Esta população escolar tem vindo a registar uma diminuição nos últimos anos letivos, sendo que, e tendo em linha de conta apenas os nascimentos registados no município de Vila Nova de Famalicão, se prevê um agravamento futuro desta tendência em todos os níveis de ensino (Quadro 4). Para o período 2014/2015 e 2020/2021 prevê-se, para o 1º CEB, uma redução de -20,34%, que representa -1071 alunos, para o 2º CEB um decréscimo de -17,43%, valor correspondente a -508 alunos, para o 3º CEB uma diminuição de -19,61%, que representa -945 alunos, e para o ensino secundário uma redução de -11,05%, valor correspondente a -535 alunos. Entre os anos letivos 2014/2015 e 2017/2018 espera-se para a educação pré-escolar um decréscimo de -17,90%, que equivale a -649 crianças.

Projeção da população escolar no município entre os anos letivos 2014/2015 e 2020/2021.

Níveis de ensino	2014/2015	2020/2021	Variação	
	Nº	Nº	Nº	%
Educação pré-escolar*	3625	2976	-649	-17,90
1º CEB	5265	4194	-1071	-20,34
2º CEB	2915	2407	-508	-17,43
3º CEB	4820	3875	-945	-19,61
Ensino secundário	4840	4305	-535	-11,05
Total	21465	17757	-3708	-17,27

* No caso da educação pré-escolar a projeção é a 2017/2018.

A proposta de reorganização da rede educativa refletiu, naturalmente, este cenário ao nível da rede educativa e da evolução da população escolar projetada, ainda que o 2º e 3º CEB e o Ensino Secundário não tenham sido apresentados ao Conselho Municipal de Educação, pelas razões anteriormente expostas. Assentando na desconcentração em sete territórios educativos, os correspondentes aos Agrupamentos de Escolas, a opção seguida pelo município de Vila Nova de Famalicão para a reorganização da sua rede educativa municipal da educação pré-escolar e do 1º CEB foi a de encerrar os estabelecimentos de educação e ensino de reduzida dimensão, integrando a população escolar em escolas de maior dimensão e que ofereçam condições físicas e pedagógicas superiores. No caso do 1º CEB este critério aplica-se aos estabelecimentos com menos de 4 salas de aula, que não asseguram a lógica de uma sala e um docente por ano de escolaridade. Ainda assim, qualquer encerramento está dependente da criação de um projeto educativo próprio e do sucesso escolar dos alunos, pelo que foi defendida a manutenção de algumas escolas com estas características, mas apenas enquanto o número de alunos não é inferior ao pedagogicamente recomendado. Paralelamente apostou-se na indicação da necessidade de melhoria do parque escolar, através da realização de obras de ampliação/remodelação de alguns edifícios. Importa referir, no entanto, que embora a carta educativa do município de Vila Nova de Famalicão dê cumprimento legal ao decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro e às orientações de planeamento educativo divulgadas posteriormente pelo Ministério da Educação (ME), foram definidos um conjunto de critérios municipais orientadores da reorganização da rede educativa, relacionados com a mudança no paradigma do planeamento educativo que se tem vindo a efetivar.

3.3. ESPAÇOS COM POTENCIAL EDUCATIVO NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMILICÃO

Tal como evidenciado no capítulo anterior, o PEEM de Vila Nova de Famalicão assume um papel fundamental ao nível da otimização e construção de espaços públicos de educação no seu território. Porém, para que isto se efetive importa que se planeie o território atendendo ao que se considera ser um território como ambiente de aprendizagem, muito para além dos espaços escolares, aliás como o território magnificamente o ilustra (figura 6).

O conteúdo apresentado nos diferentes cartogramas, em termos de património cultural e natural e equipamentos com potencial de mobilização em estratégias de aprendizagem, deverá ser entendido como um recurso pedagógico, sendo transversal a projetos e ações que se encontrem em desenvolvimento ou possam vir a ser desenvolvidas, de acordo com os interesses de cada Agrupamento de Escolas.

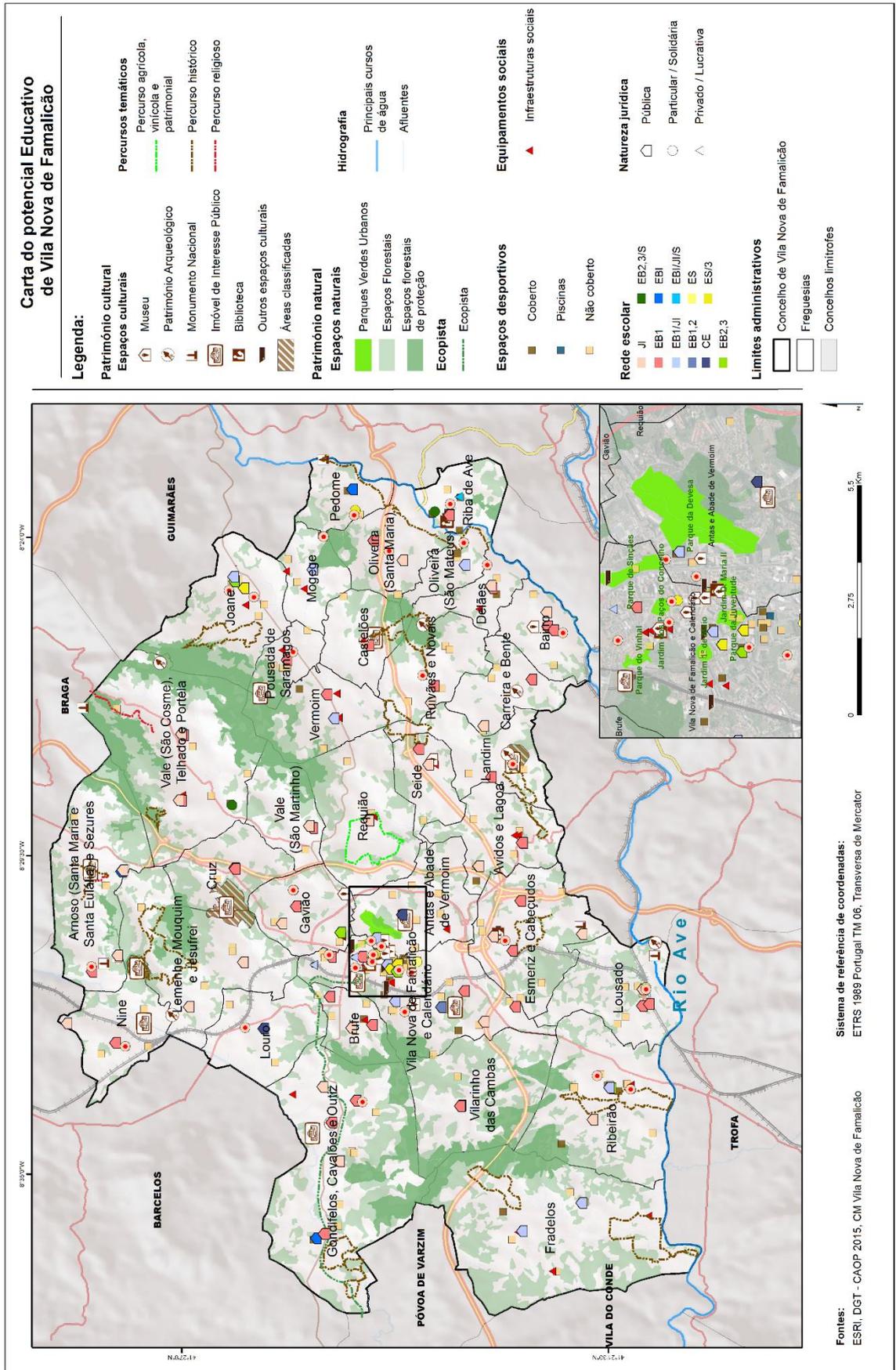


Figura 6
Espaços com potencial educativo de Vila Nova de Famalicão.

A constatação da importância do território, enquanto ambiente de aprendizagem, leva-nos a refletir e a analisar os diversos espaços existentes no mesmo, tendo em consideração a sua capacidade na multiplicação das oportunidades educativas para as crianças e jovens do município. Deste modo, para além de um levantamento global dos espaços com potencial educativo do município (apresentado anteriormente), considerou-se pertinente efetuar um levantamento mais específico direcionado para as diferentes dimensões do território – espaços culturais (figura 7), espaços desportivos (figura 8), espaços naturais (figura 9) e espaços sociais (figura 10).

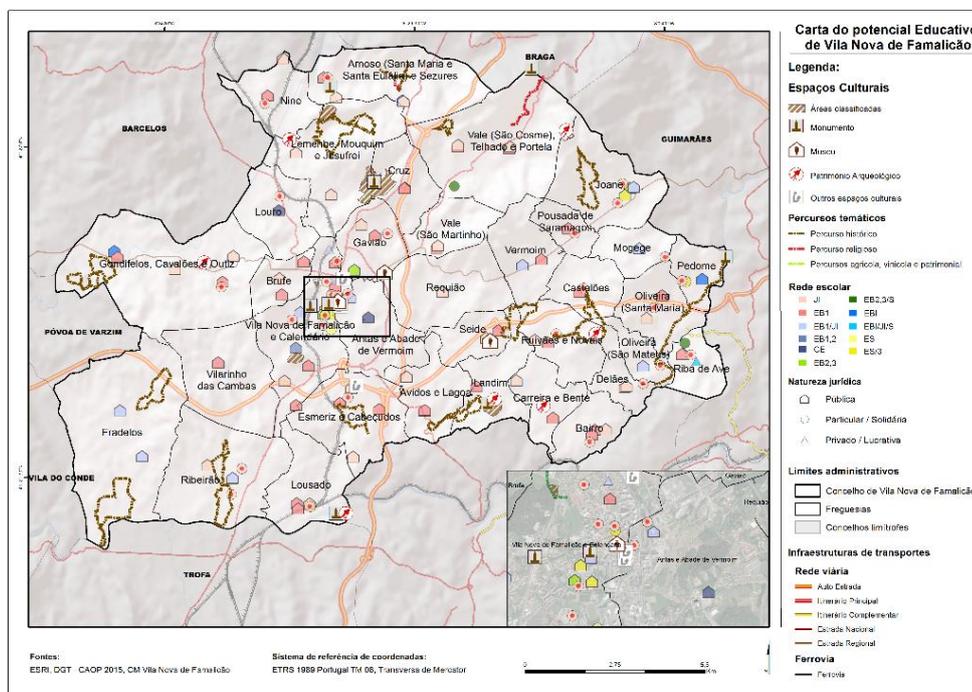


Figura 7
Espaços com potencial educativo de Vila Nova de Famalicão – Espaços culturais.

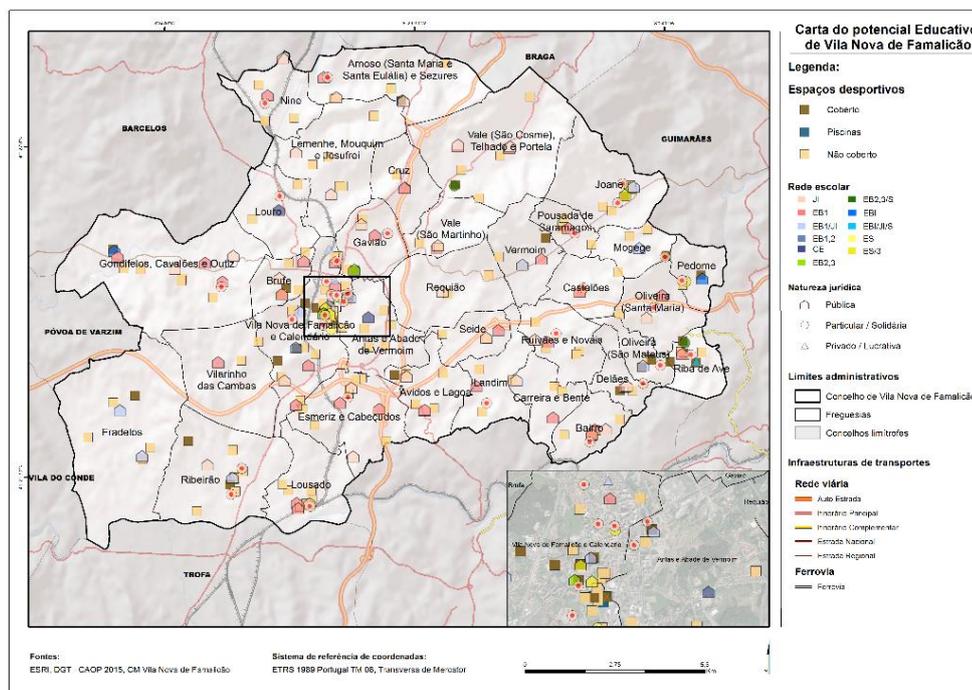


Figura 8
Espaços com potencial educativo de Vila Nova de Famalicão – Espaços desportivos.

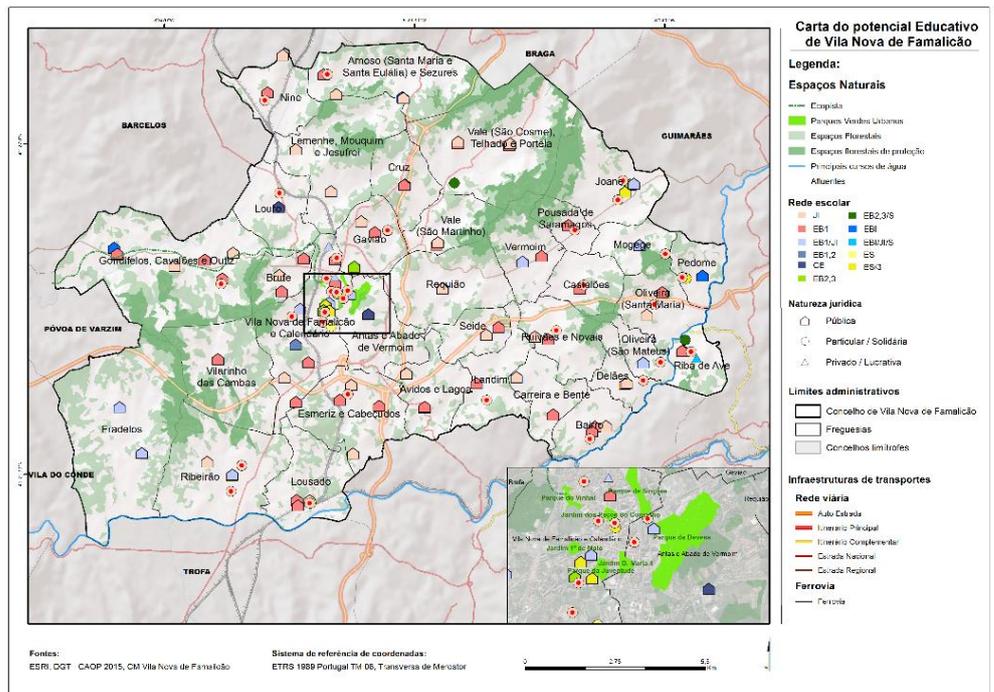


Figura 9
Espaços com potencial educativo de Vila Nova de Famalicão – Espaços naturais.

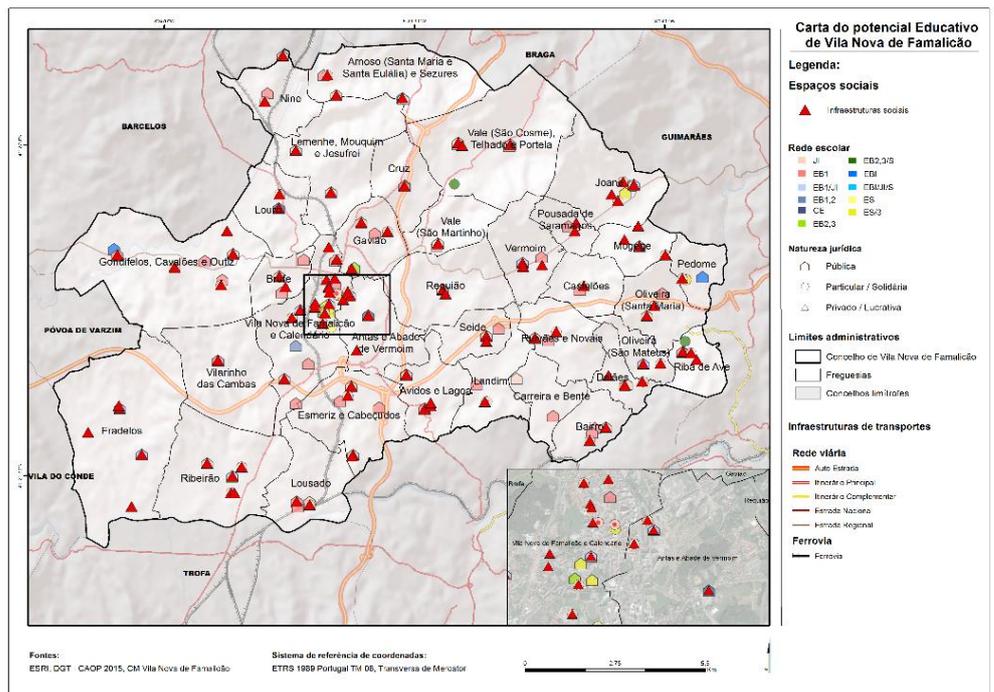


Figura 10
Espaços com potencial educativo de Vila Nova de Famalicão – Espaços sociais.

3.4. DIAGNÓSTICO

Paralelamente à auscultação dos atores locais, abordada no capítulo I, foi igualmente desenvolvido um conjunto de documentos que funcionaram como peças articuladas de diagnóstico do território e como alicerce do processo que agora se expõe. Tendo em linha de análise todo o caminho percorrido ao nível do diagnóstico, a amplitude temática que este projeto apresenta e a necessidade de caracterizar o território de forma detalhada, procurou-se, desde logo, encontrar caminhos para a melhoria das práticas, permitindo uma posterior avaliação da implementação e do impacto do projeto.

3.4.1. Sucesso Escolar: plano para a melhoria dos resultados escolares

Numa análise global que permita uma procura de caminhos para o sucesso escolar que o município já vinha a trilhar, tornava-se evidente que os resultados obtidos nos exames finais pelos alunos do município de Vila Nova de Famalicão se situam maioritariamente a um nível médio, facto que se constata ao longo de todos os níveis de ensino, exceção feita ao Ensino Secundário, que apresenta resultados médios negativos, embora num sentido muito idêntico ao observado a nível nacional. Assumindo neste primeiro momento os resultados dos exames nacionais, o tipo de perfil de resultados, com a ausência de percentagem significativa em termos de valores altos de classificações, evidencia a necessidade de criação futura de estratégias para os alunos, no sentido da solidificação das aprendizagens e melhoramento dos resultados de uma forma global.

No que se refere aos resultados mais baixos, ainda que a Matemática – incluindo Matemática B e MACS (Matemática Aplicada às Ciências Sociais) no secundário – se distinga, de um modo claro, pela negativa como a área que reúne as médias mais baixas desde o 1º CEB, merecendo por essa razão a definição e criação de estratégias claras de melhoria dos resultados, áreas como as das ciências (Física e Química e Biologia e Geologia) requerem também atenção na procura dessas estratégias, em particular no secundário. Nesse sentido, são recomendados projetos interdisciplinares e de abertura ao território, uma vez que, se torna importante o criar de diferentes formas de aprendizagem para os alunos nas diferentes matérias, reforçando os conhecimentos necessários, mas sempre observando as especificidades dos alunos do território.

Neste caso, ressalva-se o facto de os resultados a Português serem, desde o 4º ao 9º ano, superiores aos verificados na disciplina de Matemática. Por outro lado, a variedade de metodologias aplicadas nas duas modalidades de avaliação das aprendizagens repercute-se em resultados escolares diferenciados, sendo que o ideal passaria pela igualdade de classificação nos dois casos. No entanto, isso nem sempre se proporciona atendendo às particularidades de cada uma. A tendência apresentada pelos estabelecimentos de ensino do município de Vila Nova de Famalicão expressa o que tem acontecido em muitas das escolas do país: uma diminuição da média das provas finais ou exames nacionais relativamente à da frequência (Quadro 5).

Síntese dos resultados escolares do 4.º, 6.º e 9.º ano, em Vila Nova de Famalicão, nos anos letivos 2013/14 e 2014/15.

Principais Resultados Exames	4.º ano						6.º ano						9.º ano					
	Total		Português		Matemática		Total		Português		Matemática		Total		Português		Matemática	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Média exames (%)	60,7	64,4	63,4	66,1	58,2	62,7	53,4	58,4	58,5	60,7	48,6	56,2	54,6	54,6	55,5	58,0	53,8	51,1
N.º Exames	2706	2494	1346	1245	1360	1249	3395	3099	1655	1507	1740	1532	3093	3198	1546	1593	1547	1605
Média prova final (nível)	3,2	3,3	3,3	3,4	3,1	3,3	2,9	3,1	3,1	3,2	2,7	3,0	2,9	2,9	3,0	3,1	2,9	2,8
Média nota frequência	3,8	3,7	3,8	3,8	3,8	3,7	3,2	3,3	3,3	3,3	3,1	3,2	3,2	3,1	3,2	3,2	3,1	3,1
N.º exames alunos autopropostos	-	10	-	5	-	5	436	156	216	75	220	81	279	237	139	114	140	123
Média exames alunos autopropostos	-	47,2	-	57,0	-	37,4	34,4	38,0	41,1	52,0	27,8	24,8	36,9	33,7	41,2	44,9	32,8	23,0
N.º exames alunos com idade superior para a frequência	48	35	23	17	25	18	184	137	85	68	99	69	144	217	72	108	72	109
Média exames alunos com idade superior para a frequência	41,3	47,4	43,9	49,3	38,9	45,4	37,2	40,9	46,9	49,7	28,2	32,3	39,2	35,6	43,1	47,6	35,5	23,5
Média nota frequência alunos com idade superior para a frequência	3,0	3,1	3,1	3,1	2,9	3,1	2,7	2,6	3,0	2,7	2,4	2,4	2,6	2,6	2,8	2,8	2,5	2,3

A espacialidade dos resultados demonstra, em quase todos os ciclos de estudos, um número considerável de estabelecimentos de ensino com notas abaixo de valores positivos, muitos deles integrando agrupamentos de escolas inseridos em meio urbano (e.g. AE D. Sancho), contrariamente a outros mais periféricos e que apresentam bons resultados (e.g. AE Gondifelos e AE Pedome). Esta análise leva à necessidade de averiguação dos motivos que diferenciam essas classificações, pois fatores como o tipo de trabalho que os alunos realizam na preparação para o exame podem fazer diferenciar os seus resultados, não implicando isto maior aquisição de saberes, mas treino para o tipo de questões. No entanto, a análise é complexa, uma vez que muitos podem ser os fatores, servindo estes dados apenas para reflexão e para utilização destes como ponto de partida para o trabalho futuro de melhoria e eficácia na escola. Neste contexto, a presença de alunos de etnia cigana em algumas escolas que apresentam elevadas taxas de retenção (e.g. EB Meães do AE D. Sancho I), devem merecer uma reflexão acerca das metodologias de aprendizagem necessárias para estes alunos. Parece assim ser importante um trabalho com a comunidade cigana presente no município, no sentido da sua integração e sensibilização para a necessidade e importância da educação/formação, devendo procurar-se diferentes abordagens para o efeito.

No que se refere ao Ensino Secundário, a importância que os exames nacionais adquirem, não só como elemento essencial para a conclusão do ensino obrigatório para aqueles que optam pelo ensino regular, mas também como elemento fundamental para o ingresso no Ensino Superior, potencia a sua realização por um conjunto de indivíduos que estão fora do sistema regular de ensino: aqueles que frequentam modalidades de ensino alternativas (e.g. cursos profissionais, cursos de aprendizagem); os que, já não se encontrando no sistema de ensino, recorrem aos exames como forma de melhorar as avaliações obtidas anteriormente no contexto dos cursos do ensino regular. Neste caso, constatou-se que as vias de ensino profissionalizante apresentam, por norma, resultados médios de avaliação externa inferiores aos homólogos no ensino regular (Quadro 6).

No geral, a realização de provas finais ou exames nacionais por esses alunos demonstra algumas debilidades pela incapacidade de obtenção de resultados que possibilitem um sucesso na avaliação externa. Este facto leva à necessidade de reflexões em torno da adequabilidade dos conteúdos dos currículos dessas ofertas formativas às matérias avaliadas nas provas finais e exames nacionais, assim como da continuidade dos percursos escolares em opções por diferentes modalidades de ensino.

Quadro 6

Síntese dos resultados escolares do Ensino Secundário, em Vila Nova de Famalicão, nos anos letivos 2013/14 e 2014/15.

Principais Resultados Exames	Ens. Secundário																					
	Total		Alemão		Biologia e Geologia		Desenho A		Economia A		Espanhol		Filosofia		Física e Química A		Francês		Geografia A		Geometria Descritiva A	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Média exames (%)	94,5	99,5	173,0	161,0	100,2	92,7	105,2	130,2	72,6	108,1	134,3	100,4	100,6	92,1	83,1	94,0	-	159,6	108,6	109,8	74,7	100,1
Nº Exames	5905	5839	2	2	991	1079	103	81	226	181	65	82	182	207	1049	1028	0	17	239	304	119	132
Média prova final (nível)	9,4	9,9	17,3	16,1	9,9	9,3	12,0	12,5	8,2	9,8	13,6	11,1	10,0	9,1	8,3	9,3	-	14,3	10,9	11,4	7,0	9,1
Média nota frequência	13,4	13,5	-	-	13,1	13,8	15,7	14,6	14,9	13,7	15,6	14,7	14,0	13,4	13,4	13,8	-	12,9	13,4	13,2	13,1	15,0
Nº exames alunos externos	154	136	2	-	134	136	15	14	109	63	3	13	5	10	97	115	-	1	29	70	16	19
Média exames alunos externos	78,6	81,4	173,0	-	92,8	83,8	105,1	126,9	69,7	77,3	108,3	58,2	81,6	45,8	69,8	79,5	-	143,0	105,1	90,7	48,4	66,5
Nº exames alunos com idade superior para a frequência	552	521	-	-	80	79	16	5	42	32	2	9	7	4	47	45	-	-	21	22	23	11
Média exames alunos com idade superior para a frequência	78,9	78,3	-	-	90,6	80,5	107,0	117,8	78,3	85,4	100,5	58,8	70,6	65,3	76,3	79,2	-	-	96,9	106,0	47,9	72,6
Média nota frequência alunos com idade superior para a frequência	11,3	11,0	-	-	10,4	10,8	13,1	13,0	-	-	11,0	16,0	11,0	15,0	10,6	10,3	-	-	-	11,0	11,2	10,0

(continua)

Principais Resultados Exames	Ens. Secundário																					
	Total		História A		História B		História da Cultura e das Artes		Inglês		Latim A		Literatura Portuguesa		Matemática A		IMACS		Matemática B		Português	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Média exames (%)	94,5	99,5	108,9	102,6	64,4	-	76,1	75,1	124,8	80,4	103,5	-	114,2	117,5	83,4	103,5	91,9	98,6	63,4	97,5	104,6	109,2
Nº Exames	5905	5839	215	200	7	0	71	104	111	198	11	0	19	27	966	791	143	145	75	78	1311	1183
Média prova final (nível)	9,4	9,9	10,8	10,8	6,7	-	7,5	7,1	12,1	9,3	10,4	-	11,4	11,7	7,6	10,0	9,8	10,9	7,0	9,9	10,4	10,6
Média nota frequência	13,4	13,5	13,7	13,7	-	-	13,2	13,9	-	-	13,6	-	12,2	14,7	13,1	13,3	13,1	13,8	13,6	13,6	13,3	12,9
Nº exames alunos externos	154	136	17	30	7	-	21	52	40	157	-	-	-	3	156	173	18	17	35	38	450	405
Média exames alunos externos	78,6	81,4	92,6	80,9	66,7	-	63,8	67,3	90,8	85,9	-	-	-	104,7	58,7	70,5	56,5	70,9	58,4	86,0	84,9	85,2
Nº exames alunos com idade superior para a frequência	552	521	20	26	3	-	14	19	12	23	-	-	-	-	110	76	12	12	6	9	137	149
Média exames alunos com idade superior para a frequência	78,9	78,3	89,1	79,5	91,3	-	75,2	63,0	110,8	95,5	-	-	-	-	57,0	61,5	69,3	49,4	32,3	95,8	88,9	80,9
Média nota frequência alunos com idade superior para a frequência	11,3	11,0	12,1	12,0	-	-	12,3	11,0	-	-	-	-	-	-	10,8	10,2	11,0	-	-	-	11,2	10,8

Fonte: Júri Nacional de Exames - MEC

Outra situação pertinente na questão do sucesso escolar e que deverá estar sinalizada está relacionada com a proporção de alunos autopropostos que realizam exame. Nesta matéria, é um facto que as situações de maior insucesso parecem continuar a persistir acompanhadas por uma tentativa de não retenção dos alunos pela opção de proposição a prova final em substituição da avaliação interna, com muitos destes casos a pertencerem a alunos que tinham ficado retidos pelo menos uma vez. Os resultados obtidos nos exames por este grupo de alunos, juntamente com os alunos com pelo menos uma reprovação no seu percurso escolar, expressa em grande parte o insucesso observado. De facto, em todos os ciclos de estudos, a comparação das médias das provas com a média global de todos os discentes enfatiza o insucesso nestes grupos, na medida em que em todos os casos os valores são inferiores. Assim, deve refletir-se acerca do sucesso das metodologias de trabalho utilizadas, uma vez que, independentemente das causas do insucesso, não estão a dar resposta às necessidades dos alunos.

O aluno com a avaliação de frequência parece não apresentar as bases para a estruturação do conhecimento transmitido ao longo do ano e aparenta não conseguir também, num momento único de avaliação, alcançar os resultados necessários.

O investimento na melhoria dos resultados escolares deve, assim, passar pelo adquirir de competências e conhecimento dos alunos, pelo aumento do nível de trabalho efetivo desses nas escolas, fomentando a autonomia e a responsabilidade, pela alteração das práticas de ensino, criando espaços onde os alunos pensem e construam livremente e de forma ativa o seu conhecimento, apostando, assim, num trabalho pedagógico adequado aquando da identificação das necessidades e na criação de programas de reforço de aprendizagens e estratégias para a realização dos exames nacionais. Deve ainda atentar-se à elaboração de horários escolares em função das aprendizagens pretendidas, bem como à diversificação dos instrumentos de avaliação e ao aumento da participação dos alunos nos processos de tomada de decisão. Um ponto fulcral que deve ser tido em linha de conta é o do aumento das práticas de colaboração entre docentes e a aproximação da escola aos pais. Este trabalho pode ainda ser acompanhado por projetos de cidadania e de prevenção de comportamentos de risco, completando a formação dos jovens para o exercício da cidadania em pleno, criando espaços territoriais de aprendizagem.

Neste documento diagnóstico e, tendo em consideração o decidido pela Tutela no ano letivo de 2015/16, com a substituição dos exames nacionais de 4º e 6º anos de escolaridade por provas de aferição a realizar nos 2º, 5º e 8º anos, foi realizada ainda uma breve análise (os resultados das provas apenas foram conhecidos com o documento já fechado), mas que virá a ser objeto de uma análise mais fina e objetiva no momento em que seja possível uma análise comparativa – fase de monitorização – que poderá ocorrer logo no final do próximo ano letivo (2016/17).

3.4.2. Educação Especial: diagnóstico e estratégias de intervenção

Tendo presentes os objetivos da educação especial enunciados no relatório no volume IV do Projeto Educativo Local e as premissas que estão na base do desenvolvimento de um projeto educativo direcionado para as crianças/jovens com necessidades educativas especiais (NEE) no município de Vila Nova de Famalicão existem três Unidades de Apoio Especializado (UAE), designadamente nos agrupamentos de escolas Ribeirão (1º CEB), D.

Sancho I (2º e 3º CEB) e no agrupamento de escolas Camilo Castelo Branco (1º, 2º e 3º CEB), bem como uma Unidade de Ensino Estruturado (UEE) no agrupamento de escolas Padre Benjamim Salgado (1º CEB).

Neste contexto, e dada a importância da educação especial neste território municipal foram caracterizados 799 alunos com necessidades educativas especiais (NEE) referentes ao ano letivo 2015/2016, sendo 64% do sexo masculino, valor que corresponde a 511 alunos e 36% do sexo feminino, valor que corresponde a 288 alunos.

No que se refere à faixa etária com maior número de alunos com NEE destaca-se a dos 11 aos 14 anos, na qual foram sinalizados 316 alunos. Seguidamente, com valores igualmente elevados surge a faixa etária dos 6 aos 10 anos, com 239 alunos, bem como a faixa etária dos 15 aos 19 anos, onde também é possível identificar um elevado número de alunos sinalizados, designadamente 217 alunos. As restantes faixas etárias em análise, designadamente os alunos com menos de 6 anos e os alunos com mais de 19 anos apresentam valores claramente residuais, com 18 e 9 alunos, respetivamente.

Numa relação direta com a análise por faixa etária verifica-se que a maioria dos alunos integra o 1º CEB, designadamente 228 alunos, bem como o 2º e 3º CEB, no qual se encontram matriculados 414 alunos. Contrariamente, e em linha com o referido aquando da análise por faixa etária, o número de alunos que integra a educação pré-escolar é reduzido, designadamente 20 alunos. Já no ensino secundário também se regista um valor mais reduzido (125 alunos), existindo ainda 12 alunos matriculados em cursos vocacionais.

A análise dos alunos sinalizados em função do tipo de problemática apresentada revela que os valores mais elevados estão associados a dificuldades cognitivas e a multideficiência, já que estas problemáticas no contexto global de todos os alunos com NEE têm uma representatividade de 44% (350 alunos) e 20% (163 alunos), respetivamente. Ainda com valores elevados, mas inferiores às já enunciadas, são de referir as problemáticas associadas à comunicação e linguagem (93 alunos) e perturbação do espectro do autismo (47 alunos), bem como dificuldades emocionais (36 alunos) e neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o movimento (30 alunos). As restantes problemáticas surgem, neste contexto, com valores claramente residuais.

Numa análise complementar foram analisados os graus de deficiência manifestados por estas crianças/jovens categorizados em deficiência ligeira, moderada, grave e completa. Neste sentido, concluiu-se que a maioria dos alunos apresenta um grau de deficiência moderada, designadamente 325 alunos (41%). Com uma percentagem igualmente significativa surgem também os alunos que apresentam um grau de deficiência grave (35%, correspondendo a 284 alunos). Com deficiência ligeira foram categorizados 182 alunos, enquanto a deficiência profunda surge em 7 alunos.

Os dados de caracterização relativos ao ano letivo 2015/2016 mostram que as instituições de ensino com os valores mais elevados com crianças/jovens com NEE foram os agrupamentos de escolas Camilo Castelo Branco (17% correspondente a 130 alunos), D. Maria II (12% correspondente a 97 alunos), Padre Benjamim Salgado (11% correspondente a 88 alunos), Pedome (10% correspondente a 76 alunos) e Ribeirão (10% corresponde a 75 alunos). Já no que se refere a rede particular destacam-se os 97 alunos matriculados no Didáxis – Riba de Ave.

Referindo-nos, por fim, às medidas educativas, os dados revelam que as mais implementadas correspondem aos Art.º 20º (Adequações no Processo de Avaliação) (32%), Art.º 17º (Apoio Pedagógico Personalizado) (30%) e o Art.º 18º (Adequações Curriculares Individuais) (19%).

Em síntese, a escola é considerada um espaço de desenvolvimento pessoal e de aquisição de conhecimentos/competências, mas também deve constituir uma ferramenta de capacitação para enfrentar o espaço além escola, tanto a nível social, como se possível, profissional. Neste sentido, e como sugestões futuras no âmbito da educação especial destacam-se: 1) o contributo para garantir resultados de uma evolução efetiva, contínua e da qualidade e sucesso nos percursos educativos dos alunos com necessidades educativas especiais; 2) o incremento da motivação e interesse manifestado pelos alunos e professores, através de uma maior integração dos alunos em atividades culturais, de desenvolvimento social e de encaminhamento profissional; 3) o envolvimento mais ativo da comunidade educativa nas atividades educativas direcionadas aos alunos com NEE, bem como a valorização do seu trabalho; 4) o aumento das parcerias eficazes e produtivas.

Deste modo, é importante reforçar e adaptar os recursos materiais, logísticos e humanos às necessidades dos alunos; aumentar o apoio individualizado e personalizado; trabalhar para o aumento/aperfeiçoamento, tanto das competências básicas do aluno, como para a realização autónoma de todas as atividades inerentes ao seu dia-a-dia, continuando a apostar na intervenção e realizar uma triangulação entre os diversos profissionais, de modo a que todos possam contribuir para uma melhoria na qualidade de vida das crianças/jovens com NEE e, assim, promover verdadeira inclusão social. O quadro 7 sintetiza as principais ideias a reter no domínio da educação especial.

Quadro 7
Educação Especial em Vila Nova de Famalicão: ideias a reter.

Ideias a Reter
A analisados 799 alunos com NEE matriculados nos equipamentos educativos do município de Vila Nova de Famalicão
Maior prevalência de alunos com NEE do sexo masculino (64%)
Maior concentração de alunos nas faixas etárias dos 6 aos 10 anos (239 alunos) e dos 11 aos 14 anos (316 alunos)
Os diagnósticos de deficiência cognitiva (350 alunos) e multideficiência (163 alunos) apresentam o número de alunos mais elevado
Os graus de deficiência moderado (325 alunos) e grave (284 alunos) são os mais representativos
De destacar o número de alunos residente na UF Vila Nova de Famalicão e Canlendário (128 alunos) e os alunos provenientes de outros territórios municipais (108 alunos)
A maioria dos alunos sinalizados com NEE integra o 1º CEB (228) e o 2º e 3º CEB (414)
No ano letivo 2015/2016 a maioria dos alunos integrava equipamentos da rede pública destacando-se os agrupamentos de escolas Camilo Castelo Branco (130) e D. Maria II (97)
No contexto da rede particular destaca-se o número de alunos com NEE matriculados na Didáxis - Riba de Ave (97)
A maioria dos alunos, designadamente 60%, necessita de turma reduzida
O local onde os alunos passam mais tempo em período letivo é a sala de aula regular, com uma representatividade de 81% em relação às restantes opções
Equipamentos informáticos e recursos materiais são as necessidades mais apontadas
Apenas 28% dos alunos integra atividades extracurriculares, destacando-se as atividades físicas, artísticas e de expressão e, ainda, apoio ao estudo
Necessidade de recursos humanos com formação específica para apoio aos alunos com NEE.
As medidas mais implementadas correspondem aos Art. 20º - A adequação no processo de avaliação (32%), Art. 17º - Apoio pedagógico personalizado (30%) e Art. 18º - A adequações curriculares individuais (19%).

3.4.3. Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação – Rede Local de Educação e Formação de Vila Nova de Famalicão

O Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação 2016-2018 constitui um instrumento relevante para a orientação da oferta de educação e formação da Rede Local de Educação e Formação de Vila Nova de Famalicão. Tendo como suporte um estudo realizado entre 2014 e 2016, este trabalho foi construído com a participação ativa de diversas entidades, com recurso aos dados quantitativos e qualitativos, aferidos e fornecidos pelos parceiros que integram esta mesma Rede.

Estruturado em 6 capítulos - (1) caracterização do concelho; (2) caracterização do emprego; (3) caracterização das ofertas de emprego; (4) caracterização do desemprego, (5) Caracterização da oferta formativa e (6) Levantamento de necessidades de formação nas empresas - neste diagnóstico concelhio é apresentada uma análise de fatores demográficos, sociais e económicos essenciais para a aferição de necessidades e estabelecimento de prioridades de atuação no campo da educação e formação de jovens e adultos. Uma vez que os dados inerentes aos capítulos 1, 2, 3 e 4 já se encontram refletidos no enquadramento demográfico e socioeconómico – primeiro documento de diagnóstico do Plano Estratégico Educativo Municipal – nesta secção serão focados somente os dados relativos à caracterização da oferta formativa do concelho e às necessidades de formação dos ativos empregados, indicadas por um conjunto de empresas de Vila Nova de Famalicão e dos concelhos limítrofes.

Antes de avançar para a apresentação dos dados propriamente dita, é importante salientar que a Rede Local de Educação e Formação de Vila Nova de Famalicão, pioneira no nosso país e com resultados validados e reconhecidos a nível nacional, agrega, atualmente, 33 entidades públicas e privadas não lucrativas, do sistema de educação e formação, oferecendo diagnósticos de necessidades formativas, ofertas concertadas de educação e formação e uniformidade na definição de objetivos e metas a alcançar, ao nível da educação e formação escolar e profissional da população local. O grande desígnio desta rede orienta-se, desta forma, para a implementação de medidas que visam melhorar a articulação entre a oferta de formação profissional e as necessidades presentes e futuras do mercado de trabalho, nomeadamente, na concertação da oferta para jovens e adultos, através de vias profissionalizantes de qualificação, que promovam o desenvolvimento de competências, o aumento dos níveis de escolaridade e, conseqüentemente, a transição do ensino para o mercado de trabalho melhorando, assim, a empregabilidade.

No que concerne à oferta de formação da rede local relativa aos anos letivos 2013/2014 e 2014/2015, verificou-se que o ensino profissional foi aquele que maior número de ofertas proporcionou no ensino (69,72%), surgindo, de seguida, com percentagens mais baixas, os cursos de aprendizagem (10,56%), o vocacional básico (8,45%) e os cursos de educação e formação de jovens - CEF (7,75%).

Ao nível da distribuição das áreas de formação, segundo a tipologia, contata-se que no ano letivo de 2013/2014, um total de 1166 formandos frequentaram os **cursos profissionais** , cujas áreas mais procuradas foram: “Audiovisuais e Produção dos Média”, “Eletricidade e Energia”, “Eletrónica e Automação”, “Ciências Informáticas”, “Comércio” e “Hotelaria e Restauração”, mantendo-se, em 2014/2015, estas áreas de preferência (num total de 1185 formandos). Relativamente aos **cursos de aprendizagem** , as ações executadas distribuíram-se pelas áreas de “Hotelaria e Restauração”, “Comércio” e “Indústria têxtil, Vestuário, Calçado e Couro” no ano letivo 2013/2014 e para as áreas “Hotelaria e Restauração”, “Comércio” e “Metalurgia e Metalomecânica”, num total de 9 ações, no ano letivo 2014/2015. As ofertas de **cursos CEF** para o ano de 2013/2014 acolheram 151 formandos, que se distribuíram pelas

áreas de "Comércio", "Hotelaria e Restauração", "Ciências Informáticas" "Construção e Reparação de Veículos a Motor"/ "Metalurgia e Metalomecânica. No ano letivo 2014/2015, as turmas de CEF de nível Básico foram substituídos pelos Cursos Vocacionais. As ofertas de **cursos vocacionais** para o ano de 2013/2014 acolheram 108 formandos, que se distribuíram por 5 ações (Mesa Gourmet, Instalação e Operação de Sistemas Informáticos, Curso Vocacional de Tecnologias, CVMec e Mecatrónica). A oferta vocacional no ano letivo 2014/2015 integrou 149 alunos distribuídos por 7 ações (Comércio e Marketing, Comércio, artes e tecnologias, Eletrónica, Mecânica e Informática, Comércio, Artes e Informática, Tecnologias e Artes, Comércio/Audiovisuais/Informática e Logística/Comércio/Informática). Relativamente à tipologia de formação relacionada com o ensino secundário na área de **científico-humanístico**, registaram-se, no ano letivo de 2013/2014 um total de 2950 alunos distribuídos pelos 10º, 11º e 12º ano de escolaridade, por vários estabelecimentos de ensino públicos, privados e cooperativos inseridos no concelho de Vila Nova de Famalicão. No que respeita ao ano letivo de 2014/2015, registaram-se no total 3120 alunos inscritos, distribuídos pelo 10º ano, 11º ano e pelo 12º ano, nas escolas públicas, privadas e ensino cooperativo do concelho de Vila Nova de Famalicão. Conclui-se, portanto, que os cursos referentes às áreas de audiovisuais e produção dos *media*, hotelaria e restauração, eletrónica e automação, eletricidade e energia foram os que registaram um maior número de formandos, ou seja, uma maior procura de mercado.

A realização de um estudo sobre a caracterização da situação dos alunos que passaram pela Rede Local de Educação e Formação, integrados no ciclo de estudos 2011-2014, permitiu constatar que dos 1491 alunos inquiridos, que terminaram o curso de formação no ano letivo 2013/2014: 605 alunos prosseguiram com os seus estudos ao enveredar pelo ensino superior (500 alunos do ensino científico humanístico, 91 alunos provenientes do ensino profissional, 5 alunos dos cursos de aprendizagem e 9 alunos dos CET); 66 alunos optaram pelo CET (9 alunos dos cursos científico humanísticos e 57 alunos do ensino profissional); a integração no mercado de trabalho foi conseguida por 208 formandos do científico humanístico (114 integração na área de formação e 94 integração noutra área), por 236 alunos dos cursos profissionais (124 conseguiram integração na sua área de formação e 112 alunos noutra área) e por 45 alunos dos CET (40 na sua área de formação e 5 noutra área).

Todo o trabalho de diagnóstico realizado, bem como o SANQ, enquanto sistema de identificação de necessidades de qualificações e de indicação de áreas e saídas profissionais prioritárias para a rede de educação e formação, o qual permite apoiar o planeamento da rede de ofertas de educação e formação e fornecer informação de apoio a outros processos de planeamento e gestão de estratégias de desenvolvimento de competências, possibilitou alcançar um conjunto de importantes resultados, segundo níveis de prioridade, relativos à oferta formativa anteriormente apresentada (quadro 8).

Quadro 8
Áreas de Formação e Níveis de Prioridade.

Sector de Atividade	Nível de Prioridade - Percurso pós-formação	Nível de Prioridade - Oferta e procura de formação	Nível de Prioridade
Agricultura	0	0	1
Indústrias Extrativas	0	0	0
Indústrias Alimentares	2	1	3
Indústria Têxtil e do Vestuário	3	1	3
Eletrónica e Automação	2	3	3
Metalurgia e Metalomecânica	3	2	3
Materiais (indústrias da madeira, cortiça, papel, Tecnologia de processos químicos	0	1	2
Eletricidade e energia	2	2	2
Construção civil e engenharia civil	3	3	2
Comércio	2	0	0
Serviços e Transporte	2	1	3
Hotelaria e restauração	1	2	1
Turismo e lazer	2	3	1
Ciências informáticas	0	2	0
Atividades imobiliárias	3	2	2
Marketing e publicidade	0	0	0
Segurança e higiene no trabalho	2	1	1
Secretariado e trabalho administrativo	3	0	0
Florecultura e jardinagem	0	0	0
Administração pública	0	0	0
Educação	0	0	0
Trabalho social, orientação e saúde	2	2	1
Atividades artísticas	2	2	1
Cuidados de beleza	0	0	0

Legenda:

Percurso pós-formação

Prioridade 3 Máxima: Taxa de prosseguimento de estudos + empregabilidade igual ou superior a 75%

Prioridade 2 Média: Taxa de prosseguimento de estudos + empregabilidade entre 50% e 74%

Prioridade 1 Mínima: Taxa de prosseguimento de estudos + empregabilidade entre 1% e 49%

Sem representatividade

Oferta e procura de formação

Prioridade 3 Máxima: Mais de 200 alunos/formandos

Prioridade 2 Média: Entre 100 a 199 alunos/formandos

Prioridade 1 Mínima: Até 99 alunos/formandos

Sem representatividade

SANO

Prioridade 3 Máxima: 5% a 20% tendência de necessidade de RH

Prioridade 2 Média: -5% a 5% tendência de necessidade de RH

Prioridade 1 Mínima: -20% a -5% tendência de necessidade de RH

Sem representatividade

No sentido, de melhor aproximar as necessidades das empresas e dos seus *stakeholders* à oferta formativa, foi feita uma auscultação (questionário via *on-line*) a 88 empresas de Vila Nova de Famalicão e dos concelhos limítrofes, associadas a 14 setores de atividade:

- Serviços Pessoais e Cuidados de Beleza | Serviços às Empresas | Saúde, Educação e Serviços à Comunidade | Têxtil e Vestuário | Metalurgia e Metalomecânica | Informática, Eletrónica e Telecomunicações | Indústrias Químicas, Cerâmica, Vidro e outras | Eletricidade, Energia e Proteção do Ambiente | Construção e Reparação de Veículos e Logística | Construção civil e Urbanismo | Comércio e Marketing | Artesanato e Ourivesaria | Indústrias Alimentares | Agricultura.

Os resultados demonstraram que, destes 14 setores, a área da **Saúde, Educação e Serviços à Comunidade** é a que se faz representar com maior percentagem 22,7%, seguida da área **Têxtil e Vestuário** com 15,9%. Verificamos que tanto o setor da **Construção Civil e Urbanismo** como o da **Agricultura** apresentam igual percentagem 10,2%. Com valores percentuais próximos seguem-se os setores do **Comércio e Marketing** 9,1% e o setor da **Construção e Reparação de Veículos a motor, Transportes e Logística** com 8,0%. Os setores da **Metalurgia e Metalomecânica e das Indústrias Alimentares** aparecem com os mesmos pontos percentuais 6,8%. De seguida, surgem com as mesmas percentagens de 2,3% os setores de **Serviços Pessoais e Cuidados de Beleza; Serviços às Empresas e Indústrias Químicas, Cerâmica, Vidro e outras**. Por sua vez, tanto a área da **Informática, Eletrónica e Telecomunicações, Eletricidade, Energia e Proteção do Ambiente e Artesanato e Ourivesaria** são as que apresentam menor representatividade e registam a mesma percentagem de 1,1%.

Com o questionário aplicado pretendeu-se, deste modo, aferir as necessidades de formação por cada setor de atividade, não só relativas às áreas de formação de carácter técnico/específico, mas também referentes às áreas de formação transversais onde se insere, a título de exemplo, a dimensão comportamental, línguas estrangeiras, informática, entre outras. De salientar que ao nível das áreas de formação transversais, a área comportamental foi, sem dúvida, aquela que mereceu maior número de respostas, seguindo-se a língua estrangeira (inglês) e a higiene e segurança no trabalho, como as segundas mais selecionadas pelos diferentes setores de atividade.

A análise da incidência de formandos para a frequência de formação profissional revelou que os setores que apresentam níveis mais elevados de procura são: Saúde, Educação e Serviços à Comunidade (39,2%); Metalurgia e Metalomecânica (12,2%); Construção Civil e Urbanismo (10,6%); e Moda e Indústria do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro (8,4%).

Atualmente, as empresas encaram a formação como fundamental e urgente para enfrentar os desafios num mundo global cada vez mais concorrencial. Todavia, apesar da visão mais global das empresas, no que concerne às necessidades formativas dos seus colaboradores, neste trabalho, a participação e a auscultação dos questionários mostrou-se pouco expressiva, deixando assim algumas notas para reflexão: serão os dados recolhidos suficientes para aferir as reais necessidades formativas das empresas? Serão os setores respondentes os mais significativos em Vila Nova de Famalicão? Qual o motivo que levou a que não se verificasse uma maior adesão por parte de empresas respondentes?

O caminho que levará Vila Nova de Famalicão a redefinir e a repensar a estratégia a adotar no futuro deverá, pois, pautar-se pelo envolvimento do maior número de empresas possível para o levantamento das suas necessidades formativas, apostando na identificação de novas empresas e no recurso a uma metodologia que combine estratégias quantitativas, mas também qualitativas (entrevistas semiestruturadas, como um dos instrumentos principais de recolha de informação, *focus group*, entre outros).

3.5. ANÁLISE SWOT

Assumindo como premissa fulcral que só conhecendo a realidade que o sistema educativo do Município apresenta se pode delinear de forma efetiva o futuro, tornou-se necessário, na concretização do PEEM, o definir de algumas questões que remeteram para a necessidade de conhecer bem o território, as suas características, realizando um bom diagnóstico, como ponto de partida, e também para a importância de planear o sistema educativo do território para a próxima década, envolvendo os diferentes atores existentes, não esquecendo que a educação é mais do que a escola, que acontece em diferentes espaços e áreas de intervenção em que o território e as suas características materiais e imateriais devem ser potenciadas com a educação.

Nesta linha de ideias, e tomando como realizado o momento inicial através do trabalho de diagnóstico, urge efetuar uma análise de todos os dados que possibilite determinar os aspetos a ter em consideração e os vetores estratégicos do plano de ação, apresentado no capítulo 5. Para a conclusão do presente capítulo, passamos a apresentar, em termos educativos (*lato sensu*), a análise SWOT (quadro 9) do município de Vila Nova de Famalicão, na qual se incluem: os pontos fortes – elementos internos potenciadores de um PEEM mais contextualizado e eficaz; os pontos fracos - fatores internos com interferência negativa ao nível do alcance das metas traçadas; as oportunidades – elementos externos que possam surgir e afetar positivamente a implementação do PEEM; as ameaças – fatores externos, fora do controlo do município e que possam condicionar a consecução dos objetivos delineados.

Reforçando mais uma vez o caráter participativo e participado deste PEEM, a concretização desta análise resultou não só dos indicadores recolhidos ao longo da fase de diagnóstico, anteriormente expostos, mas também dos inúmeros contributos da comunidade educativa de Vila Nova de Famalicão, fornecidos nos diferentes momentos do processo.

Análise SWOT		
FATORES INTERNOS	PONTOS FORTES	A evolução da população residente tem sido marcada por um acréscimo contínuo a partir de 1981, registando-se igualmente um ligeiro acréscimo da população escolar a frequentar o ensino secundário no concelho.
		Maior exportador do Norte e o terceiro a nível nacional - exportações em larga medida superiores às importações.
		Taxa de atividade superior à generalidade dos municípios limítrofes e superior à média regional e nacional. Vila Nova de Famalicão destaca-se pelo primeiro lugar a nível nacional e regional na densidade de empresas por km ² .
		Existência de documentos sólidos de diagnóstico (diagnóstico concelhio de necessidades de formação) e projetos no âmbito do sucesso escolar (Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola).
		Trabalho em rede de grande qualidade e muito amplo desenvolvido pelo município em diferentes áreas temáticas.
		O município é reconhecido como uma referência nacional na educação pelas boas práticas de todas as escolas que integram a sua rede. Prémios de reconhecimento como concelho educador.
		Inserção em redes internacionais como a rede de Cidades Educadoras.
	PONTOS FRACOS	Capacidade de inovar na implementação local de medidas nacionais.
		Baixos níveis de escolaridade e baixa qualificação da população residente.
		Decréscimo nos valores do pessoal ao serviço nas empresas entre 2008 e 2013 (-11,4%).
		Observa-se um decréscimo da população escolar afeta à educação pré-escolar e ao 1º, 2º e 3º CEB no território municipal, bem como a saída de um número significativo de alunos para frequentar o 2º e 3º CEB e ensino secundários em concelhos vizinhos.
		Baixa qualificação escolar da população empregada (57,4% não tem mais do que o 3º ciclo do ensino básico).
		Na área da educação especial destacam-se debilidades ao nível dos equipamentos informáticos e ao nível dos recursos humanos com formação específica para apoiar os alunos com NEE.
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES	A rede educativa do município, considerando a sua dimensão territorial, é constituída por um elevado número de estabelecimentos de ensino, os quais apresentam uma distribuição espacial bastante equilibrada.
		Presença de equipamentos educativos de grande qualidade, consequência das obras de melhoramento do parque escolar [EB's Antas, Joane, Ribeirão (CE), Louro, Mouquim e Lemenhe e Telhado]. Obras com intervenção avultada no parque escolar (Camilo Castelo Branco e D. Sancho I).
		Redes e parcerias intermunicipais. Consolidação e ampliação da rede de ligações no setor empresarial e industrial.
		Especialização produtiva assente em atividades industriais.
		Município relativamente rejuvenescido, em crescimento demográfico e com um dinamismo económico de realce no contexto regional.
		Transformar VNF num território tecno-industrial de excelência, com o contributo da qualificação da população.
		Sociedade digital e suas consequências.
	AMEAÇAS	Oportunidades de inserção em redes de cooperação.
		É expectável um significativo decréscimo da população escolar em todos os níveis de ensino existentes no território concelhio, o que conduzirá a mudanças na atual rede educativa.
		As exigências pedagógicas atuais, quer ao nível dos conteúdos educativos, quer ao nível das necessidades em termos de espaço físico, não se coadunam com as condições oferecidas em alguns dos equipamentos educativos existentes, sendo disso exemplo as EB's Mosteiro, Lagoa e Esmeriz que se apresentam estruturalmente muito debilitadas do ponto de vista físico.
		Aumento da competição entre estabelecimentos de ensino públicos e privados concelhios e extracelhios na captação de alunos do ensino básico.
		Diminuição dos nascimentos associada a taxas de fecundidade e de natalidade mais reduzidas.
		Envelhecimento da população.
		Perspetiva de um decréscimo populacional, ainda que ligeiro, na próxima década.
Prevalência de micro e pequenas empresas, sendo que cerca de 94,4% das empresas apresentam menos de 10 pessoas ao serviço.		

3.6. AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Vila Nova de Famalicão, assumido como um município dinâmico e inovador, tem vindo a desenvolver um conjunto de ações estratégicas (e.g. âmbito social, educativo...) que, dada a sua relevância, serão objeto de caracterização e análise, nomeadamente: o Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola, o Plano de Desenvolvimento Social, o Plano Municipal de Igualdade e o Plano para o Crescimento Inclusivo do Ave. De reforçar a inter-relação existente entre estas ações estratégicas, materializadas em documentos estruturantes, e os princípios preconizados pelo Plano Estratégico Visão'25.

3.6.1. Plano Municipal para a Melhoria e Eficácia da Escola

O Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola, enquanto instrumento de referência, segue a estratégia definida pelas escolas da área territorial do Município para atingir níveis superiores de eficácia educativa, estando articulado com o Plano Estratégico Educativo Municipal e tendo como principais objetivos a promoção de níveis elevados de envolvimento escolar, o desenvolvimento holístico de toda a comunidade educativa famalicense e a melhoria das expectativas de toda a comunidade educativa do Município.

O trabalho colaborativo que tem vindo a ser desenvolvido entre o município, as direções dos estabelecimentos de ensino e as suas equipas de Avaliação Interna tem permitido a identificação das áreas de intervenção prioritária com vista a alcançar níveis elevados de bem-estar, envolvimento com escola, valorização da escola e resultados académicos de excelência. O Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola de Vila Nova de Famalicão apresenta como dimensão de melhoria prioritária os Elevados Padrões Académicos, resultado da atuação colaborativa de todos os agentes envolvidos, que pretendem construir um ensino de excelência em Vila Nova de Famalicão. Com efeito, é constituído por um conjunto de eixos/áreas prioritárias, sendo que a cada uma delas correspondem diversos projetos e ações com objetivos e metas bem definidas (Figura 11).



Figura 11
Áreas prioritárias do Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola.

No EIXO DOS SERVIÇOS DE APOIO À COMUNIDADE destacam-se: o Programa "Viagens pelo Património Cultural... À Descoberta", destinado a alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, que tem como principais objetivos dar a conhecer o património cultural do nosso concelho e a dinamização dos serviços educativos dos museus; o Projeto "+Leitura +Conhecimento", promovido pela Rede Municipal de Leitura Pública, no âmbito do seu serviço educativo, que tem a missão de incentivar o gosto pelo livro e pela leitura, assim como estimular a frequência dos espaços públicos de leitura, as ações a realizar pretendem fomentar um espírito de fidelização dos diferentes públicos; os Serviços Educativos do Parque da Devesa e da Casa do Território, que têm como finalidade dinamizar um conjunto de atividades destinadas a instituições escolares e à população em geral, com uma oferta inovadora e distinta, assente na promoção ambiental e sustentabilidade, mas também relevante na promoção do estilo de vida saudável, do empreendedorismo, dos saberes tradicionais, da família, das ciências e da agricultura; e por fim, o Serviço Educativo da Casa das Artes, que visa dinamizar atividades que suscitem a formação dos públicos, nomeadamente o interesse e o gosto pelas artes do espetáculo.

Ao nível do EIXO DOS FACILITADORES DE APRENDIZAGEM encontram-se em desenvolvimento três projetos, designadamente: o Projeto "Litteratus", que tem como finalidade o desenvolvimento dos processos inerentes à leitura e escrita nos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, bem como a emergência da leitura e escrita na educação pré-escolar, através da implementação do projeto Falar, Ler e Escrever; o Projeto "Plataforma Mais Sucesso escolar: Mais Cidadania", para alunos do 1º CEB, tendo como objetivos promover o conhecimento do meio social, cultural e local, aumentar os níveis de motivação e interesse face à escola, reforçar o nível de envolvimento escolar e desenvolver a participação ativa dos alunos na comunidade; e o Projeto "Hypatiamat", igualmente destinado a alunos do 1º CEB, que tem como metas aumentar os níveis de numeracia e competências matemáticas dos alunos, despertar o interesse pela matemática através do jogo e a melhoria dos resultados académicos na área da matemática.

Relativamente ao EIXO DA EDUCAÇÃO PARA A CARREIRA surgem: o Programa "Ser Europa", destinado a crianças e jovens entre os 6 e os 16 anos, que pretende capacitar os estabelecimentos de ensino do concelho ao nível da implementação de projetos de alcance europeu que possibilitem novas ferramentas pedagógicas de complemento à prática letiva, partilhar boas práticas que potenciem o sucesso educativo e alavancar projetos que permitam aos alunos com menos oportunidades o acesso a oportunidades de intercâmbio internacional e diálogo intercultural; as Iniciativas inseridas no âmbito da Rede Famalicão Empreende, que visam o desenvolvimento dos valores e das práticas do empreendedorismo junto da comunidade educativa e a interligação entre a escola e a estrutura económica local (consultar o Programa "Economia e Empreendedorismo"); o Centro Qualifica, que tem como principais objetivos a informação, a orientação e o encaminhamento para ações de formação, com vista à obtenção de uma qualificação escolar e profissional, bem como a certificação de competências escolares e/ou profissionais, com base nas experiências adquiridas ao longo da vida; e o Projeto Concelhio de Intervenção Vocacional, destinado aos alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, que tem como objetivo promover a psicologia em contexto educativo e a intervenção vocacional como estratégias de promoção do sucesso educativo, da qualificação e da inclusão.

No EIXO DA INCLUSÃO E EQUIDADE inserem-se projetos como: o Projeto "Famalicão Inclusivo", que tem como finalidade promover a inclusão educativa e social das pessoas com necessidades educativas especiais, nomeadamente crianças e jovens; o Gabinete de Avaliação, Diagnóstico e Intervenção, cujas metas são efetuar um

rastreio aos alunos no final do 1.º ano de escolaridade ao nível das dificuldades de aprendizagem, elaborar diagnósticos, definir estratégias de intervenção e atuar com os estabelecimentos de ensino na prevenção; e o Programa "Acompanhar", destinado a crianças e jovens entre os 6 e os 16 anos, que pretende potenciar e apoiar os estabelecimentos de ensino do concelho na implementação de projetos de boas práticas na área do acompanhamento e inclusão inteligente de alunos em especial situação de risco ou que não estão integrados em qualquer tipo de resposta socioeducativa complementar.

No que se refere ao EIXO DA EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE várias são as iniciativas levadas a cabo pelo município, destacando-se: o Programa "Crescer a Brincar", que visa a promoção de competências sociais e emocionais dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico; o Programa "Nestlé Crianças Saudáveis", que visa promover hábitos alimentares saudáveis e equilibrados junto dos alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico; o Programa "Heróis da Fruta - Lanche Escolar Saudável" promovido pela APCOI - Associação Portuguesa Contra a Obesidade Infantil, em parceria com o Município, que visa motivar os alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico a adotar e manter hábitos saudáveis; Projetos da responsabilidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Ave - Famalicão, que visam incentivar os alunos que frequentam a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico a praticar comportamentos positivos, seguros e saudáveis. O Município é uma instituição parceira destes projetos, colaborando na sua implementação nos estabelecimentos de ensino; e promoção do desporto junto das crianças e jovens (consultar o Programa "Desporto").

Por último, o EIXO DO ENVOLVIMENTO PARENTAL desenvolve-se através do Projeto Concelhio de Educação Parental, que tem como finalidade aumentar o bem-estar das crianças e a qualidade das relações entre pais, filhos e estabelecimentos de ensino (consultar o Programa "Família").

3.6.2. Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020 de Vila Nova de Famalicão

O plano de desenvolvimento social de Vila Nova de Famalicão encontra-se dividido em três partes, designadamente: diagnóstico social concelhio, estratégia e plano de ação.

A parte I - Diagnóstico Social Concelhio expõe, primeiramente, uma caracterização do território com base nos principais indicadores sociais e respetivas problemáticas (e.g. contexto económico; educação; formação profissional/educação de adultos; mercado de trabalho e desemprego; envelhecimento, etc), sendo apresentados, posteriormente, dados no domínio do quadro concelhio das respostas sociais, de acordo com as necessidades/nível de prioridade. Tais respostas direcionam-se para: crianças e jovens (com deficiência, em situação de perigo) pessoas idosas; pessoas adultas com deficiência; pessoas dependentes; pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico; pessoas sem-abrigo; família e comunidade em geral; pessoas com HIV/SIDA e suas famílias; pessoas toxicodependentes; e pessoas vítimas de violência doméstica.

Na parte II – Estratégia, para além da alusão à visão “seremos uma comunidade tecno-industrial global, num território verde multifuncional” e valores – *networking* de excelência; novo patamar do envolvimento e participação da população; e a inclusão transversal, para além do social –, são também estabelecidos os grandes desafios: empresas – ser empreendedor na aplicação de soluções de futuro; território – ser um território biodiverso; pessoas – ser uma comunidade de excelência e um laboratório de inovação social; governança – ser um modelo de governança e governação amigável. No confronto destes desafios colocados à Comunidade, enquanto ferramenta

de operacionalização da estratégia, impulsionadora de uma dinâmica integrada coletiva e inspiradora de inovação e experiências, surge o programa-estrela Força V – Famalicão Voluntário, assente no elevado capital social presente nas práticas de intervenção e animação comunitária, impulsionando novos ambientes de participação e envolvimento da população e *stakeholders*, estimulando uma maior identidade coletiva que se autorreforça, atuando sobre domínios transversais e reforçando o carácter integrado de políticas, promovendo a experimentação e a participação intergeracional. Associados à visão encontram-se identificados, também, grupos de indicadores, tendo em vista o acompanhamento geral da evolução e desempenho do concelho, enquanto instrumento de verificação e reajuste das medidas tomadas. Desta forma, no que diz respeito à área “Sociedade, Emprego, Formação, Qualificação e Luta contra a pobreza” incluem-se indicadores de emprego, mercado de trabalho e integração social, aprendizagem ao longo da vida, educação, formação e qualificação, ação social, inclusão, saúde e desporto. De salientar a Estratégia Europa 2020, enquanto elemento orientador da ação para os próximos 7 anos, integrando o próximo quadro financeiro e visando a criação de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, assente em cinco grandes objetivos: emprego, I&D, alterações climáticas e sustentabilidade energética, educação e luta contra a pobreza. Para um desempenho relevante nestas problemáticas (desemprego, abandono escolar e pobreza), o concelho partilha com a Europa a mesma necessidade de introdução de inovações nas respostas sociais, nos dispositivos e nas estratégias para a reprodução de uma economia com elevados níveis de emprego e de coesão social. Neste sentido, a Agenda para o Crescimento Inclusivo de Vila Nova de Famalicão aposta em três dimensões: plataforma institucional – plataforma para o crescimento inclusivo; redes e parcerias – rede social, rede local de educação e formação, rede portuguesa de Cidades Educadoras; e, por último, projetos estruturantes – pacto para a empregabilidade do Ave, Plano de Desenvolvimento social 2015-2020 e Plano Estratégico Educativo Municipal.

Por fim, na **parte III – Plano de Ação**, partindo de *workshops* de diagnóstico social onde foram identificadas as necessidades de intervenção, e dos *workshops* de planeamento que tinham como objetivo elencar ações que fossem ao encontro das necessidades definidas, foi possível alcançar um conjunto de áreas prioritárias de intervenção - Mercado de Trabalho e Desemprego; Educação; Envelhecimento; Violência Doméstica; Crianças e Jovens em Risco; Proteção Social; Pessoas portadoras de deficiência; e Toxicodependência e Alcoolismo. Paralelamente a estas áreas de intervenção foram definidas ações a desenvolver em função das prioridades identificadas, destacando-se: realização do 1º encontro em empreendedorismo, inovação e investimento para as empresas, entidades e desempregados; visitas profissionais em contexto de trabalho para a promoção da experienciamento; ações de capacitação para construção de candidaturas; jornadas da cidadania; projeto passaporte; levantamento das barreiras arquitetónicas; criação de um manual de procedimentos para articulação quando é detetado um caso/situação na área da saúde; projeto 50+; projeto conversas fiadas; criação de um circuito de articulação para sinalização/acompanhamento de situações de alcoolismo; academia sénior; e ações de capacitação para os técnicos e instituições.

3.6.3. Plano Municipal para a Igualdade 2016-2020

No contexto das políticas públicas a diversos níveis territoriais, constata-se a existência de distintas áreas de discriminação e desigualdade como, por exemplo, as que afetam homens e mulheres, pessoas com deficiência, pessoas de diferentes grupos etários ou grupos minoritários, incluindo minorias étnicas e migrantes. Neste sentido,

é com base na convicção de que a plena igualdade e a cooperação entre pessoas são pilares essenciais para o progresso da Humanidade e para a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária, na qual juntas possam alcançar o seu pleno potencial, que surge o Plano Municipal para Igualdade de Vila Nova de Famalicão. Este plano, materializado num documento estratégico, vem enquadrar a temática da igualdade e da não discriminação, enquanto mecanismo de promoção de coesão social, nas diferentes áreas de atuação e intervenção do município, bem como definir as prioridades de intervenção.

Inicialmente, após uma breve caracterização do contexto territorial e socioeconómico de Vila Nova de Famalicão, o documento apresenta um diagnóstico sumário, tendo como propósito a identificação de diferenças e assimetrias no município relativamente a pessoas com deficiência, pessoas de diversos grupos etários, homens e mulheres ou grupos minoritários, incluindo minorias étnicas e migrantes, que residem e/ou trabalham no concelho. Este diagnóstico assenta em áreas como: escolaridade, trabalho e emprego, horário de funcionamento dos serviços de administração pública, mobilidade, proteção social, habitação social, saúde, cultura, cidadania, criminalidade e segurança e deficiência. A identificação de eventuais situações de desigualdade e discriminação facilitará, desta forma, a definição de linhas de ação promotoras da igualdade no tecido social.

Partindo para o domínio da intervenção contacta-se a existência de 4 áreas, às quais se encontram associadas várias medidas. Uma primeira área de intervenção diz respeito à **promoção da igualdade de género**, ligada ao desenvolvimento e implementação de medidas que promovam uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres em diversos domínios. Por sua vez, esta área integra diferentes eixos, agregando cada um deles, um conjunto de medidas específicas com vista ao alcance dos objetivos estabelecidos, designadamente: eixo da integração da perspectiva de género na Administração Pública Local; eixo da promoção da igualdade de género nas políticas públicas autárquicas; e eixo da prevenção da violência doméstica. A segunda área – **promoção da igualdade das pessoas com deficiência ou incapacidade** engloba: eixo da cidadania e da cooperação interinstitucional; eixo da solidariedade social; eixo da educação; eixo do emprego; eixo do desporto; e eixo da promoção da acessibilidade. A **promoção da igualdade intergeracional** (em articulação com as instituições locais) constitui a terceira área, assente na crescente importância da valorização do potencial humano em cada etapa da vida, não numa perspectiva de conflito de gerações, mas em termos de uma atitude de autêntica solidariedade e partilha. Engloba, assim, o eixo da solidariedade intergeracional, o eixo centrado nas crianças, o eixo centrado nos jovens e o eixo centrado nas pessoas idosas. Por fim, a quarta área – **promoção da igualdade e da inclusão das minorias étnicas e migrantes** inclui três eixos, a saber: eixo das minorias étnicas, eixo dos migrantes e eixo dos refugiados.

O Município de Vila Nova de Famalicão tem como compromisso estratégico a promoção da igualdade de direitos e oportunidades em todas as áreas de governação, logo, o presente Plano Municipal para a Igualdade inclui uma forte componente de transversalização da perspectiva da igualdade nas diversas áreas de atuação do Município. A matriz do desenvolvimento de políticas para a promoção da igualdade requer um conjunto de medidas estruturantes cuja implementação cabe não somente ao Município, mas que deve ter em conta a capacidade empreendedora e criativa dos demais agentes presentes no território, nomeadamente as Freguesias, as estruturas da Administração Central do Estado e as organizações da sociedade civil.

3.6.4. Plano para o Crescimento Inclusivo do Ave

O Plano para o Crescimento Inclusivo do Ave direciona a sua ação para 3 eixos principais: Rede de Educação e Formação, Rede de Empreendedorismo e Empregabilidade e Rede de inclusão Social, integrando cada um deles diferentes domínios de intervenção, aos quais se encontram associadas metas específicas. O primeiro eixo - **educação e formação**, inclui domínios como, a concertação da oferta formativa, a rede de CQEP do Ave, a rede de psicólogos do Ave, a rede da educação especial e a rede de educação parental. Ao nível da meta a alcançar é referida uma diminuição do abandono escolar para menos de 10%, almejando-se também que 40% da geração mais jovem disponha de um diploma do ensino superior. Relativamente ao eixo do **empreendedorismo e empregabilidade**, destacam-se as redes empresariais, a rede de empreendedorismo e de educação para o empreendedorismo e a rede de GIP do Ave, cuja meta remete para o emprego de 75% da população entre os 20 e os 64 anos. O eixo da **inclusão social** engloba a rede de capacitação para a inovação, a rede da requalificação da paisagem organizacional e a rede da resiliência, situando-se a sua meta na redução em 200 mil pessoas em risco de pobreza/exclusão social face ao ano de 2008.

4. Órgãos e Estruturas de Gestão



4.1. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação de Vila Nova de Famalicão, aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal em 2003, constitui uma instância de coordenação e consulta, a nível municipal, da política educativa e um espaço institucional de diálogo e envolvimento entre o Município e a comunidade educativa e tem por objetivo promover a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e de eficácia do mesmo.

No domínio das suas atribuições, ao Conselho Municipal de Educação compete ao deliberar, em especial, sobre as seguintes matérias: coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da formação e emprego; acompanhamento de processos de elaboração e de atualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a assegurar a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do município, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal; participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, previsto nos artigos 56.º e seguintes, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua redação atual; apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município e da respetiva articulação com o Plano estratégico Educativo Municipal; adequação das diferentes modalidades de ação social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios socioeducativos, à rede de transportes escolares e à alimentação; medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito de apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de atividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de caráter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania; programas e ações de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos; intervenções de qualidade e requalificação do parque escolar; participação no processo de elaboração e de atualização do Plano Estratégico Educativo Municipal.

Compete, ainda, ao Conselho Municipal de Educação analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, ao desempenho do pessoal docente e não docente e à assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos, refletir sobre as causas das situações analisadas e propor as ações adequadas à promoção da eficiência do sistema educativo.

4.2. CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE

O Conselho Municipal da Juventude (CMJ) é um órgão consultivo do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão que visa estimular a participação dos jovens na vida cívica, cultural e política e proporcionar-lhes meios para o estudo e debate sobre diversas temáticas que dizem respeito à juventude. Ao criá-lo, a Câmara Municipal pretende ir ao encontro e dar satisfação às aspirações dos jovens famalicenses, sendo

certo que, também desta forma, corporizará, a nível concelhio, um instrumento de diálogo e debate para os problemas juvenis, que em muito ajudará a aprofundar e ampliar o seu conhecimento e resolução.

No que concerne às suas competências, ao CMJ caberá emitir pareceres e recomendações de natureza não vinculativa, sobre todas as questões que digam respeito à Juventude do Município de Vila Nova de Famalicão. Apresenta ainda como funções estudar, debater, e formular propostas sobre todos os assuntos relacionados com a juventude, nomeadamente: fomento do associativismo juvenil; formação e valorização dos jovens; desenvolvimento social, cultural, político, artístico e científico da juventude municipal; e promoção e acompanhamento das ações e projetos de interesse para os jovens do Município.

3.3. CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL

O Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Famalicão, abreviadamente designado por CLAS/VNF, foi constituído a 2 de Outubro de 1999, enquanto órgão da Rede Social, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros 197/97, e reestruturado a 17 de Outubro de 2006, por adoção do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho de 2006. Assumido como um fórum de parceria estratégica para a coordenação do desenvolvimento social do concelho, o CLAS/VNF enquadra-se nos objetivos definidos no Artigo 1º da Resolução do Conselho de Ministros e no Artigo 3º do Decreto-Lei nº 115/2006, nomeadamente: desenvolver uma parceria intersectorial dinâmica; dinamizar um planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social; promover a eficácia das respostas sociais existentes; e fomentar a qualificação da intervenção social local.

4.4. REDE LOCAL DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

A Rede Local de Educação e Formação de Vila Nova de Famalicão, pioneira no nosso país e com resultados validados e reconhecidos a nível nacional, procura promover uma melhor articulação entre entidades de formação profissional e entidades do sistema educativo. Decorrendo desde 2004 (e formalizada em 2009), esta cooperação agrega 33 entidades, públicas e privadas não lucrativas, do sistema de educação e formação. Proporcionando diagnósticos de necessidades formativas, ofertas concertadas de educação e formação e uniformidade na definição de objetivos e metas a alcançar, esta Rede tem como principais objetivos: promover a aprendizagem ao longo da vida; melhorar e aumentar a eficácia do sistema de educação e formação; desenvolver uma atuação conjunta e concertada na educação e na qualificação escolar e profissional; melhorar a oferta e adequação das ações de educação e formação às características e necessidades da população; ajustar a oferta tendo em conta as necessidades e prioridades dos setores económicos e do mercado de trabalho; adotar práticas e medidas locais de combate ao insucesso, absentismo, abandono escolar; promover o empreendedorismo promovendo a capacidade empreendedora da escola e dos seus atores; promover a coesão social e a inclusão para a população com dificuldades de inserção; aumentar o nível de qualificação e de empregabilidade dos adultos ativos; consolidar as ofertas formativas e otimização dos investimentos; participar na produção, conceção, atualização e avaliação de indicadores; articular o envolvimento com a estrutura económica do Município; e proporcionar o desenvolvimento económico e social do concelho e da região.

O trabalho em rede realizado, no âmbito da Rede Local de Educação e Formação, direciona-se para várias eixos de intervenção, a saber: Família Inclusiva; Intervenção Vocacional; Educação e Formação de Adultos; Empreendedorismo; Gestão e Aperfeiçoamento Profissional; Educação e Formação de Jovens; Diagnóstico de Necessidades de Formação; Autoavaliação das Escolas; e Parentalidade.

4.5. O TRABALHO EM REDE DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

A educação, à imagem do observado com outras áreas de intervenção da autarquia, no contexto da garantia das necessidades básicas dos cidadãos – cultura, saúde, ação social e segurança – bem como do próprio desenvolvimento económico e social do município, tem vindo a desenvolver todo um conjunto de parcerias e de trabalho em rede, pouco comum ao nível do contexto nacional.

Com efeito, todo o trabalho do Município no âmbito da área educativa (e não só) tem apresentado, globalmente, como meta, o desenvolvimento sustentado do território, procurando torná-lo atrativo para o investimento de empresas e cidadãos, no sentido de se assumir como um território preocupado com as qualificações e com a promoção da qualidade de vida, não só no contexto da educação formal, mas também da não formal e da informal. Tem, assim, implementado uma cultura de trabalho em rede, potenciando as boas ideias e as boas práticas, disseminando-as junto de todos os parceiros internos e externos do sistema educativo municipal.

A procura da implementação de uma cultura de validação permanente, com o objetivo de diagnosticar os problemas e de encontrar as melhores soluções no que se refere à procura do sucesso educativo, bem como a procura da consciencialização de todos os *Stakeholders* assente na ideia de que a educação se desenvolve em todos os espaços do território e ao longo da vida e que as diferentes ações culturais, desportivas e ambientais se apresentam como fundamentais para uma educação holística, tem sido a postura fulcral da autarquia e de todos os parceiros ao longo dos últimos anos.

Esta postura tem permitido, tal como foi referido, ultrapassar muitos dos obstáculos que um sistema educativo muito centralizado, mas com competências delegadas na autarquia, tem vindo a colocar, em particular com a dificuldade de articulação entre intervenientes tão diferentes – Tutela (e aqui pensando não só na da educação, mas também nas áreas da ação social, do emprego, do desporto e da cultura); o poder local (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia); os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas; o mundo empresarial do território; os pais e encarregados de educação; e todo o movimento associativo – apresentando um grau de concretização muito significativo no quadro das 308 autarquias do país, facto que sai realçado pelos prémios e menções de reconhecimento que a educação no município tem vindo a colher.

Nesse sentido, a governança vem a efetuar-se a várias escalas e em patamares diferenciados, nem sempre com a articulação que se pretende. O Conselho Municipal de Educação ao pretender apresentar-se como o fórum de debate e articulação entre os diferentes atores, revela alguma dificuldade de articulação entre territórios tão diferentes como, por exemplo, os urbanos e os de índole mais rural, com os Conselhos Gerais das Escolas a refletirem essas mesmas particularidades. A crescente competitividade das escolas leva, por vezes, à inexistência de articulação entre pares, mesmo com a alavancagem do trabalho em rede por parte da autarquia. A própria constituição da Comissão Permanente do CME, que pretende ser um espaço de articulação e diálogo permanente entre o Município e os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, promove, e como é expectável, a partilha

e o diálogo entre os parceiros da educação formal, não se observando uma relação com os diferentes parceiros educativos.

A adesão da Autarquia de Vila Nova de Famalicão ao “Programa Aproximar Educação”: descentralização de competências na área da educação – Contrato de Educação e Formação Municipal” obrigou, desde logo, a um trabalho de adaptação. Tendo em consideração o grau de maturidade de pensamento que se observava no território, em termos de trabalho em rede, a referida adaptação não se apresentou como muito problemática, todavia, na realidade, intensificou todo um conjunto de transformações que se traduziram por uma ação fundamental na intervenção dos serviços da autarquia em tornos dos fatores administrativos e financeiros, proporcionando uma libertação significativa destes pormenores por parte das equipas diretivas dos agrupamentos de escolas, facto que tem suportado uma diferente perspetiva no papel dos seus Diretores, no quadro de uma maior libertação para as tarefas de caráter pedagógico.

O Plano Estratégico Educativo Municipal – Famalicão Educa '25 – pretende, como não poderia deixar de ser, encontrar caminhos e sinergias que, no sentido de um crescente e sustentado trabalho em rede, promova uma comunidade de excelência e um laboratório de inovação social e governança – modelo de governança e governação amigável.

5. Plano de Ação



5.1. DO ESTUDO ESTRATÉGICO À AÇÃO DO PEEM

O processo de planeamento estratégico representa uma forma fundamentada de definir prioridades e operacionalizar ações, permitindo otimizar as forças, mecanismos e recursos da sociedade, evitando os desperdícios e a improvisação, sendo por isso fundamental para sistematizar e conferir racionalidade, direcionamento e interação lógica às ações, aumentando a sua eficácia, a sua eficiência e os seus impactos no território.

Este processo é encarado como uma série de ações em cadeia, desde a implementação de uma estrutura organizativa para o plano, até à finalização de uma série de ações que envolvem a obtenção de consensos e, por isso, a realização de negociações entre os diferentes atores e agentes do território (públicos e privados). Estamos, assim, perante um processo que deverá unificar visões, coordenar a atuação pública e privada e estabelecer um quadro coerente de mobilização e cooperação dos atores com relevância no território.

A etapa de maior relevância no desenvolvimento do plano estratégico diz claramente respeito à definição das linhas estratégicas de futuro. Estas deverão ser o resultado de um processo de diálogo, participação e concertação que reúna responsáveis políticos, técnicos e atores locais, sendo que as metas são mais facilmente atingíveis quando todos colaboram e intervêm no processo de implementação e assumem responsabilidades, nomeadamente na celebração de parcerias (Fonseca, 2006). O processo de definição de estratégias consiste em cruzar, para cada tema crítico, as oportunidades e as ameaças previsíveis do meio (análise externa), com as forças e fraquezas da oferta territorial (diagnóstico interno). No entanto, a formulação da estratégia deve ter presente a realidade e condicionantes do território, assumindo-se com um plano, simultaneamente, realista e desafiante. Após a definição dos eixos estratégicos e respetivos objetivos, deverão desenvolver-se programas de atuação/ações específicas para serem adotadas por todos os atores envolvidos, bem como o plano de execução, onde se menciona o horizonte temporal para a concretização das ações propostas, indicando os recursos e meios a mobilizar. Em seguida deve ser elaborado o plano de ação que engloba, ordena e hierarquiza os projetos de atuação, servindo de orientação aos responsáveis pela sua implementação.

O Plano Estratégico Educativo Municipal de Vila Nova de Famalicão, enquanto documento orientador para a educação no território, representa um compromisso estabelecido entre o município, as escolas e toda a comunidade municipal, definindo um conjunto de princípios e estratégias para a construção de um modelo educativo intimamente ligado à visão de desenvolvimento do território. Com efeito, finalizado o estudo estratégico inerente ao processo de diagnóstico, anteriormente caracterizado, e tendo por base todos os indicadores e contributos recolhidos, torna-se obrigatório estabelecer uma diretriz capaz de traduzir e nortear o caminho que se pretende seguir, com vista à efetiva implementação de um plano de ação sólido e integrado, sem descurar, claro, a flexibilidade e abertura necessárias ao desenvolvimento de ações que respondam às especificidades emergentes ao longo de todo o processo (figura 12).

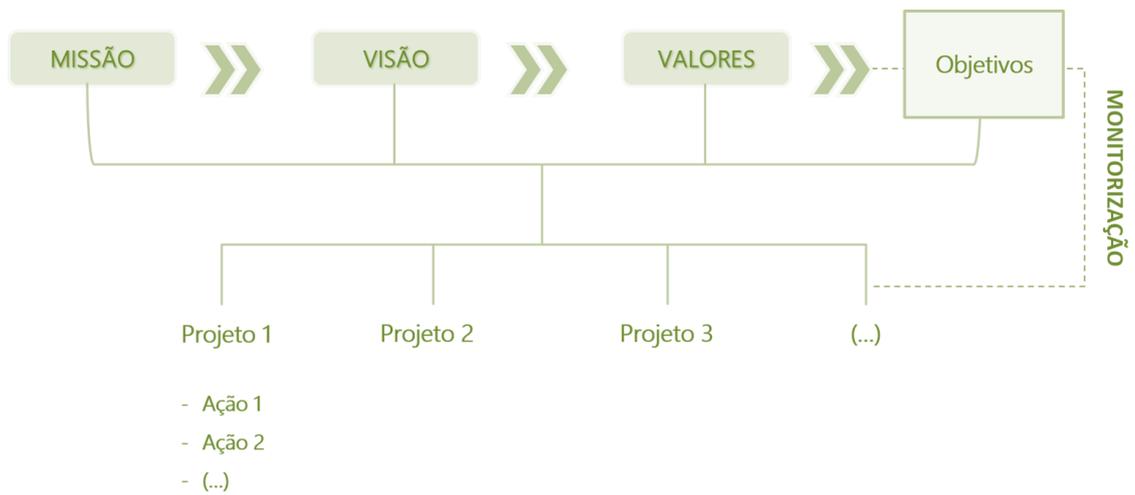


Figura 12
Modelo geral do Plano Estratégico Educativo Municipal.

No modelo geral apresentado são consideradas e distinguidas três dimensões principais - a **MISSÃO** que constitui a essência e o propósito da ação do município em termos educativos, procurando responder a questões como: *“quem somos, em termos educativos e de formação?”* e *“que experiências e oportunidades educativas proporcionamos?”*; a **VISÃO** do município para a educação, materializada no PEEM, enquanto direção aspirada para o futuro, isto é, aquilo em que o município se quer tornar e em que direção devem ser focados os seus esforços, numa tentativa de resposta às questões: *“que finalidades almejamos para a educação, no município?”* e *“como queremos ser reconhecidos, enquanto território educador?”*; e os **VALORES**, que representam as convicções que fundamentam as opções a tomar e os princípios que orientam a implementação do PEEM, procurando (re)atualizar, continuamente, questões como: *“que cultura educativa respeitamos?”* e *“o que é importante para nós?”*. Para além destas três dimensões coloca-se, ainda, um conjunto de projetos e ações, decorrente dos objetivos formulados, enquanto descrições concretas daquilo que se pretende alcançar. Neste momento, tendo em consideração todo o caminho percorrido ao longo do desenvolvimento do PEEM torna-se, então, possível determinar a missão, visão e valores assumidos pelo município em termos educativos (figura 13).

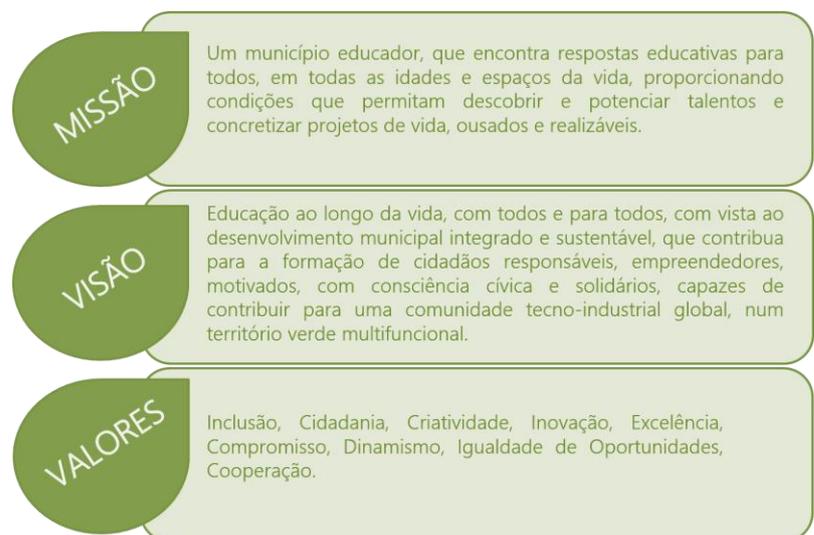


Figura 13
Missão, visão e valores para a educação do município de Vila Nova de Famalicão.

Uma vez expostas a missão, visão e valores assumidos pelo município no âmbito da educação, torna-se fundamental estabelecer a imprescindível ponte entre estas dimensões e as reflexões resultantes dos momentos de reflexão promovidos pelo Município em parceria com a equipa da Universidade de Coimbra, já que os resultados alcançados constituem o alicerce e o impulsionador das referidas dimensões. Entre outras dinâmicas, estes momentos pautaram-se pela reflexão e debate em torno de três questões principais⁴:

- Como gostaria que fosse a sua escola daqui a 5 anos? (pretende-se compreender qual é a perspetiva dos diferentes grupos de trabalho em relação à Educação Formal no Município de Vila Nova de Famalicão);

- O que lhe parece que poderia ser reforçado na educação em Vila Nova de Famalicão? (pretende-se num sentido mais alargado aferir a perspetiva dos intervenientes sobre a Educação Não Formal);

- Qual o perfil de alunos que quer para Vila Nova de Famalicão? (preconizando-se os princípios enunciados para o perfil do aluno do século XXI, pretendeu-se compreender as competências essenciais e transversais aos diferentes grupos de trabalho que promovem um desenvolvimento holístico do aluno, essencial para o seu desenvolvimento enquanto cidadão ativo e participativo na comunidade).

Num **horizonte temporal de 5 anos**, as perspetivas dos grupos de trabalho direcionam-se para uma escola dinâmica, inovadora, reflexiva, aberta à comunidade, inclusiva, orientada para o sucesso educativo, promotora de igualdade de oportunidades e que responda verdadeiramente às necessidades dos alunos que a frequentam. Preconiza-se uma escola com identidade própria e uma referência de cidadania e empenho, uma escola de todos e para todos, um espaço de aprendizagem onde cada um se sinta agente ativo e responsável pela conquista diária na construção da sua personalidade. Para além da promoção de um ensino de qualidade, associado a uma excelente preparação científica e técnica dos alunos, é reforçada a importância da formação integral (desenvolvimento académico, social e afetivo/emocional).

Quando questionados sobre **o que deveria ser reforçado na educação em Vila Nova de Famalicão**, as considerações apontam para os recursos humanos (docentes – coadjuvação; auxiliares; psicólogos; assistentes sociais – equipas multidisciplinares), reforçando uma lógica de responsabilidade e autonomia de todos os agentes educativos e, também, para os recursos materiais (com particular enfoque no domínio das tecnologias e dos espaços escolares), no sentido de contribuir para equidade do ponto de vista do sucesso académico e pessoal de todos os alunos. É também mencionada a necessidade de aposta na formação, não só dos docentes, mas também dos não docentes e pais/encarregados de educação (investimento na educação parental). Outra das dimensões que deverá ser reforçada prende-se com o desenvolvimento de estratégias de promoção do sucesso educativo (formação integral do aluno), da igualdade de oportunidades e da cidadania, apostando em metodologias que permitam aos alunos ser ativos no seu processo de aprendizagem (metodologia de projeto) e assim contribuir para a melhoria dos resultados escolares. Para além do enfoque dado no sentido de um maior contacto com o tecido empresarial (potenciar o envolvimento dos alunos na pesquisa da carreira), a autonomia das escolas surge, também, como um dos aspetos a ser reforçado, bem como o imprescindível trabalho colaborativo entre toda a comunidade educativa, nomeadamente, entre Agrupamentos.

⁴ Embora as reflexões em torno das questões abordadas tenham ocorrido em pequenos grupos, no presente documento apresenta-se uma reflexão geral de todo o Município.

A abordagem à temática do sucesso educativo remete para a importância de **definir um perfil do aluno**, pois ao refletir-se sobre uma multiplicidade de competências e características desejáveis, consideradas como fundamentais para o desenvolvimento do aluno, torna-se possível traçar caminhos, definir estratégias e reunir meios e recursos necessários à transformação pretendida. A este respeito revela todo o interesse fazer menção ao documento elaborado pelo *Grupo de Trabalho criado nos termos do Despacho nº 9311/2016, de 21 de julho* que preconiza a importância e a necessidade de estabelecer um perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, no sentido de “explicitar o referencial educativo que oriente todas as decisões inerentes ao processo educativo”. O objetivo incide não na uniformização, mas sim, na criação de um quadro de referência que pressuponha uma dimensão flexível. O perfil do aluno no final da escolaridade obrigatória vem, assim, estabelecer uma visão de escola e um compromisso da escola, apresentando o que se pretende que os jovens alcancem, tendo sempre em consideração a relevância da ação integrada dos professores e o empenho das famílias e encarregados de educação ao longo do processo. O desenvolvimento desta matriz teve por base um conjunto de princípios que importa aqui realçar, designadamente:

- (1) Construir um perfil de base humanista – o papel da escola enquanto transmissora de conhecimento, capaz de gerar competências com vista à construção de uma sociedade mais justa;
- (2) Educar ensinando para a consecução efetiva das aprendizagens – potenciar a capacidade de aprender, enquanto base da aprendizagem ao longo da vida;
- (3) Incluir como requisito de educação – escolaridade obrigatória de todos e para todos;
- (4) Contribuir para o desenvolvimento sustentável – promoção da ação local para o desenvolvimento;
- (5) Educar ensinando com coerência e flexibilidade – apostar na gestão flexível do currículo, no trabalho colaborativo dos professores e na participação e envolvimento dos alunos no seu próprio processo de formação;
- (6) Agir com adaptabilidade e ousadia – mobilização das competências chave, enquanto resposta à necessidade de atualização e adaptação constante a novos contextos e conjunturas;
- (7) Garantir a estabilidade – construir um perfil de competências assente numa matriz de conhecimentos, capacidades e atitudes, capaz de enfrentar uma revolução nas diferentes áreas do saber;
- (8) Valorizar o saber – despertar nos alunos a curiosidade intelectual, potenciando a valorização do saber.

No que concerne à visão preconizada no documento em análise, à saída da escolaridade obrigatória, entende-se que o jovem seja um cidadão:

- (1) Dotado de literacia cultural, científica e tecnológica;
- (2) Livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia;
- (3) Capaz de lidar com a mudança;
- (4) Que reconheça a importância e o desafio oferecido pelas Artes, Humanidades, Ciência e Tecnologia para a sustentabilidade social, económica e ambiental;
- (5) Crítico, criativo, com capacidade de trabalho colaborativo e de comunicação;
- (6) Apto a continuar a sua aprendizagem ao longo da vida;
- (7) Que conheça e respeite os princípios da sociedade democrática;
- (8) Que valorize o respeito pela dignidade humana, pelo exercício da cidadania plena, pela solidariedade, pela diversidade cultural e pelo debate democrático;

Ainda que os resultados relativos ao perfil do aluno de Vila Nova de Famalicão assentem numa abordagem sintética, é visível uma confluência entre estes e os princípios, visão e valores avançados pelo Grupo de Trabalho do Ministério da Educação, sendo claro que numa sociedade onde as *Soft Skills* [Competências Transversais e/ou Pessoais e Sociais] são cada vez mais valorizadas, o perfil do aluno não poderá estar unicamente ancorado a saberes académicos. Procura-se envolver os alunos numa pluralidade de aprendizagens, experiências e contextos, proporcionando os recursos mais eficazes, com vista ao equilíbrio entre conhecimento, compreensão, criatividade e sentido crítico. Trata-se, portanto, de formar cidadãos responsáveis, autónomos e ativos, sensibilizando para a importância de aprender em todos os espaços e ao longo da vida.

Neste domínio, a merecer especial destaque encontra-se a questão relativa à avaliação, ficando presente que este perfil de alunos tem, obrigatoriamente, que ultrapassar a avaliação tradicional da escola, traduzida por resultados. Se por um lado, é requerido que os alunos apresentem bom desempenho e resultados nas classificações (avaliações em provas nacionais, nas avaliações internas das escolas) que, obrigatoriamente, têm de ser incrementadas, por outro lado, há que refletir sobre uma avaliação muito mais holística do aluno que passa pela evolução do próprio perfil até ao cidadão que nós desejamos.

É de salientar que o perfil do aluno de Vila Nova de Famalicão, traçado neste documento, não deverá assumir-se como finalizado, carecendo de mais etapas e momentos reflexivos por parte das equipas envolvidas. Do mesmo modo, torna-se fundamental reforçar que associado a este perfil encontra-se a dimensão da flexibilidade, daí a importância de uma cuidada análise e reflexão, tendo em linha de conta o meio sociocultural e geográfico no qual estes alunos se inserem. De igual forma, tendo em consideração a importância que os professores assumem em todo este processo, enquanto agentes da prática pedagógica e referenciando uma das componentes decorrentes do trabalho do Ministério da Educação, será igualmente pertinente dar a oportunidade de debate e reflexão acerca da prática docente no município de Vila Nova de Famalicão.

Após a apresentação e análise dos contributos das equipas do município para a definição de um perfil de aluno para Vila Nova de Famalicão, revela-se essencial enfatizar a reflexão e o entendimento em torno da indubitável e imprescindível articulação entre as dimensões da educação formal, não formal e informal, o que possibilitará traçar caminhos que respondam à questão: de que cidadãos necessita o município para alcançar a visão preconizada pelo Famalicão Visão'25?

Na verdade, a cada ciclo de escolaridade estão associados, naturalmente, determinados objetivos e metas a serem cumpridas pelos alunos, todavia, mais do que o alcance destas metas por todas as crianças e adolescentes, pretende-se que estes, progressivamente, vão construindo o perfil de aluno almejado pelo município e toda a sua comunidade. Neste sentido, o poder da educação remete, numa primeira fase, para a formação na infância e na adolescência, com base numa escola que incrementa a qualidade do sucesso escolar, de tal forma que todos os alunos dos diferentes níveis de escolaridade atinjam as metas e aprendam o que é suposto aprender, não só do ponto de vista académico/disciplinar mas, também, do ponto de vista socioemocional e, numa segunda etapa, para a transformação na juventude e na idade adulta, criando condições para que o cidadão tenha possibilidades de se transformar, de transformar os contextos e o município, inovando e criando ambientes mais solidários. Dito de outro modo, se num primeiro momento a ação educativa se posiciona na formação dos cidadãos que o município deseja e necessita, num segundo momento, procura que estes cidadãos sejam capazes de uma ação transformadora deles próprios e do município.

Em suma, conscientes da importância de envolver os cidadãos em atividades educativas em todos os espaços e ao longo da vida e, tendo em linha de análise o perfil de alunos traçado para o município de Vila Nova de Famalicão que, claramente, tem de ultrapassar o domínio da escola, é fundamental acentuar a importância de formar os cidadãos nas diferentes etapas da sua vida, atendendo às necessidades emergentes, com vista à sua progressiva transformação. Deste modo, para alcançar a visão e todos os pressupostos ambicionados pelo Famalicão Visão'25 é essencial aspirar a um determinado perfil de cidadão, integrando na comunidade, cidadãos autónomos, responsáveis, informados, motivados, interessados, empreendedores, criativos, com consciência cívica, capazes de trabalhar em equipa e de refletir criticamente. Espera-se, assim, que o cidadão participe no governo do município e se comprometa na melhoria contínua da qualidade de vida e na criação de ambientes produtivos.

5.2. EIXOS DE INTERVENÇÃO DO PEEM DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO

Atendendo a todos os pressupostos enunciados e, numa lógica de educação e formação em todos os espaços e ao longo da vida, o Plano Estratégico Educativo Municipal de Vila Nova de Famalicão, com base no diagnóstico realizado, assenta em quatro eixos de intervenção, que se traduzirão em desafios de mudança com objetivos bem definidos e que, conseqüentemente, potenciarão a estratégia educativa para o município de Vila Nova de Famalicão, nomeadamente:

1. Planeamento e Gestão de Recursos Educativos
2. Sucesso Escolar
3. Educação Permanente, Cultura e Cidadania
4. Qualificação, Inovação e Competitividade

O grande desígnio deste PEEM coaduna-se, assim, com a necessidade integradora de garantir coerência às dimensões temporal e espacial da educação, criando e desenvolvendo os recursos necessários e cuidando da dimensão educativa de todos os contextos potencialmente educadores, de modo a possibilitar aos cidadãos municipais o questionamento dos seus percursos e saberes, a reformulação do seu sentido e significado e, eventualmente, a reconstrução dos seus projetos educativos e de vida.

Neste sentido, a figura 15 remete-nos para um conjunto de quatro dimensões, pensadas no âmbito do contexto educativo local, as quais devem ser indissociáveis e com absoluta coerência em si, tendo, cada uma delas, um papel e significado próprios que conduzirão a um sólido e concertado plano de ação. Da totalidade destas dimensões espera-se uma contribuição decisiva para a reconfiguração dos estados de bem-estar social e para uma globalização solidária e um desenvolvimento sustentável, fortemente orientado para a formação holística e integrada do cidadão municipal de Vila Nova de Famalicão. A construção de um movimento de educação e formação ao longo da vida afigura-se determinante, dado o comprometimento com a construção de uma sociedade do conhecimento partilhado por todos, a humanização da cultura e o exercício de uma cidadania plena, informada, ativa e crítica, por parte de todos os cidadãos.



Figura 15
Eixos estratégicos do PEEM de Vila Nova de Famalicão.

Tal como referido anteriormente, todos os eixos de intervenção apresentados relacionam-se não só entre si, dando estrutura a um conjunto de projetos e ações, mas também a iniciativas já em desenvolvimento, por parte da autarquia (Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão – Visão’25, Plano Municipal para a Melhoria e Eficácia da Escola – PMMEE, Plano para o Crescimento Inclusivo do Ave, Plano de Desenvolvimento Social, Plano Municipal para a Igualdade, Plano de Atividades e todo o trabalho inerente à Rede Local de Educação e Formação). Com efeito, todas as linhas de ação respeitantes aos diferentes eixos estratégicos resultaram de um longo trabalho de diagnóstico do território, do qual emergiram vários documentos (já expostos anteriormente), constituindo estes a base para a emergência de vários projetos e ações.

5.2.1. Objetivos do PEEM de Vila Nova de Famalicão

Estando traçados os grandes desafios de mudança para o município e, de forma a alcançar as finalidades deste PEEM, foram definidos objetivos e metas que permitiram a construção de projetos e ações adequadas à concretização das transformações desejadas, nomeadamente⁵:

- 1) Reorganizar a rede educativa do município, no sentido da requalificação e aumento da eficácia e eficiência dos equipamentos educativos
 - Garantir uma rede educativa de qualidade, consentânea com as características e condições necessárias ao bem-estar da comunidade educativa e ao desenvolvimento das diferentes atividades;
 - Capacitar a rede escolar de acordo com cada Projeto Educativo no sentido de promover uma Escola Inclusiva, Inovadora e Diferenciadora.
- 2) Promover o sucesso escolar tendo por base uma visão holística da educação
 - Melhorar a taxa de qualidade do sucesso escolar;
 - Diminuir as taxas de retenção;

⁵ De referir que, no âmbito do eixo da promoção do sucesso escolar, as metas definidas estão de acordo com o Plano de Promoção do Sucesso Escolar desenvolvido pelo Município de Vila Nova de Famalicão.

- Disponibilizar espaços e tempos de enriquecimento e apoio curricular que reforcem o conhecimento das crianças sobre os recursos do território e promovam uma educação integral e atitudes mais participativas;
 - Reforçar o apoio às crianças e jovens referenciados com necessidades educativas especiais (NEE);
 - Criar condições de acesso do pessoal não docente a programas de formação contínua.
- 3) Reforçar o domínio da cultura e da cidadania do território, garantindo a plena realização dos cidadãos e assegurando o acesso, fruição e participação dos mesmos em diversificadas formas e contextos de aprendizagem, em condições de igualdade de oportunidades
- Garantir o direito de toda a população sénior e idosa do município a atividades que promovam o seu envelhecimento ativo;
 - Elevar os níveis de literacia, numeracia e de participação cívica das pessoas adultas;
 - Elevar a participação em atividades culturais e desportivas de toda a população.
- 4) Estabelecer uma sólida ligação entre as competências dos cidadãos e as necessidades do tecido empresarial do município, numa lógica de educação e formação ao longo da vida
- Criar oportunidades para que os jovens que abandonaram precocemente o sistema de ensino concluam um percurso qualificante – ensino profissional ou superior;
 - Desenvolver estratégias que facilitem a transição entre o sistema educativo/formativo e o mercado de trabalho;
 - Suportar o trabalho da Rede do município para a qualificação de todos os jovens e ativos empregados e desempregados.

5.3. PROJETOS E AÇÕES

O PEEM de Vila Nova de Famalicão, enquanto referencial de gestão estratégica da educação ao nível local, permite traçar um conjunto de orientações e contributos significativos que resultarão num modelo de desenvolvimento do território. Pretende-se promover no território a diferenciação e a especialização de oportunidades de acordo com o Projeto Educativo de cada comunidade.

Na perspetiva de que a Educação não se traduz apenas na dimensão da Escola, assume-se com relevância os projetos e ações no âmbito da Educação Não Formal e Informal de modo que o seu impacto tenha expressão, efetivamente, na Educação Formal. Por sua vez, os eixos de intervenção, anteriormente expostos, relacionam-se entre si, dando estrutura a um conjunto de projetos e ações que deverão ajudar a alcançar os objetivos anteriormente definidos. Neste sentido, partir-se-á, neste momento, para uma descrição de cada eixo, tendo em consideração os projetos e ações a desenvolver⁶.

⁶ Ao nível do financiamento dos projetos recorrer-se-á ao Programa Operacional Regional do Norte 2020 e/ou a outras linhas de financiamento adequadas às ações e projetos a desenvolver.

5.3.1. Planeamento e Gestão de Recursos Educativos

5.3.1.1. Gestão inteligente e participada de recursos educativos

A gestão inteligente e participada de recursos educativos (quadro 10) resulta não só da necessidade de reorganização da rede educativa do município, na qual estão previstas diversas intervenções, como também da imprescindível manutenção e aumento da eficácia e eficiência dos equipamentos escolares. Neste contexto, de modo a garantir uma rede escolar de qualidade e no sentido da sua máxima adaptação às necessidades do território, apresentam-se as seguintes intervenções:

Quadro 10
Projeto "Gestão Inteligente e Participada de Recursos Educativos".

Designação	GESTÃO INTELIGENTE E PARTICIPADA DE RECURSOS EDUCATIVOS			
Público-alvo	Comunidade educativa.			
Objetivo	Garantir uma rede educativa de qualidade, consentânea com as características e condições necessárias ao bem-estar da comunidade educativa e escolar de acordo com cada Projeto Educativo, no sentido de promover uma Escola Inclusiva, Inovadora e Diferenciadora.			
Ações	Reorganização da rede educativa: ampliação, remodelação e reconversão de alguns estabelecimentos de ensino (<i>ver Volume II – Carta Educativa de 2ª Geração / Revisão</i>); Criação de condições promotoras do bem-estar dos alunos e restante comunidade educativa, com vista a uma escola: equipada com recursos físicos essenciais a equipamentos educativos bem-sucedidos (focada na perspetiva dos espaços educadores); que possibilite a abertura de equipamentos escolares à comunidade (pavilhões, campos, bibliotecas, salas para formação, etc); e que promova a eficiência dos equipamentos (poupança energética, manutenção e atualização de equipamentos informáticos, etc).			
Responsáveis	Câmara Municipal, IPSS, Rede Local de Educação e Formação, Conselho Municipal de Educação, Conselho Local de Ação Social.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	2017 – 2018.			

5.3.2. Sucesso Escolar

Neste Plano Estratégico Educativo Municipal, o destaque que a área do sucesso educativo apresenta é evidente, uma vez que no contexto de escola acaba por poder vir a assumir-se como o agregador de muitos dos projetos a desenvolver e, como ponte entre o diagnóstico e os projetos e ações por ele desencadeados, sem esquecer, claro, o cruzamento com projetos já desenvolvidos neste âmbito pelo município de Vila Nova de Famalicão.

Como se tem vindo a avocar ao longo dos diferentes documentos do PEEM, a promoção do sucesso educativo na sua plenitude implica uma visão abrangente, holística que não se deve limitar aos resultados escolares, ambicionando alcançar a realização pessoal, a formação integral e a construção de percursos de sucesso.

5.3.2.1. Melhores resultados escolares

O projeto "Melhores resultados escolares" procura melhorar a taxa de qualidade do sucesso escolar relativamente ao ano anterior, bem como diminuir as taxas de retenção (quadro 11). Assim, de modo a alcançar os objetivos traçados, foram definidas três ações.

Quadro 11
Projeto "Melhores resultados escolares".

Designação	MELHORES RESULTADOS ESCOLARES			
Público-alvo	Professores, encarregados de educação e alunos do 1ºCEB.			
Objetivo	Melhorar a taxa de qualidade do sucesso escolar; Diminuir as taxas de retenção%.			
Ações	Hypatiamat Plataforma Ainda Estou a Aprender Litteratus			
Responsáveis	Consultores, Coordenadores do 1º CEB, Divisão de Educação do Município.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	2017-2018.			

5.3.2.2. Cidadania e Participação

A necessidade de apostar em novas práticas pedagógicas desde o pré-escolar, nas quais se inclui uma nova abordagem ao nível da articulação com outros projetos em desenvolvimento no município (instituições, empresas, associações,), a abertura da escola à comunidade (e.g. através de atividades intergeracionais) torna-se cada vez mais importante, já que as diferentes soluções educativas em articulação com as soluções da comunidade deverão ter em vista a coerência local.

O projeto "Cidadania e Participação" (quadro 12) pretende, deste modo, desenvolver estratégias de intervenção diferenciadoras, procurando disponibilizar espaços e tempos de enriquecimento e apoio curricular que reforcem o conhecimento das crianças sobre os recursos do território e promovam uma educação holística e atitudes mais participativas. Tais estratégias centram-se, essencialmente, na criação de uma oferta diversificada, no desenvolvimento de práticas de trabalho autónomo e que fomentem a responsabilidade, a criatividade e o espírito crítico, na promoção de uma maior proximidade ao território, no envolvimento de parceiros do território na aprendizagem dos alunos e na criação de momentos que estimulem a intervenção local.

Quadro 12
Projeto "Cidadania e Participação".

Designação	CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO			
Público-alvo	Professores, alunos e crianças que frequentam a creche, a educação pré-escolar e o 1º CEB.			
Objetivo	Disponibilizar espaços e tempos de enriquecimento e apoio curricular que reforcem o conhecimento das crianças sobre os recursos do território e promovam uma educação holística e atitudes mais participativas.			
Ações	Ter ideias para mudar o Mundo; Mais Cidadania; Ser Europa.			
Responsáveis	Comissários do Empreendedorismo, Comissários para a Europa, Coordenadores da educação pré-escolar e do 1º CEB, Diretores dos Estabelecimentos de Ensino e Divisão de Educação do Município.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	2017-2018.			

5.3.2.3. Escola Inclusiva

O projeto “Escola Inclusiva” (quadro 13) vem enfatizar a lógica de inclusão na qual deve assentar a educação, procurando-se oferecer as condições necessárias para que todos os alunos melhorem o seu desempenho escolar e profissional, bem como o desenvolvimento de competências que potenciem a empregabilidade e o reforço das oportunidades para a integração socioprofissional deste público.

A emergência deste projeto tem por base um conjunto de indicadores locais, recolhidos na fase de diagnóstico, onde se destaca: a necessidade de capacitar os pais e encarregados de educação dos alunos do Município de acordo com os princípios da Parentalidade Positiva (um dos fatores explicativos dos percursos de insucesso académico relaciona-se com as baixas expectativas parentais em relação à escola); a necessidade de uma avaliação e intervenção, o mais precocemente, possível, de forma a que seja possível atuar numa lógica de prevenção das problemáticas (sejam dificuldades de aprendizagem, emocionais e/ou comportamentais); a necessidade de apoiar os alunos, principalmente aqueles que manifestam dificuldades de adaptação e de comportamento e para os quais não existem respostas ajustadas ao seu perfil e aos seus interesses; a necessidade de um maior apoio e acompanhamento aos alunos com necessidades educativas especiais (a caracterização de 799 alunos NEE no município, sendo que 350 alunos apresentam deficiência a nível cognitivo); a necessidade de um maior acompanhamento a docentes e não docentes relativamente à educação especial; a necessidade de criação de parcerias; a falta de atividades extracurriculares para estes alunos; a necessidade de criar uma maior aproximação com o mercado de trabalho e de incentivar as entidades a empregar os jovens.

Quadro 13
Projeto “Escola inclusiva”.

Designação	ESCOLA INCLUSIVA			
Público-alvo	Pessoal docente e não docente do Município, alunos, Diretores dos Estabelecimentos de Ensino, Diretores Pedagógicos; Encarregados de Educação.			
Objetivo	Reforçar o apoio às crianças e jovens referenciados.			
Ações	Famalicão Inclusivo; Educação Parental; Parentalidade Inclusiva; Acompanhar; Gabinete de Avaliação, Diagnóstico e Intervenção.			
Responsáveis	Coordenadores da Educação Especial, Coordenadores da Equipa de 1ª Linha, Coordenadores dos SPO, Diretores dos Estabelecimentos de Ensino e Divisão de Educação do Município.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	2017 – 2018.			

5.3.2.4. Todos educamos

Acreditando que todos os profissionais que desempenham funções na escola são educadores, uma vez que auxiliam e organizam de forma educativa as atividades desenvolvidas, torna-se fundamental encarar os não docentes como elementos essenciais na formação das crianças e jovens.

Nesta linha de pensamento e, tendo como base um conjunto de indicadores locais que evidenciam um certo desconhecimento e desvalorização, por parte da comunidade, do papel que os não docentes desempenham na educação dos jovens, bem como a ausência de formação contínua nestes profissionais, considerou-se pertinente desenvolver o projeto “Todos educamos” (quadro 14). Este projeto encontra-se orientado para a criação de condições de acesso do pessoal não docente a programas de formação contínua, numa lógica de reforço das suas competências, valorização dos seus percursos profissionais e do seu papel na educação dos jovens. As estratégias que suportam as ações a desenvolver encontram-se voltadas para o trabalho colaborativo com e entre o pessoal não docente e para a formação contínua.

Quadro 14
Projeto “Todos educamos”.

Designação	TODOS EDUCAMOS			
Público-alvo	Pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino, auxiliares técnicos de geriatria do município de Vila Nova de Famalicão.			
Objetivo	Criar condições de acesso do pessoal não docente a programas de formação contínua.			
Ações	Formação contínua [Proporcionar momentos de formação contínua para não docentes ao nível das áreas consideradas determinantes para o sucesso e qualidade da sua prática].			
Responsáveis	Rede Local de Educação e Formação, IPSS, Centro de Formação do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco e técnico da autarquia.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	2017 – 2018.			

5.3.3. Educação Permanente, Cultura e Cidadania

O quarto eixo do PEEM de Vila Nova de Famalicão foca-se numa das áreas com forte dinamismo no Município, pelo que os projetos de seguida apresentados – Literacias, Capacitação Profissional e Participação Cívica; Cultura, Desporto e Saúde; e Envelhecimento Ativo – surgem com a intenção de reforçar as ações estratégicas que têm vindo a ser desenvolvidas pelo município. Acentua-se, desta forma, a promoção do saber para todos e nos vários tempos e espaços da vida, dando visibilidade e colocando em rede situações diversificadas de aprendizagem não formal e informal, procurando um efetivo contributo para o desenvolvimento pessoal, para a promoção e produção do conhecimento, para a capacitação para o trabalho e para o reforço da cidadania.

5.3.3.1. Literacias, Capacitação Profissional e Participação Cívica

O projeto “Literacias, Capacitação Profissional e Participação Cívica” (quadro 15) advém da necessidade de envolver os adultos com baixas qualificações em experiências educativas, das quais se encontram afastados, procurando alargá-las a todos os espaços de vida, sedimentando políticas locais. Neste sentido, o principal objetivo deste projeto remete, por um lado, para a elevação dos níveis de qualificação e capacitação escolar e profissional, promovendo-se a literacia e numeracia e, por outro lado, para o aumento da participação cívica das pessoas adultas.

Quadro 15
 Projeto “Literacias, Capacitação Profissional e Participação Cívica”.

Designação	LITERACIAS, CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E PARTICIPAÇÃO CÍVICA			
Público-alvo	Jovens e Adultos.			
Objetivo	Elevar os níveis de literacia, numeracia e de participação cívica das pessoas adultas.			
Ações	Ações de competências básicas; Ações de formação que concedam a melhoria das suas qualificações: académicas e profissionais; Ações de literacia financeira; Incremento da participação política, cívica, associativa e de voluntariado.			
Responsáveis	Centro Qualifica, IEFP, Câmara Municipal e IPSS.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	2017 – 2018.			

5.3.3.2. Cultura, Desporto e Saúde

Tendo em consideração o impacto resultante da produção cultural e da prática desportiva para o desenvolvimento do território e os seus contributos ao nível da promoção do bem-estar dos cidadãos que nele atuam, emerge o projeto “Cultura, Desporto e Saúde” (quadro 16), posicionando-se o seu objetivo na elevação da participação em atividades culturais e desportivas de toda a população, mediante um conjunto de ações de seguida apresentadas.

Quadro 16
 Projeto “Cultura, Desporto e Saúde”.

Designação	CULTURA, DESPORTO E SAÚDE			
Público-alvo	População em geral.			
Objetivo	Elevar a participação em atividades culturais e desportivas de toda a população.			
Ações	Reforço da participação na programação e produção cultural e prática desportiva do município, desafiando novos públicos; Ações de promoção de prática de desporto ao ar livre; Ações de promoção do bem-estar e saúde; Otimização de espaços desportivos e culturais com potencial educativo; Promoção de experiências não formais para séniores e idosos (Universidade Sénior).			
Responsáveis	Associações Culturais e Desportivas, Câmara Municipal e IPSS.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	2017 – 2018.			

5.3.3.3. Envelhecimento Ativo

A evolução do índice de envelhecimento da população do município (2001 – 56,46% | 2011 – 85,66%), assim como o índice de dependência de idosos (2001 – 15% | 2011 – 19,8%), estão na base do desenvolvimento de um projeto orientado para a população idosa – “Envelhecimento Ativo” (quadro 17).

Designação	ENVELHECIMENTO ATIVO			
Público-alvo	População sénior e idosa do município de Vila Nova de Famalicão.			
Objetivo	Garantir o direito de toda a população sénior e idosa do município a atividades que promovam o seu envelhecimento ativo.			
Ações	Formação de mediadores socioculturais [criação de equipa de mediadores socioculturais e posterior formação acerca do que pretende que sejam as ações]; Atividades para idosos [desenvolvimento de atividades para idosos nas aldeias]; Atividades com e entre idosos [desenvolvimento de projeto que permita a realização das mesmas atividades com idosos institucionalizados e não institucionalizados, culminando com um encontro entre todos].			
Responsáveis	Dois representantes de instituições que acolham idosos, por dois técnicos da autarquia que exerçam funções na área do desporto, elemento por CSIF.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	2017 – 2018.			

5.3.4. Qualificação, Inovação e Competitividade

Indubitavelmente, tendo em linha de conta as dinâmicas dos dias de hoje, torna-se cada vez mais importante alcançar mecanismos de articulação entre dois tipos de mercado: o mercado da formação e o mercado de trabalho, de modo a alcançar o equilíbrio desejável entre as qualificações/competências dos trabalhadores e as necessidades das empresas. Neste sentido, para o eixo de intervenção em análise pretende-se priorizar a “Intervenção com Jovens NEET”.

5.3.4.1. Intervenção com Jovens NEET

Ajudar os jovens de Vila Nova de Famalicão que não trabalham, nem estudam a encontrar um percurso pessoal e profissional preconiza a intenção do projeto “Intervenção com Jovens NEET” (quadro 18). A pertinência deste projeto advém dos indicadores recolhidos na fase de diagnóstico, sendo que em 2011, 20,63% dos jovens entre os 18 e os 24 anos com 3ºCEB não se encontravam a frequentar o sistema de ensino.

Neste sentido, é crucial que sejam criadas as oportunidades para que os jovens que abandonaram o sistema de ensino concluam um percurso qualificante (através do ensino profissional ou superior), tornando-se fundamental o desenvolvimento de estratégias que facilitem a transição entre o sistema educativo/formativo e o mercado de trabalho. Para atingir estes objetivos é essencial apostar no envolvimento de parceiros territoriais e agentes da comunidade educativa, devendo ser valorizadas estratégias ativas de trabalho com os jovens.

Designação	INTERVENÇÃO COM JOVENS NEET			
Público-alvo	Jovens do município de Vila Nova de Famalicão que não trabalham nem estudam.			
Objetivo	Criar oportunidades para que os jovens que abandonaram precocemente o sistema de ensino conclua um percurso qualificante – ensino profissional ou superior; Desenvolver estratégias que facilitem a transição entre o sistema educativo/formativo e o mercado de trabalho.			
Ações	Sinalização dos jovens que se encontram fora do sistema (IEFP) – Articulação entre parceiros no âmbito da Iniciativa Garantia Jovem; Acompanhamento na elaboração dos projetos de vida dos jovens e nos processos de transição subsequentes; Criação de uma oferta educativa e formativa ajustada aos interesses e projetos de vida dos jovens, bem como às necessidades do contexto socioeconómico.			
Responsáveis	Técnicos do município, um responsável do IEFP, um responsável pelo Centro Qualifica, dois responsáveis pela oferta profissionalizante no concelho, ACIF, Centro Tecnológico CITEVE.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	2017 – 2018.			

6. Avaliação e Monitorização



6.1. MODELO DE GOVERNANÇA PARA O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

A constatação de que um Plano Estratégico Educativo Municipal deve ser entendido como um conjunto de projetos e ações, com intenções concretas, que serão levados a cabo pelos diferentes *stakeholders* do território municipal (internos e externos), assume-se como uma das mais importantes premissas deste tipo de plano. Esta, no objetivo de otimizar a educação em todos os espaços e ao longo da vida dos seus munícipes, com vista ao alcance de padrões de desenvolvimento elevados, deve obrigar, desde logo, a uma postura em termos de uma nova governança para a educação da próxima década, na qual deverão ser enquadrados novos paradigmas relativamente ao observado ao longo de muitas décadas que a visão centralista impôs. O PEEM deve obrigar a um entendimento abrangente sobre a coordenação e a intenção de desenvolvimento pessoal e social, com vista a edificar o território educador, procurando muito do que tem vindo a ser entendido à luz da “filosofia” das Cidades Educadoras.

Parece ser inquestionável que à luz dos recentes desenvolvimentos no âmbito das políticas públicas de educação em Portugal, e em particular no caso do município de Vila Nova de Famalicão, com a implementação em 2015 do já referido “Programa Aproximar Educação: descentralização de competências na área da educação – Contrato de Educação e Formação Municipal”, a lógica organizativa do sistema educativo do município deve obedecer a novas lógicas e a novos protagonistas. Porém, as competências transferidas para a autarquia, especialmente no contexto administrativo e financeiro, não pode esquecer o princípio fundamental de uma maior implementação do grau de autonomia dos diferentes agrupamentos de escolas no contexto pedagógico, algo que deve ser uma peça fulcral de todo o edifício educativo do território para a próxima década.

A governança na educação representa, deste modo, uma dimensão transversal ao Plano Estratégico Educativo Municipal, emergindo como um conceito recente e incontornável, cujo desafio se centra na procura de soluções para as melhores formas de gestão e de avaliação do sistema educativo municipal, atendendo à multiplicidade das inter-relações estabelecidas entre os diversos atores sociais integrados no território. Cada vez mais devem ser reforçadas a ideia e a necessidade de trazer novas lógicas de partilha de responsabilidades na articulação e otimização dos recursos e meios que podem fomentar as práticas de educação e formação (formais, não formais e informais), considerando o trabalho em rede como o caminho a seguir rumo ao bem comum da comunidade educativa e municipal.

Neste contexto, fará parte das opções da comunidade educativa do município de Vila Nova de Famalicão desenvolver um conjunto de estruturas e de ações que potenciem a concretização do já referido trabalho em rede, baseado num sistema de grupos de trabalho que deverá ser assumido no âmbito do Conselho Municipal de Educação, através da criação de uma “Comissão de Monitorização e Acompanhamento” que se socorrerá da já consolidada Rede Local de Educação e Formação e dos seus grupos de trabalho temáticos.

De um modo geral, esta comissão deverá ser subdividida em duas estruturas interligadas: uma estrutura humana, que integrará diferentes atores educativos representados no CME e outra física, constituída por uma plataforma de informação (que pode assumir carácter intermunicipal), cujas áreas se coadunam com os distintos eixos de intervenção enunciados no capítulo anterior. Ainda que, à partida, estas áreas se encontrem definidas, é de ressaltar que outras poderão vir a surgir ao longo do período de monitorização e avaliação do plano, tendo em consideração a sua relevância para a organização, avaliação e melhoria contínua dos processos educativos (figura 16).

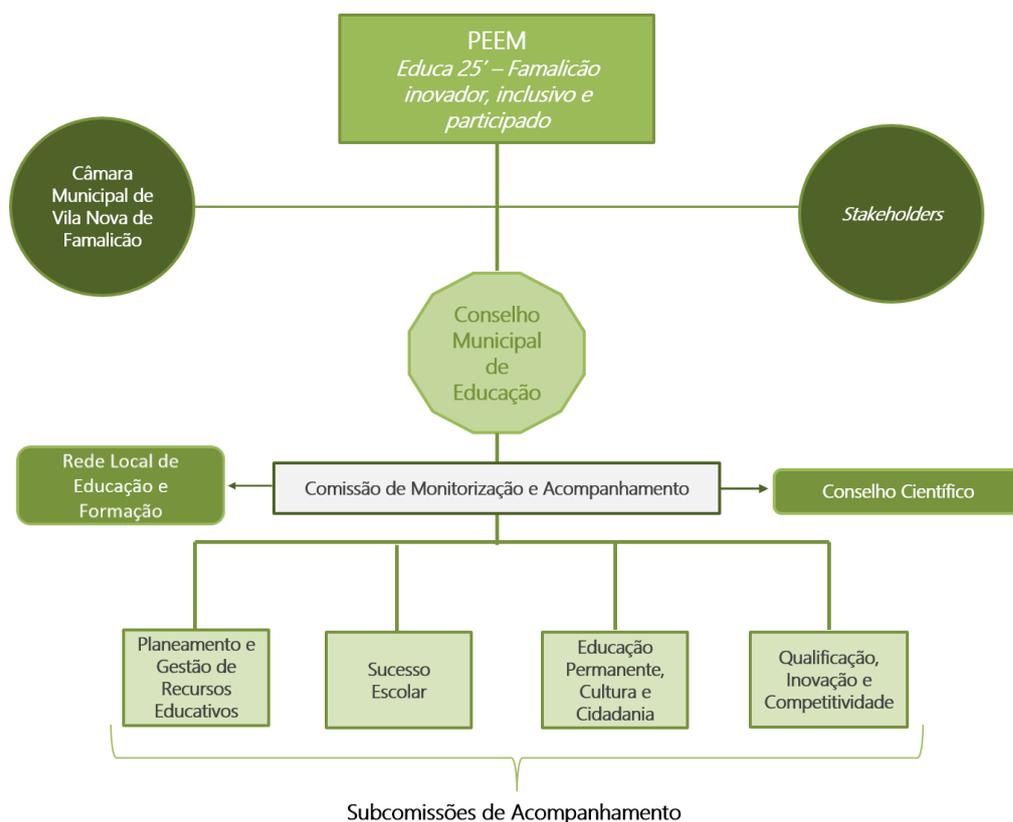


Figura 16
Modelo de governança no Município de Vila Nova de Famalicão.

De facto, tão importante quanto a fase de implementação do projeto, apresenta-se a etapa da monitorização e, de modo a dar suporte à mesma, deverá ser implementada uma plataforma informática abrangente que possibilite a realização de um acompanhamento regular e adequado dos processos em análise, quer através do envolvimento e participação dos diferentes agentes, quer através da produção e análise crítica da informação e conhecimento para a sua melhoria contínua. Pretende-se, assim, disponibilizar uma Plataforma Informática de agregação da informação que, entre muitas outras funcionalidades, seja relevante para a promoção do sucesso escolar, que utilize de forma inovadora a informação existente sobre os percursos escolares e atividades educativas (*educational analytics*), no sentido de fornecer aos vários agentes e partes interessadas no processo educativo a informação necessária para uma intervenção informada na maximização do sucesso.

Neste contexto, a Comissão de Monitorização e Acompanhamento do PEEM (Observatório) focará as suas atividades não só no acompanhamento da evolução do PEEM de Vila Nova de Famalicão, mas também servirá de base de trabalho ao projeto relativo à prevenção e o combate do insucesso e abandono escolar, através da análise de um conjunto alargado de estudos, pesquisas e indicadores, em permanente atualização, garantindo uma monitorização integrada dos indicadores do Município. Portanto, da referida Comissão de Monitorização e Acompanhamento do PEEM farão parte as seguintes estruturas: **estrutura humana** que apresentará dois grupos distintos, designadamente, o Conselho Científico (Equipa de Autoavaliação) composto por um *expert* internacional e cinco nacionais no âmbito da educação, bem como três elementos indicados pela autarquia e pelo Conselho Municipal de Educação (esta equipa assumirá o papel “amigo crítico” em todo o processo de monitorização e avaliação do projeto) e uma equipa operacional constituída por agentes educacionais (ex.: técnicos autárquicos, bolsiros, técnico informático) focados na gestão cotidiana da estrutura educativa bem como na alimentação da plataforma física e na preparação de conteúdos sobre o território; **estrutura física** digital de compilação de dados que será apresentada em torno de uma plataforma para a monitorização dos indicadores do sistema educativo de Vila Nova de Famalicão. Será assim possível aceder a diferentes registos de informação: estudos e projetos, base de dados estatísticos, base bibliográfica e publicações, perspetivando a sua construção em módulos (e. g. sucesso escolar; orientação vocacional; educação especial; oferta formativa; recursos ambientais e patrimoniais do território).

Importa referir que o desígnio do trabalho em rede que tem sido desenvolvido e que se pretende reforçar no município de Vila Nova de Famalicão integra já uma vasta equipa de trabalho com um papel bem definido, com vista à otimização de todos os projetos que vêm implementando. Neste sentido, e atendendo à abrangência do PEEM, propõe-se a criação de subequipas com atribuições específicas de forma a atuarem e prestarem o devido apoio aos projetos a desenvolver nas diversas áreas.

Assim, no quadro do acompanhamento de todo o processo de governação e implementação do PEEM devem ser equacionados nesta fase inicial quatro subcomissões de Acompanhamento: Planeamento e Gestão de Recursos Educativos; Sucesso Escolar; Educação Permanente, Cultura e Cidadania; Qualificação, Inovação e Competitividade. Estas comissões refletem, no essencial, os eixos estratégicos definidos para o território de Vila Nova de Famalicão, cujo acompanhamento será efetuado pela equipa da estrutura física.

6.1.1. Subcomissão de Acompanhamento do Planeamento e Gestão de Recursos Educativos

Constituída pela totalidade de diretores de agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas e pela autarquia, a Subcomissão de Acompanhamento do Planeamento e Gestão de Recursos Educativos deverá debruçar-se não só sobre os aspetos relacionados com o quotidiano do sistema educativo local, numa vertente política e administrativa, mas fundamentalmente no contexto pedagógico, suportando por um lado, as questões da gestão da educação que se encontram associadas aos serviços da autarquia, no âmbito da transferência de competências do “Programa Aproximar Educação” – equipamentos; transportes escolares; ação social; centro de custos; etc. – e, por outro lado, promovendo diferentes aspetos da política educativa do território que se pretenda vir a desenvolver no decorrer da vigência do presente PEEM – questões de índole pedagógica geral; definição das áreas de trabalho no âmbito das atividades associadas ao “currículo local”; áreas de projeto; entre outras.

6.1.2. Subcomissão de Acompanhamento do Sucesso Escolar

Constituída pelos coordenadores das equipas de autoavaliação dos Agrupamentos de Escolas e de outras Escolas e autarquia, no âmbito do trabalho já desenvolvido e consolidado pelo Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola/Plano de Promoção do Sucesso Escolar, numa articulação, já existente, entre diretores de Agrupamentos de Escolas e outras Escolas, autarquia, centro de formação e coordenadores da educação especial e dos SPO. Esta Subcomissão, que já se encontra em funções, terá como principal meta a garantia de um acompanhamento regular e adequado aos projetos voltados para a melhoria da qualidade do sucesso escolar e para a prevenção e redução das taxas de retenção, nomeadamente aqueles que são implementados pela autarquia e pelas escolas do município. Contudo, tal como tem vindo a ser defendido, toda a abordagem deverá posicionar-se numa visão holística do sucesso escolar, estando assim implicadas todas as dimensões capazes de potenciar o sucesso do percurso educativo dos alunos de Vila Nova de Famalicão que não se esgota nos resultados escolares (promoção do conhecimento do território e de atitudes mais participativas; inclusão; capacitação dos recursos humanos das escolas, etc). O acompanhamento preconizado dará um contributo crucial para a sinalização de necessidades, para a implementação e avaliação do impacto dos diferentes projetos e consequente reformulação dos mesmos ou, porventura, para propostas de novas ações consentâneas com as necessidades e resultados emergentes.

6.1.3. Subcomissão de Acompanhamento da Educação Permanente, Cultura e Cidadania

No âmbito do eixo de intervenção "Educação Permanente, Cultura e Cidadania", a criação de uma Submissão de Acompanhamento advém da constatação da importância e da necessidade de estender o conhecimento a todos os cidadãos do município nos vários tempos e espaços da vida, com base nos princípios da educação não formal e informal, e numa lógica de desenvolvimento pessoal e de reforço da cidadania. Assim, a equipa de trabalho será constituída por Associações Culturais e Desportivas, instituições responsáveis pelo acolhimento de idosos, IPSS, Centro Qualifica e, claro, elementos da autarquia. Dado o forte dinamismo registado no município a este nível, o trabalho da Subcomissão deverá orientar-se para o reforço e acompanhamento das estratégias que têm vindo a ser implementadas pelo território, procurando aumentar os níveis de literacia e de numeracia e a participação cívica dos munícipes, tendo também como intuito o acompanhamento de ações promotoras do envelhecimento ativo.

6.1.4. Subcomissão de Acompanhamento da Qualificação, Inovação e Competitividade

A qualificação, a inovação e a competitividade afiguram-se áreas fundamentais quando se fala em desenvolvimento territorial, daí a proposta de criação de uma Subcomissão de Acompanhamento a este nível. Esta Subcomissão, constituída pela autarquia, por representantes do IEFP e do Centro Qualifica, por responsáveis pela oferta profissionalizante do município, pela ACIF, pelo Centro Tecnológico CITEVE e pelas instituições de ensino superior sediadas em Vila Nova de Famalicão, procurará assegurar o cumprimento dos objetivos traçados pelos projetos a desenvolver neste âmbito. A sua ação passará, assim, pelo suporte à Rede para a Qualificação do município, monitorizando o trabalho de articulação entre a oferta formativa e o mercado de trabalho, no sentido de alcançar o desejado equilíbrio entre as competências dos ativos do município e as necessidades do tecido empresarial, com especial enfoque naquela que representa, atualmente, uma grande preocupação - os jovens NEET.

6.2. IMPLEMENTAÇÃO

Posteriormente à fase de planeamento que agora se encerra, a implementação do Plano Estratégico Educativo Municipal, caracterizado pela variedade de estratégias a diferentes níveis e escalas, em distintos momentos e envolvendo vários atores do município, obriga a uma estruturação da gestão educativa do território municipal, ainda que se mantenha o seu enquadramento ao nível do contexto legislativo vigente.

Atendendo ao tipo de projeto que desde o início se pretendeu desenvolver, recomenda-se que a implementação deste se inicie com a criação de uma estrutura de gestão, com vista à estruturação de equipas de trabalho sólidas e coesas (subcomissões enunciadas anteriormente). Com estas definidas, deve então ser iniciada a discussão em torno dos projetos que se propõe desenvolver, de forma a clarificar as estratégias de implementação, para que se tomem decisões que permitam uma maior adaptação ao território e às suas especificidades. Como já acontece com algumas subcomissões, cada grupo deve ter um coordenador e todos, em conjunto, deverão constituir a equipa de coordenação do PEEM, criando um cronograma funcional, realista e rigoroso.

Propõe-se que esta fase funcione numa lógica de reflexão-ação, uma vez que ao longo da execução do plano de ação, a constante recolha de informações e o exercício reflexivo das equipas, possibilitará uma adaptação contínua e melhoria das práticas.

6.3. AVALIAÇÃO

A avaliação do PEEM é fundamental, uma vez que permitirá compreender se este é o caminho certo para a construção de políticas locais de educação, de acordo com o conceito de territorialização que se tem vindo a defender, e que passam pelo regular de forma nacional mas deixando ao local, o espaço e a capacidade de se organizar e criar identidade cultural e democrática própria. Para que esta avaliação seja real e tenha o devido impacto, torna-se fulcral que seja realizada de modo continuado e construtivo, pressupondo a criação de mecanismos de avaliação contínua em diferentes momentos e envolvendo os diversos intervenientes.

Avaliar o PEEM é, também, perceber se os objetivos previstos foram ou não atingidos e o porquê disso acontecer. Neste processo de avaliação torna-se fundamental a existência de um plano que se estruture em função das ações e metas previstas, sendo acompanhado de mecanismos de autocontrole que permitam, de forma rigorosa, ir conhecendo os resultados e os efeitos da intervenção e corrigir as trajetórias caso estas sejam indesejáveis (Guerra, 2006).

A avaliação deve, assim, servir como unidade de medida para os seus resultados finais, interpretando-os como instrumento de apoio à tomada de decisão. Uma avaliação positiva suportará a justificação à continuidade e evolução do PEEM ou de cada projeto que o integra, devendo ser, igualmente, percecionado como um processo de formação, já que da avaliação contínua resultarão importantes reflexões e aprendizagens. Do mesmo modo, a avaliação servirá, igualmente, de aprofundamento da democracia participativa, assumindo aqui uma dupla função, pois um dos pilares que se pretende desenvolver com o PEEM é o da sua relação com as ideias intrínsecas à própria descentralização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alcoforado, J. L. M. (2014). Uma Educação para Todos, ao Longo e em todos os Espaços da Vida: desafios para a construção de políticas públicas promotoras de uma cidadania planetária crítica e ativa. In Marinalva Freire da Silva, *Mundos Distantes, Diálogos Possíveis: a vida em Mosaico*, 14 - 34. João Pessoa: Ideia.

Alexandre, J. (2003). O planeamento estratégico como instrumento de desenvolvimento de cidades de média dimensão. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Aveiro. Aveiro. P. 186.

Buarque, S. (1999). Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e municipal. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planeamento local e municipal Projeto de Cooperação Técnica. INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA.

Villar, M. B. Caballo (2001). *A Cidade Educadora: Novas Perspetivas de Organização e Intervenção Municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.

Canário, Maria Beatriz Bettencourt. (1999). Construir o projeto educativo local: Relato de uma experiência. *Cadernos de Organização e Gestão Escolar*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação.

Coppini Bertran, Roser (2007). *Los Proyectos Educativos de Ciudad. Gestión Estratégica de las Políticas Educativas Locales*. Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano. PEU, 5, Barcelona, 108 p.

Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. e Ferreira, A. G. (2012). Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável. *Cadernos de Geografia*, 30/31: 313 – 324

Cordeiro, António Manuel Rochette e Barros, Cristina (2011). Uma cidade sustentável, um território coeso: o exemplo da Figueira da Foz. Filosofia de um projeto integrado de planeamento e ordenamento do território. *Actas do 17º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) e 5º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza, Bragança-Zamora*, pp. 1336-1345.

Cordeiro, António Manuel Rochette, Alcoforado, Luís e Ferreira, António (2011/2012). Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável. *Cadernos de Geografia*, nº 30-31, DG-FLUC. Coimbra. pp. 305-315.

Delors, J. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir*. Porto: ASA.

Faure, E. (1972). *Aprender a ser*. Livraria Bertrand, Lisboa.

Ferreira, A. G. (2007). *Da Cidade Educadora à organização de Centros Cívico-Educativos*. Coimbra: FPCE-UC

Ferrand, J-L. (2010). Entre territoires et formation. *Prolégomènes à l'écriture d'une histoire complexe et mouvementé*. *Education Permanente*, 184, 9-26.

Figueiredo, P.; Cordeiro, A. M.; Alcoforado, L.; Santos, L. (2014). O Papel dos Professores nos Projetos Educativos Locais: testemunho de uma reflexão conjunta em dois municípios da região centro de Portugal In Lopes, A. et al (Orgs). *Trabalho Docente e Formação: Políticas, Práticas e Investigação: Pontes para a mudança*. Porto: CIIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas. ISBN N.º 978-989-8471-13-0

Fonseca, Fernando (2006). O planeamento estratégico em busca de potenciar o território: o caso de Almeida. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho. Braga. P. 219

Guerra, I. (2006). Fundamentos e processos de uma sociologia da ação. In O planeamento em Ciências Sociais. Cascais: Principia.

Healey, P (1997) - "The revival of strategic spatial planning in Europe", in HEALEY et al. (ed.) Making strategic spatial plans: Innovation in Europe. London: UCL Press, pp. 3-19.

Jobert, G. (2010). Développement des territoires et formation. Education Permanente, 184, 2-8.

Marfull, A. S. (1990). Hacia un concepto de ciudad educadora. In. Ajuntament de Barcelona. La ciudad educadora. Ajuntament de Barcelona, pp. 131-140.

Mendes, J. F. G. (2011). O futuro das cidades. Minerva, Coimbra, 125 p.

Pinhal, J., (2012). Os municípios portugueses e a educação, treze anos de intervenções (1991-2003). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Piveteau, V. (2010). Territoire-formation-développement: un triptyque à revisiter par temps changeants. Education Permanente, 185, 7-12.

UNESCO. (2005). Towards Knowledge Societies. Consultado em www.unesco.org/publishing, em 26 de Novembro de 2011.

Villar, M. B. C. (2001). A Cidade Educadora. Nova perspectiva da organização e intervenção municipal. Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 242 p.

Legislação

Decreto-lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. Diário da República n.º 176/13 – I Série. Assembleia da República.

Decreto-lei n.º 29/1987, de 30 de Junho. Diário da República n.º 147/97 – I Série. Assembleia da República.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Quadro síntese do Plano Estratégico	23
Quadro 2 Indicadores síntese das dinâmicas demográficas e socioeconómicas em Vila Nova de Famalicão	29
Quadro 3 Oferta e procura educativa no município no ano letivo 2014/2015	31
Quadro 4 Projeção da população escolar no município entre os anos letivos 2014/2015 e 2020/2021.....	33
Quadro 5 Síntese dos resultados escolares do 4º, 6º e 9º ano, em Vila Nova de Famalicão, nos anos letivos 2013/14 e 2014/15. 38	
Quadro 6 Síntese dos resultados escolares do Ensino Secundário, em Vila Nova de Famalicão, nos anos letivos 2013/14 e 2014/15.	39
Quadro 7 Educação Especial em Vila Nova de Famalicão: ideias a reter.	42
Quadro 8 Áreas de Formação e Níveis de Prioridade.....	45
Quadro 9 Análise SWOT.....	48
Quadro 10 Projeto “Gestão Inteligente e Participada de Recursos Educativos”.....	72
Quadro 11 Projeto “Melhores resultados escolares”.	73
Quadro 12 Projeto “Cidadania e Participação”.	73
Quadro 13 Projeto “Escola inclusiva”.....	74
Quadro 14 Projeto “Todos educamos”.	75
Quadro 15 Projeto “Literacias, Capacitação Profissional e Participação Cívica”.....	76
Quadro 16 Projeto “Cultura, Desporto e Saúde”.....	76
Quadro 17 Projeto “Envelhecimento Ativo”.....	77
Quadro 18 Projeto “Intervenção com jovens NEET”.	78

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Território e desenvolvimento sustentável (Cordeiro e Barros, 2011).	10
Figura 2 Território como ambiente de aprendizagem.	15
Figura 3 Bases metodológicas do Plano Estratégico Educativo Municipal – Diagnóstico, Planeamento e Desenho, Implementação e Avaliação.	16
Figura 4 <i>Stakeholders</i> Internos e Externos – O envolvimento dos diferentes atores no PEEM de Vila Nova de Famalicão.	17
Figura 5 Rede Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão.	32
Figura 6 Espaços com potencial educativo de Vila Nova de Famalicão.	34
Figura 7 Espaços com potencial educativo de Vila Nova de Famalicão – Espaços culturais.	35
Figura 8 Espaços com potencial educativo de Vila Nova de Famalicão – Espaços desportivos.	35
Figura 9 Espaços com potencial educativo de Vila Nova de Famalicão – Espaços naturais.	36
Figura 10 Espaços com potencial educativo de Vila Nova de Famalicão – Espaços sociais.	36
Figura 11 Áreas prioritárias do Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola.	49
Figura 12 Modelo geral do Plano Estratégico Educativo Municipal.	64
Figura 13 Missão, visão e valores para a educação do município de Vila Nova de Famalicão.	64
Figura 14 Perfil do aluno de Vila Nova de Famalicão.	67
Figura 15 Eixos estratégicos do PEEM de Vila Nova de Famalicão.	70
Figura 16 Modelo de governança no Município de Vila Nova de Famalicão.	82

